



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FABIANO RIBEIRO

**ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL, ECONÔMICA E  
POLÍTICA NA OBRA "FORMAÇÃO DO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO", DE CAIO PRADO JÚNIOR**

---

Londrina  
2018

FABIANO RIBEIRO

**ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL, ECONÔMICA E  
POLÍTICA NA OBRA "FORMAÇÃO DO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO", DE CAIO PRADO JÚNIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

Londrina  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ribeiro, Fabiano.

Estudo sobre a história social, econômica e política na obra "Formação do Brasil Contemporâneo", de Caio Prado Júnior / Fabiano Ribeiro. - Londrina, 2018. 99 f.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Formação do Brasil Contemporâneo - Tese. 2. Caio Prado Júnior - Tese. 3. Pensamento marxista - Tese. I. Ferraz, Francisco César Alves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

FABIANO RIBEIRO

**ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA  
NA OBRA "FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO", DE CAIO  
PRADO JÚNIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, para obtenção do título de Mestre em História Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. José Roberto Braga Portella  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

---

Prof. Dr. Gilmar Arruda  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 20 de abril de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que é minha fortaleza e inspiração. Aos meus familiares, em especial meus pais, pela educação e exemplo, pelos valores e por terem me mostrado que é nas dificuldades que devemos encontrar forças para superar todas as barreiras e chegar à vitória.

A minha esposa, *Ellen* e meu filho Nicolas, por serem minha inspiração nessa caminhada de árduos estudos. A eles, meu amor e eterna gratidão.

À meu orientador, Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz, que me acompanhou como professor e como orientador na construção e evolução de meus escritos, a você, minha gratidão.

Meus sinceros agradecimentos aos novos amigos, e colegas de sala que compartilharam esses anos de formação, a eles minha gratidão e meu muito obrigado.

A todo o corpo docente da Universidade Estadual de Londrina, que brilhantemente souberam transmitir seus conhecimentos tornando-nos melhores.

A todos os funcionários e colaboradores desta instituição, principalmente da Secretaria de Pós-Graduação.

Por fim, Ao CNPq, por ter financiado esta pesquisa.

RIBEIRO, Fabiano. **Estudo sobre a história social, econômica e política na obra "Formação do Brasil Contemporâneo", de Caio Prado Júnior**. 2018. 99f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o processo de inserção do historiador e escritor Caio Prado Júnior e suas contribuições para com a história e a historiografia brasileira a partir dos conceitos e propostas explicativas da obra "Formação do Brasil Contemporâneo". Para atingir esse objetivo, buscamos identificar as transformações ocorridas no cenário social, político e econômico e os reflexos desses acontecimentos na contemporaneidade. Também apontamos o estudo e análise feita pelo intelectual ao debate sobre o "Sentido da Colonização", ampliando o campo das discussões sobre o processo de colonização na perspectiva "pioneira e predatória". Analisamos alguns acontecimentos e contribuições de Caio Prado Júnior para com política brasileira, tendo como referência os debates em torno do Partido Comunista do Brasil (PCB), as mudanças no cenário político e o desejo de transformação em âmbito social. Outro ponto que ressaltamos faz referência à questões de imposição cultural, a marginalização dos grupos emergentes da exclusão colonizadora e das condições escravistas que atingiram as regiões brasileiras, principalmente Norte e Nordeste. As visões de ordem, organização espacial, política e economia também foram instrumentos de nossos estudos na construção desse trabalho, bem como as críticas atribuídas ao autor e às análises de Caio Prado sobre a política e a ideologia marxista.

**Palavras-chave:** Formação do Brasil Contemporâneo. Caio Prado Júnior. Pensamento marxista.

RIBEIRO, Fabiano. **Study of social, political and economic history in the work "Formation of Contemporary Brazil", by Caio Prado Júnior.** 2018. 99p. Dissertation (Master's degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

### ABSTRACT

The present work had as the main objective to analyze the insertion process of the Historian and writer Caio Prado Júnior and his contributions to the Brazilian History and Historiography from the concepts and explanatory proposals of the work *"Formation of Contemporary Brazil"*. To reach this objective, we intended to identify the transformations that occurred in the social, political and economic scenario and the reflections of these events in the contemporary world. We also aimed the study and analysis done by the intellectual to the debate concerning on *"Sense of Colonization"*, expanding the field of discussions and making notes of the process of colonization in the "pioneering and predatory" perspective. We also showed the changes that took place in the intellectual environment of the 19th and 20th centuries, when the work *Formation of Contemporary Brazil* was written, an instrument of our studies, as well as other productions created by the Historian and other collaborators of his time. We indicated some events and contributions of Caio Prado Júnior to Brazilian politics, regarding as a reference the debates about the Brazilian Communist Party (PCB), the changes in the political scenario and the desire of transformation in social sphere. Another point which we emphasized was related to the cultural imposition aspects, the marginalization of emerging groups of colonizing exclusion, and the slave conditions that affected the Brazilian regions, mainly in the North and Northeast. The geographical, political and economical visions were also instruments of our studies in the construction of this work, as well as the criticisms attributed to the author and the analyzes of Caio Prado on Marxist politics and ideology.

**Keywords:** Formation of Contemporary Brazil. Caio Prado Júnior. Marxist ideology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO I: CAIO PRADO JÚNIOR</b> .....	10
1.1 O Perfil Biográfico da Família Prado.....	10
1.2 Caio Prado Jr. o Biografado .....	21
1.3 A Biografia de um Marxista.....	25
1.4 O Desmascaramento.....	30
<b>CAPÍTULO II: A HISTORIOGRAFIA E O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO</b> .....	38
2.1 Ideias e Conceitos: o Sentido da Colonização.....	38
2.2 Caio Prado Júnior e a Historiografia Brasileira.....	48
2.3 O Pensamento Econômico e Político no Brasil.....	65
<b>CAPÍTULO III: FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b> .....	74
3.1 Brasil do Século XIX e XX.....	74
3.2 As Contribuições de Caio Prado ao Pensar a Organização Social do Brasil .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de inserção do historiador e escritor Caio Prado Júnior na história e na historiografia brasileira, a partir dos estudos sobre a obra "Formação do Brasil Contemporâneo".

Para atingir esse objetivo geral, buscamos identificar as transformações ocorridas no cenário social, político e econômico e os reflexos desses acontecimentos na contemporaneidade.

A justificativa para a realização dessa investigação foi relacionada pela importância que Caio Prado Jr tem para as ciências humanas e para historiografia brasileira. Meu interesse pessoal sobre as teorias de Caio Prado Jr. ampliou-se com o contato que tive com os escritos deste intelectual, no curso de Ciências Sociais, em especial a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Por outro lado, o debate da historiografia brasileira sobre Caio Prado Jr. me chamou a atenção para os seus escritos, podendo desta forma observar que importantes historiadores brasileiros contemporâneos também haviam dedicado e realizado importantes estudos sobre este autor.

Diante da possibilidade de ampliar meus conhecimentos sobre Caio Prado Jr., e a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, lancei-me ao desafio de explorar ao máximo tudo aquilo que fora escrito por ele e, assim ampliar e partilhar meus estudos e dúvidas, sendo possível isso por meio de similares estudiosos e admiradores de suas teorias, a exemplo de; Fernando Novais, Paulo Teixeira Iumatti, Paulo Henrique Martinez, Lincoln Secco, que me possibilitaram atingir significativos pontos de meus objetivos traçados.

Nesse trabalho foram apresentados os estudos realizados em três capítulos, conforme será explicitado a seguir.

No primeiro capítulo, retratamos a trajetória biográfica da família Prado, bem como as contribuições do próprio Caio Prado Jr., para com a historiografia brasileira. Assim, observamos como o historiador e intelectual passou a ser representado como um personagem de extrema importância para o entendimento de nossa história colonial e contemporânea.

Em seguida, apresentamos o olhar caiopradiano sobre o “sentido da colonização”, abrindo espaço para reflexões em direção a uma maior criticidade em relação às teorias referentes ao sentido da colonização, sendo esta “predatória e exploratória” e, por outro lado evolutiva.

Por fim, apresentamos as análises em torno de seus escritos, no contexto da realidade do historiador do século XX, apresentado nas obras *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*.

Tendo nossos objetivos voltados às contribuições do intelectual e demais colaboradores, observamos ainda que suas preocupações diziam respeito à falta de esclarecimento, ao desejo de uma criticidade e à saída da população de seu estado autômato.

Dessa forma, procuramos deixar claro como a historiografia brasileira constituía suas bases de análise a partir do sistema colonial e, como este ambiente se tornou fundamental para os conceitos e explicações do autor para o sentido da realidade contemporânea, no século XIX e XX.

Portanto a discussão da colonização das Américas pelos países ibéricos (portugueses e espanhóis) em comparação à da América do Norte pelos ingleses, levou-nos a entender como Caio Prado Jr. abriu espaço para que, dessa forma, pudéssemos entender de fato a relação Portugal-Brasil, ampliando a perspectiva ao inserir a história brasileira como parte integrante de um sistema mundial de colonização e acumulação de capital.

Por outro lado, além da perspectiva espacial, o autor propôs ainda a análise no referencial temporal sinalizando as continuidades e mudanças que mantinham o país, em pleno século XX, ainda com o mesmo “Sentido da Colonização” de seus primeiros séculos.

Assim, esse Brasil contemporâneo, ampliado e analisado no espaço e no tempo, pode levar-nos a entender que esta formação na época colonial estava inserida na estruturação do capitalismo mercantilista em escala mundial e, na década de 1940, onde “Brasil Contemporaneamente” continuava inserido em uma estrutura de acumulação capitalista global.

Em suma, foi apresentado um Caio Prado Jr., inserido e atuante em seu tempo, reconhecido pela sua coragem e disposição, um intelectual que militou em função do desejo de transformar o país e torná-lo mais justo perante as camadas sociais mais baixas. Por isso foi criticado pelos setores conservadores, por seu envolvimento com o então Partido Comunista do Brasil (PCB) e por ser divulgador da literatura marxista e dos debates sobre a “revolução brasileira” e, ainda, pelos setores de esquerda por discordar da ortodoxia do PCB, sobre a qual escreveu, em 1966, um livro polêmico, “*A Revolução Brasileira*”, em que criticou as perspectivas dualistas que apresentavam o Brasil dividido entre um pré-capitalismo (ou feudalismo ibérico) e um capitalismo imperialista.

A consequência política dessa visão foi apostar em uma revolução burguesa que unisse o proletariado do campo e da cidade com a burguesia nacional, uma aposta que se mostrou fracassada em 1964.

Como o autor já havia demonstrado em “Formação do Brasil Contemporâneo”, os setores exportadores do país, desde a Colônia, nunca se opuseram aos centros metropolitanos ou imperialistas. Pelo contrário, a eles se subordinavam. Assim, foi possível perceber, na trajetória intelectual de Caio Prado Jr., uma coerência interna em suas obras, desde os anos 1930.

Dessa forma, o capítulo 3 vem fechar nossos estudos da obra Formação do Brasil contemporâneo, mostrando como Caio Prado Jr. resistiu aos sérios ataques ao longo de sua trajetória de estudos da literatura marxista e sua ação atuante para com o entendimento de nossa historiografia brasileira, o que o tornou um dos maiores intelectuais e estudiosos da história do Brasil desse período.

## **CAPÍTULO I: CAIO PRADO JÚNIOR**

### 1.1. O Perfil Biográfico da Família Prado

O intelectual Caio da Silva Prado Júnior tem suas origens em uma das mais importantes famílias paulistas. De descendência portuguesa, sua linhagem familiar transitou pela história brasileira quando Antônio da Silva do Prado chegou ao Brasil em meados do século XVIII.

Desse momento em diante a família Prado passaria a ser referenciada e lembrada pela influência exercida frente aos setores mais importante da sociedade paulista. Os vínculos criados com a nova terra e o envolvimento político levaram este pioneiro e predecessor a casar-se com Fellipa do Prado, que veio a falecer. Em seu segundo casamento, teve como esposa Francisca de Siqueira Moraes, uma mulher que tinha também fortes laços com a elite paulista e com a qual veio a ter seis filhos.

Antônio da Silva do Prado é referenciado por investir em expedições auríferas na região de Goiás, porém, segundo os dados históricos não se sabe ao certo se realmente encontrou os tão desejados metais. É certo que ao morrer deixou uma generosa herança a seus descendentes, que teve sua continuidade e reconhecimento com o filho Martinho Prado, que nascera em Parnaíba, mais tarde mudando-se para Jundiaí, onde se tornou juiz e vereador. Martinho Prado seria nomeado no ano de 1766, capitão-mor de Jundiaí, um dos mais altos cargos da milícia local.

Martinho Prado casou-se com Maria Leme Ferreira, com quem teve oito filhos, os quais se destacaram Antônio e Eleutério, que mantiveram as bases elitistas da família Prado, assegurando este perfil com casamentos que aumentaram o patrimônio da família. Apesar da morte de Antônio Prado, que era casado com Ana Vicência Rodrigues, os bens deixados em imóveis na cidade de São Paulo pelo pai de sua esposa um brigadeiro português, estavam garantidos em um círculo familiar com o casamento do irmão Eleutério com a viúva de seu irmão.

Porém, antes da morte de Antonio Prado no ano de 1787, o mesmo teria vivenciado intensamente e feito parte da política paulista, quando fora eleito como representante da Câmara Municipal Paulista, sendo importante resaltar que suas atividades no campo econômico e político trouxeram-lhe maior reconhecimento e prestígio com destaque na parte comercial e de empréstimos.

Dentre os membros de sua família o irmão Martinho mais conhecido como “Martinico”, avô de Caio Prado Jr. seria reconhecido pela disposição revolucionária tecendo críticas à elite paulista, defendendo a ideia de aplicabilidade de movimentos libertários e democráticos seguindo o modelo europeu.

Martinico foi eleito deputado em São Paulo pelo partido Republicano, mostrava-se preocupado diante da necessidade de reformas políticas. Tendo ele se casado com Albertina de Moraes Pinto teve uma família grande com doze filhos. Relata-se ainda que a proposta de Martinico ao seguir os ideais de um franco republicanismo não trazia como princípios a rigidez com os filhos em detrimento ao processo de formação educacional, ou mesmo aos padrões tradicionais os quais eram exigência para a elite da época.

Foi dessa forma que o pai de Caio Prado Jr., Caius Gracchus foi criado e educado, o que de certa forma influenciou na postura radical e revolucionária do mesmo.

Caio Prado Jr. nasceu na cidade de São Paulo em 11 de fevereiro de 1907, vindo a falecer na mesma cidade em 23 de novembro de 1990, quando tinha 83 anos de idade.

Vindo de uma família de quatro filhos, teve iniciada sua educação em um Colégio Jesuíta e mais tarde estudou na Inglaterra por curto período, no ano de 1920, isso em função da doença de um de seus irmãos.

Sua origem é de uma família da elite no período cafeeiro, tendo o mesmo estudado na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, recebendo o título de Bacharel em 1928 e um ano mais tarde se casando com Hermínia Cerquino no mosteiro de São Bento.

Sabe-se que por influência de seu pai, insatisfeito com a política exercida pelo Partido Republicano Paulista (PRP), ingressou no Partido Democrático, onde iniciou sua trajetória política. É nesse momento que atuou efetivamente e colaborou antecipadamente com o processo revolucionário de 1930.

Prado Júnior participou ativamente da política no período da oligarquia paulista, o que lhe possibilitou o contato direto com os confrontos eleitorais e políticos que desencadearam a chamada Revolução de 1930. Tendo apoiado Getúlio Vargas nas eleições de 1929, Caio Prado Jr. participou e militou ativamente em todo processo eleitoral, desde a derrota varguista nas urnas, até o movimento militar que derrubou a República oligárquica. Contudo, não tardou por expressar sua insatisfação em referência à chamada “República Nova”.

As decepções com a política estimularam sua filiação ao PCB, o que acabou acontecendo no ano de 1931. Porém, o desejo de um partido reformulado, sem os mascaramentos como ele mesmo chamou “pequeno-burgueses”, ampliava a necessidade de

incluir ao partido indivíduos que buscassem uma identificação não só partidária, mas ideológica.

Sua condição de intelectual, aliada à sua conhecida independência frente aos cânones ideológicos, marcou quase que de modo permanente sua longa relação, nem sempre pacífica, com o PCB, como ele mesmo assinalou anos mais tarde: “Nunca pertenci à direção do Partido, nem tive nele grande prestígio ou influência. Sempre fui um elemento secundário e mal considerado, não em termos pessoais, mas por causa de minha maneira de interpretar o Brasil. (Apud, KAREPOVS, 2003, p.12).

Caio Prado Jr. defendeu a visão marxista e em uma de suas viagens a URSS, observou o modelo socialista, idealizando-o como um sistema funcional e de sucesso, o que foi apresentado por meio da obra “U.R.S.S Um Novo Mundo”, onde enfatizou a importância dada pelos soviéticos sobre a estrutura política-social e principalmente a ordem pública. Essa temática retornaria mais tarde, no ano de 1962, quando lançou a obra “*O mundo do socialismo*”, o qual propôs externar de forma veemente sua experiência em relação à China e a União Soviética. Mas, este é um estudo que retomaremos em outro momento, tendo um sub-capítulo destinado a este assunto.

Em 1934 teve contato com intelectuais franceses, como de Pierre Moinbeig e Pierre Deffontaines, que foram os grandes colaboradores nesse período para o desenvolvimento da então iniciada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo.

Ainda neste período presenciou a ascensão ao poder de sistemas como o nazismo e o fascismo, que eram representados por personagens como Hitler e Mussolini, o que mexeu com as estruturas à esquerda e que foi amplamente debatido no VII Congresso Internacional no ano de 1935.

Faz-se necessário resaltar que estas discussões em relação aos movimentos nazifascistas deram origem, no Brasil, a um movimento de combate a esses sistemas, que foi a chamada Aliança Nacional Libertadora (ANL), a qual teve Caio Prado Jr. como vice-presidente regional em São Paulo.

A ação política desenvolvida por esse grupo e as ações contrárias ao atual sistema levaram a Aliança Nacional Libertadora a sofrer retaliações, como a que ocorreu em julho de 1935, com a Lei de Segurança Nacional, a chamada “Lei Monstro”. Essa repressão se reforçou após as tentativas de revolução armada que ocorreram em novembro, tendo sido organizado em Estados do Nordeste e no Rio de Janeiro. A Lei de Segurança Nacional tinha como objetivo inibir politicamente e produzir princípios e ações anticomunistas acentuados, o

que acabou por afetar grupos opositores da política Vargasista, facilitando os planos de Getúlio Vargas de centralização autoritária com o “Estado Novo” de 1937.

Ainda em 1935 seria decretada a prisão de Caio Prado Jr. que permaneceu por dois anos como preso político, acusado de participar da insurreição armada daquele ano. Em 1937 foi novamente denunciado pelo delito contra a segurança nacional, porém, recorreu em vias do ato, conseguindo habeas-corpus que lhe possibilitou voltar à liberdade.

Esses acontecimentos levaram Caio Prado Jr. a pedir exílio na França, onde crescia a influência política do Partido Comunista Francês. Lá, colaborou diretamente com os republicanos franceses e principalmente na Guerra Civil Espanhola.

Caio Prado Jr. retornara ao Brasil no ano de 1938, dando continuidade a seus trabalhos e escritos em torno das condições sociais da população brasileira, observando os efeitos e as transformações ocorridas na política do Estado Novo, o que de certa forma veio a limitar as ações realizadas pelo PCB, que tentava reunir os antigos membros e as novas lideranças em uma Conferência Nacional, que foi realizada na Serra Mantiqueira no ano de 1943, momento em que o Brasil colaborava diretamente com os Aliados, na Segunda Guerra Mundial, dentre estes países a própria União Soviética.

Luiz Carlos Prestes fora eleito como secretário geral, porém se encontrava preso, formando a chamada Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), que ocorreu no Rio de Janeiro, tendo como representantes desse movimento Mário Alves, João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois e Pedro Pomar. Essa reunião do PCB teve como propósito decidir se o partido apoiaria ou não Getúlio Vargas, nas ações de cunho nacional contra os países do Eixo.

A inconsonância em relação a essa decisão refletiu sobre os membros paulistas e cariocas, que expressaram grande insatisfação em terem que apoiar Getúlio Vargas, optando estes em desencadear uma luta contra o fascismo e a ditadura gerada pelo Estado Novo.

Esse movimento segundo Karepovs (2003, p. 14), teve o apoio de fortes personalidades políticas da época, a exemplo do próprio “Caio Prado Jr., Tito Batini, Zacharias de Sá Carvalho, Victor Konder, David Lerner, Heitor Ferreira Lima, Astrojildo Pereira e Mario Schenberg”. Eles estavam ligados ao chamado “Comitê de Ação”, tinham como objetivo lançar como candidato a Presidência da República o próprio Caio Prado Jr., já que mantinham forte relação com os ideais traçados pela (ANL), o que permitiu o vínculo entre comunistas e liberais frente ao Estado Novo Vargasista.

Com a derrota dos países do Eixo em 1945, e as pressões exercidas sobre o governo Vargasista, o PCB via naquele momento a oportunidade de fortalecer-se novamente, o que se

concretizou com a saída de Getúlio Vargas do poder e com o requerendo o qual pediam o direito de atuarem como um partido em plena legalidade após 18 anos de perseguições e ações ocultas.

Esse período de 1945 foi marcando por grandes transformações para o PCB, que incluía, entre adeptos, personalidades que viam a chance de concorrerem às eleições daquele ano, a exemplo de escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Álvaro Moreira, o pintor Candido Portinari, o professor e físico Mario Schenberg, o arquiteto Oscar Niemeyer e o próprio Caio Prado Jr..

Caio Prado Jr., viria a participar da fundação da União Democrática Nacional (UDN), porém, no ano de 1945. Com a libertação de Luiz Carlos Prestes da prisão o mesmo optou por adotar o nome de Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), o que levou a alguns membros insatisfeitos a ingressar na Esquerda Democrática, originando mais tarde o Partido Socialista Brasileiro.

Manteve-se ligado ao PCB, e em seguida deu continuidade em seus escritos, os quais deram origem a importantes obras, como *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942, objetivo de nossos estudos, e *História Econômica do Brasil* em 1945<sup>1</sup>.

Pode-se dizer que esse período foi de suma importância para a historiografia brasileira, pois as ciências humanas do país foram contempladas com uma safra de obras de historiadores e cientistas sociais, a exemplo de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre e outros.

Prado Junior se elegeu deputado estadual, tendo destacada atuação no campo político parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, entre 1947 e 1948, pelo PCB. Como deputado de destaque, buscou favorecer o campo de pesquisa científica, concedendo bolsas de estudos tanto para estudantes como também para professores universitários.

Tempos mais tarde tendo sido cassado seu mandato, por pertencer ao proscrito Partido Comunista, buscou dedicar-se à sua própria editora “Brasiliense”, a qual publicou obras e artigos importantes tendo como referência a política, a economia e questões sociais, partindo das primeiras referências históricas coloniais para as contemporâneas. Essas

---

<sup>1</sup> Parte de um projeto inconcluso, *Formação do Brasil Contemporâneo*, para chegar a uma interpretação do Brasil de então, concentrou-se em um período entre o fim do século XVIII e a primeira década do XIX, no qual ocorrera o declínio do sistema colonial e foram dados os primeiros passos de afirmação da nacionalidade brasileira. Para Caio Prado Jr., estavam neste corte as bases de um processo histórico que se prolongava até então e não estava terminado e que ainda trazia as marcas do seu passado: “Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles, para que hoje nos esforcemos inutilmente. (KAREPOVS, D. Caio da Silva Prado Júnior: um perfil biográfico. In:\_\_\_\_\_. (Coord.) *Caio Prado Júnior, parlamentar paulista*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003; p.14 e 15).

reflexões nos anos de 1950 e 1960, abriram espaço para que fosse discutida o que chamou de “*A Revolução Brasileira*”, uma de suas principais obras, a qual o historiador se propôs falar sobre as forças “renovadoras e progressistas” presentes em nossa vida política brasileira.

Com investimentos na Editora Brasiliense, contaria ele com a colaboração de importantes nomes da literatura brasileira dentre eles: José Bento de Monteiro Lobato, Arthur Neves, Leandro Dupré e outros que abraçaram o projeto de produções mais voltadas para as ciências sociais, além de obras completas de Lima Barreto, Maria José Dupré e Monteiro Lobato.

Não era apenas o ambiente político que estava em transformação, mas também o intelectual. Apesar da simpatia com o marxismo, Prado Junior nunca deixou de levar em consideração outras teorias, como o positivismo de Berthand Russell, ou mesmo as reflexões do Círculo de Viena. Sabe-se que sua ação não foi tão aceita pelos intelectuais da época, porém, o reconhecimento veio com o prêmio “Juca Pato” que deu a Caio Prado o título de intelectual de 1966. Segundo Lincoln Secco,

Independente da opinião que temos sobre aquele livro [A revolução brasileira, 1966], ele enfim fez com que Caio Prado Júnior deixasse de ser apenas um comunista politicamente marginal no interior do partido para se situar no centro de uma polêmica sobre as razões da derrota da esquerda. Isso porque sua leitura do Brasil agora encontrava um novo ambiente cultural e o próprio marxismo cedia lugar a uma era de vários marxismos, como já vimos. Caio Prado Júnior se tornou o novo paradigma das leituras críticas da nossa história e passou da condição de herege à do mais brilhante e modelar pensador marxista brasileiro. (SECCO, 2008. p. 117-118).

Apesar das decepções no campo político, sua familiaridade com o processo intelectual histórico favoreceu o desenvolvimento de sua abordagem da historiografia brasileira, procurando sempre dar ênfase às situações políticas geradas pelas revoltas e conflitos do século XIX.

Suas articulações e estudos sobre economia política e história econômica, tratadas na obra *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957), mostram seu compromisso com o que passou a chamar de “fato econômico”, ou seja, para Caio Prado Jr., as ações e experiências devem estar inseridas diretamente ao transpor da teoria para a prática.

E na medida, reduzida embora, em que esse objetivo for realizado, ter-se-á uma visão mais adequada e concreta da vida e das relações econômicas, que não se moldam por princípios, leis ou padrões absolutos e eternos – como quer a metafísica e aparece, ou antes, se disfarça na análise corrente e ortodoxa dos fatos econômicos – e são apenas expressão momentânea do comportamento dos homens estimulados e

guiados por suas necessidades materiais e morais, bem como pela experiência que esse mesmo comportamento lhe proporciona. (PRADO, 1957, p.15).

Portanto, as obras de Caio Prado Jr. "*Formação do Brasil Contemporâneo, História Econômica do Brasil, A Evolução Política do Brasil, A Revolução Brasileira, Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica, U.R.S.S Um Novo Mundo*" são algumas das obras que produziu, sinalizando em seus escritos sua preocupação e insatisfação com o cenário político brasileiro e os problemas sociais vividos pela população brasileira.

No desenvolvimento de seus estudos, teve como objetivo fundamentar teoricamente os acontecimentos em períodos de extrema relevância para nossa historiografia, tendo como inspiração a realidade brasileira, e os problemas gerados em torno do processo de formação do Brasil contemporâneo.

Assim ao analisarmos a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, podemos ter ideia da dimensão metodológica do autor, como este passou a acompanhar os acontecimentos históricos de sua época, conduzindo seus escritos a uma maior criticidade e esclarecimento, o que pode ser observado em relação a suas preocupações historiográficas e aos fundamentos étnico-culturais, sociais, políticas e econômicos do período colonial e diante dos olhares direcionados à contemporaneidade.

Segundo Caio Prado Jr., (2004) para que se pudesse entender aquela realidade histórica em constante transição, se fazia necessário explorar as bases da economia colonial, a política e principalmente as relações sociais, observando contemporaneamente o comportamento e as mudanças, a nível temporal e espacial, já que essa realidade ao longo do processo histórico foi sendo esquecida ou simplesmente abandonada, encontrando-se enraizada e adormecida, mesmo ao ser observado certa evolução da sociedade brasileira.

O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se o plano de realizações humanas algo de novo. Este "algo de novo" não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa "atitude" mental coletiva particular. (PRADO, 2004, p. 10).

Portanto, essas memórias históricas nos trazem aquilo que por muito tempo marcou a realidade de tantos brasileiros e que desde o período da colônia até os dias atuais se fazem reminiscência e se atualizam ao universo contemporâneo, nas conveniências de uma mão de obra barata e mais dócil oferecida pelo povo brasileiro na figura de indígenas e dos chegados africanos e que, no pensamento de Caio Prado Jr., forjou-se no processo de exploração, na força de trabalho escravo. Mais tarde, com baixos salários e a chamada mais-valia, as referências imperialistas se tornavam geradoras de um processo de usurpação de vidas, retirando por meio de atividades nacionais o lucro que era desviado para o exterior.

Se no passado colonial o caráter dessa exploração se encontrava assentado na grande propriedade da terra e no trabalho escravo, hoje ele permanece amparado na grande propriedade privada das terras e na propriedade privada dos demais meios de produção, e encontrado no trabalho livre seu substrato de acumulação e de valorização. Afinal de contas, historicamente o modo de produção capitalista, em essência exigiu que a exploração da natureza e do trabalho humano fosse acelerada no sentido de se elevar cada vez mais as taxas de lucro. (MATTEI, 2012, p. 16).

O que podemos entender é que esse modelo implantado pelo imperialismo se mostrava para Caio Prado Jr., não mais de forma efetiva como um modelo monopolizador do produto ou mercadoria colonial, mas algo que tomava grandes proporções em relação à dominação das atividades econômicas ligando diretamente aos detentores do capital.

Para o historiador Lincoln Secco (2008, p. 79), Caio Prado Jr., “acreditava que numa sociedade capitalista a burguesia podia ser a classe dominante, mas isso não significava que ela deveria exercer seu domínio em “instituições políticas tão mal organizadas”. Era possível um aperfeiçoamento das instituições a fim de que houvesse um domínio mais sofisticado das classes superiores e um espaço de educação política e de direitos de cidadania para as classes baixas”.

Para Lauro Mattei (2012, p.16), se fazia necessário entender que, no período colonial, a propriedade privada estava diretamente inserida ao trabalho escravo e ao domínio das terras, esta que passava a ser disseminadora da exploração, fosse por meios escravistas, ou ao sentido da simples dominação, alienação e que contemporaneamente encontrava-se inseridos na realidade rural, ou mesmo de trabalhadores nos centros urbanos, inferiorizados socialmente. Esse é um indicativo de que a nova visão de propriedade privada estava diretamente ligada aos meios de produção, a “acumulação e valorização”, visando sempre elevar ao lucro, e conseqüentemente ao pensamento capital.

Logo, para Caio Prado Jr., (2004), a economia brasileira, desde sua origem viveu ciclos sucessivos, entre fases ascendentes de progresso, este de certa forma ilusório, até a total

decadência, a exemplo do período açucareiro na região Nordeste, o ouro nas Minas Gerais, a borracha, o café. Cada fase de progresso dava a impressão de prosperidade nessas províncias, mas com o passar do tempo foram reduzidas a sombras de um passado que se renova constantemente nas lembranças e nos estigmas que marcam a história e o sofrimento da população.

Nestas condições Caio Prado Jr.(2004), fala também da evolução de um povo, mas principalmente enfatiza os acontecimentos por trás destes trezentos anos de história, como falamos anteriormente e que não se esgotam, mas ampliam e transcendem exatamente por não ser um caso isolado, mas estar ligado ao desenvolvimento comercial português, momento que para Caio Prado Jr., a “Europa deixava de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o oceano”.

Para ele, o grande mérito é sem dúvida dos portugueses, que tiveram visão e conseguiram alicerçar-se comercialmente onde ainda não havia sido explorado com veemente concorrência, dada à vantagem geográfica que tinham, comercializaram e traficaram com os mouros que exerciam certos domínios sobre as populações indígenas, além da vantajosa descoberta das Ilhas (Cabo Verde, Madeira e Açores), indo em direção ao sul, ao contorno da África chegando as Índias.

Atrás dos portugueses lançaram-se os espanhóis. Escolheram outra rota, pelo ocidente ao invés Oriente. Descobrirão a América, seguidos, aliás, de perto pelos portugueses que também toparam com o novo continente. Virão depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Só ficarão atrás aqueles que dominavam no antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados, geograficamente, com relação as novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário a par dos novos astros que levantaram no horizonte: países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda. (PRADO, 2004, p. 22).

Apesar de toda essa euforia e efetivos estudos realizados sob a expectativa dos países europeus de encontrarem novas rotas marítimas que os levassem ao paraíso das especiarias, isso não acabou se concretizando. Assim, sinaliza inicialmente Caio Prado Jr., que os territórios na América eram tratados como primitivos, sem valor aos interesses comerciais para os reinos da Europa.

Caio Prado Jr. neste contexto expressa um entendimento do conceito “colonização” que se remetia simplesmente a “feitorias comerciais”, o que era praticado por italianos, ingleses, bem como pelos próprios portugueses na África e na Índia.

A partir desse momento da história as feridas culturais são expostas, sendo os povoadores dos territórios da América marcados a ferro, tratados eurocentricamente como bestas selvagens, aberrações, incivilizados. Estes, chamados também indígenas, não lhes traziam expectativas maiores a perspectivas geradoras de riquezas. Porém, com as frequentes expedições realizadas por espanhóis, ingleses e franceses, estas de forma a sobrepor o pioneirismo português em alguns momentos, levou-os a planejar como poderiam explorar estes territórios de forma que viessem a lhes trazer lucro, em vias da produção de gêneros de interesse ao processo comercial.

A povoação antecedia qualquer ideia de colonização, pois não se tratava, segundo Caio Prado Jr., de um simples processo de feitorias. Logo, as primeiras investidas no processo de exploração se iniciavam com “a madeira, (pau-brasil), a pele de animais a pesca ao extremo Norte, como havia ocorrido com os ingleses, Normandos e Vasconcelos”.

Os portugueses e demais países em processo de colonização só não tiveram a mesma sorte dos espanhóis, que ao chegarem em território ameríndio encontraram civilizações evoluídas e conhecedoras das técnicas de exploração dos metais preciosos o que mais tarde decretou o fim dessas grandes civilizações a exemplo dos Astecas e Incas. Apesar de criadas as expectativas sobre o domínio português de que a qualquer momento teriam a mesma sorte dos espanhóis, isso acabou não acontecendo, o que condiciona e redireciona os planos para um movimento voltado para as práticas agrícolas.

Portanto, outras observações realizadas são no campo geográfico, de localização territorial, climática, as quais seriam mais favoráveis e destinadas ao desenvolvimento o que passaria a ser chamada de *plantation*. Mas, observa Caio Prado Jr., que a amplidão do processo colonizador na América, também se remete a questões político religiosas.

Se se povoou esta área temperada, o que aliás só ocorreu depois do século XVII, foi por circunstâncias muito especiais. É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e que vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções, isto durara muito tempo; podendo-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo, a um processo que prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América a puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, mais tarde morávios schwernkfelders, inspiracionistas e menonitas da Alemanha Meridional e Suíça. (PRADO, 2004, p. 26).

Em suma, todas as referências historiográficas, os escritos, trazidos por Caio Prado Jr., abrem espaço para discussões contemporaneizada e que são constantemente observadas por teóricos das diversas áreas das ciências humanas, mas que são de extrema relevância já

que não se esgotam, porém, pois abrem espaço para reflexões de pertinência ao campo político-social e demais áreas, a exemplo da geografia, filosofia, sociologia e da própria história.

Dessa forma, entendemos ser necessário observar atentamente o ensejo de um personagem dentro e fora dos limites da política brasileira, tornando-se essa a representação e o vínculo de desdobramento sobre a formação colonial brasileira, de herança escravista e de precipícios existentes entre as classes sociais e as instituições políticas no Brasil.

Para Paulo Iumatti, (1998) a trajetória política de Caio Prado Jr., representa o desmascaramento de um sistema elitista que se propunha a camuflar diferenças, sufocar e ao mesmo tempo reconciliar-se a novas forças políticas no processo de urbanização; pois para esta elite o motivo de asfixiar e pressionar são propositais, não permitindo emergir conflitos sociais, e a visibilidade de uma sociedade desigual.

De fato, podemos observar que as preocupações com as bases sociais, políticas e econômicas, tomavam rumos e padrões intelectuais gerais. Essa combinação de reflexão intelectual e atividade política envolvia importantes personalidades do campo da história; além do próprio Caio Prado Jr., personagens a exemplo do historiador Sérgio Buarque de Holanda que se encontrava-se ligado politicamente ao Partido Socialista e a Esquerda Democrática. Porém, o que realmente preocupava Caio Prado Jr., era o fato de que “a maior dificuldade naquele momento seria mobilizar politicamente as classes populares”.

A seu ver as forças políticas emergentes no Brasil provinham dos setores desorganizados e marginalizados da política, cujo nomadismo ou desemprego, estrutural e crônico, dificultava a sobremaneira a conscientização e a organização política. (IUMATTI, 1998, p. 15).

Em suma, na continuidade de nossos estudos veremos que Caio Prado Jr., se tornou uma referência para a historiografia brasileira e para tantos intelectuais que optaram por estudar suas obras e ação política, e as formas pelas quais poderiam entendê-las observando diretamente para a realidade colonial e assim fundamentá-las ao processo da contemporaneidade, mediante as bases sociais, econômicas e políticas.

Veremos a seguir, no desenvolvimento desse trabalho, como Caio Prado Jr., passou a influenciar e a ser inspiração a novos estudos de similares historiadores como; Paulo Teixeira Iumatti, Lincoln Secco e Paulo Henrique Martinez, os quais utilizaram importantes obras e reflexões Caiopradianas em seus escritos, levantando novas discussões e fundamentações teóricas em torno da historiografia brasileira.

## 1.2. Caio Prado Jr. o Biografado

Caio Prado Jr. trouxe junto a seus escritos, principalmente na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, o desejo de entender e esclarecer vários momentos do passado que mexiam com as estruturas institucionais, estas apresentadas pelo historiador na tríade povoamento - vida material - vida social.

Entendemos que as reflexões feitas por Caio Prado Jr. são diálogos entre o presente do historiador e o passado estudado, em função de sua vivência e disposição ao entendimento da realidade brasileira desde o momento de sua formação social, econômica e política até a contemporaneidade retratada nos escritos do intelectual, que teve grande influência da literatura marxista.

Tomemos a frase dita por Eric Hobsbawm (2013, p. 30) como referência àquilo que a história passa a representar no processo de reconstrução dessas bases estruturais, mas principalmente dando significado à contemporaneidade. E dessa forma, ao nos depararmos com os escritos de Caio Prado Jr., o mesmo, ao se referir sobre o “sentido da colonização”, procurou expressar seus anseios, mostrando a necessidade de esclarecimentos e jamais de retrocessos em torno do passado colonial. Procurou ver, na historiografia presente, as vertentes sociais, econômicas e políticas contemporâneas, às quais observou em seu cotidiano, o que o levou a se tornar um personagem público preocupado com os acontecimentos que mexeram com nossa história.

Por vezes é possível entender que esta relação com a história brasileira iniciou-se desde sua adolescência, tendo como referência suas experiências de viagens que realizou pelo Brasil e por outras partes do mundo, o que pode ser observado claramente em seus escritos e o que constrói uma identidade para o intelectual, uma linha de pensamento em suas obras, que conforme estudada passa a tornar mais clara suas expectativas e seu objetivo dentro do campo epistemológico e na historiografia brasileira.

No interesse correspondente ao efeito da ação europeia em territórios indígenas e assim na extensão do trabalho escravo nos engenhos e nas fazendas, Caio Prado Jr. também se preocupou em mostrar as faces desses períodos, dinamizando cronologicamente cada momento, dando uma nova dinâmica a seus escritos.

Em função dessa capilarização e construção de novos referenciais teóricos, trazemos como referência em nossos estudos obras de importantes historiadores, a exemplo de; Paulo Teixeira Iumatti, Lincoln Secco e Paulo Henrique Martinez, onde apresentaremos dados importantes sobre essas análises de cunho biográfico e historiográfico.

Paulo Iumatti (2007) procurou descrever o historiador como um verdadeiro patrimônio cultural, isso muito em função de suas contribuições não somente no cenário intelectual, mas também político, marcados pela luta contra os abusos no ambiente público governamental, também marcado por suas prisões e pela militância o que o tornou alvo de elogios e críticas nos anos de 1980.

Mas o que de fato se torna intrigante é porque Caio Prado Jr., foi nesse período negligenciado, em um momento da historiografia brasileira em que tivemos também em destaque Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, importantes personalidades do cenário histórico brasileiro.

A recepção das obras dos três autores variou ao longo do tempo, nas críticas e no acolhimento. Gilberto Freyre teve melhor recepção nos anos 30, 40 e 50, sendo criticado posteriormente e analisado nos anos 70 e 80. Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda, apesar de sua contribuição e importância no cenário histórico brasileiro, era mais elogiado que lido e estudado.

Nas palavras de Paulo Teixeira Iumatti (2007), a vida de Caio Prado Jr. e sua família nunca fora fácil, pois carregavam o estigma de serem defensores do comunismo o que os afastara de uma realidade natural de convívio social, sendo constantemente vítimas de acusações e críticas.

Porém, certo de sua integridade moral Caio Prado Jr. jamais se deixara afetar por essas difamações, propondo sempre tranquilizar seus familiares em relação a possíveis perseguições, sendo relatado em suas cartas ainda em exílio no ano de 1938, sua consciência de que deveria dar continuidade a sua luta pela igualdade social.<sup>2</sup>

Segundo Iumatti (2007, p. 132), um importante referencial da obra de Caio Prado Jr. "*Formação do Brasil Contemporâneo*" ocorreu com a familiaridade com a geografia brasileira que, além de artigos no ano de 1942, e mais tarde nos anos 1950 a 1983, com a colaboração de seu filho Caio Graco, passou a organizar escritos em torno da geografia da cidade de São Paulo. Essa familiaridade estimulou um olhar vívido sobre cidades e regiões onde a história brasileira vivera a intensa transformação em âmbitos gerais - históricos, geográficos, climáticos, étnicos, culturais, transcendentais ao campo social, econômico e político - dando um significado maior a sua obra.

---

<sup>2</sup> Estou plenamente consciente de todos os riscos que corro. Creio contudo que posso reduzi-los ao mínimo com minhas novas disposições. Tenho firme intenção de abandonar quaisquer preocupações que não sejam puramente privadas. Não haverá assim mais razão alguma para se preocupar comigo. Levarei minha vida do meu lado e não penso que diante disto subsistirão motivos para ser aborrecido. (Apud, IUMATTI, 2007, p. 131).

Se por um lado sua vida afetiva e familiar passava por uma fase complicada, em sua trajetória intelectual continuava a produzir suas reflexões, que se consolidaram na obra *“Evolução Política do Brasil” em 1933*.

Seu isolamento em uma chácara em Campos do Jordão e o anúncio da prisão dos membros do PCB, notícia trazida por Leôncio Martins Rodrigues, levou o intelectual a intensificar seus estudos e escritos a partir do ano de 1940.

A disciplina necessária ao trabalho havia sido, afinal, conquistada, tendo se tornado um traço marcante de personalidade – que possibilitou, ao longo da vida a concretização de projetos ambiciosos. Impunha, de modo por vezes demasiado rígido, limites claros para a mente criativa, permitindo a manutenção de certo equilíbrio e interação entre trabalho e a vida prática. (IUMATTI, 2007, p. 136).

Sua vida pública ocorria entre os constantes desacordos com personalidades contrárias às suas ideias políticas, o que se tornara até natural, mas, resguardava-se em momentos pontuais a externar suas insatisfações, usando seu diário pessoal, ou por vezes, fazendo uso de seus escritos como instrumento de crítica ao sistema, os quais poderiam ser lidos em artigos, jornais e outros.

Sendo uma pessoa bastante reservada, mantinha um vínculo social de poucos amigos, estando próximo de seu irmão e seu primo e melhor amigo, e naquele momento junto a Helena Maria Nioac, que se tornaria sua mulher, dando a ele o terceiro filho chamado Roberto Nioac Filho.<sup>3</sup>

Para Paulo Teixeira Iumatti, (2007), está muito claro que Caio Prado Jr. construiu sua identidade muito bem fundamentada aos princípios de igualdade das classes, o que certamente é um resquício da corrente marxista adotada pelo historiador ao longo de seu vida, que transitava entre a rebeldia e o universo intelectual, desalinhada aos padrões da elite de seu tempo.

Segundo o sociólogo Darrel Levi, a defesa, por Caio Prado Jr., de uma solução radical para corrigir as desigualdades da sociedade brasileira estaria inserida em uma tradição que remonta à posição do Conselheiro Antônio Prado contra os reacionários de seu próprio partido no clímax da Abolição e, mais tarde, contra os próprios interesses de sua classe social, na ocasião dos primeiros esquemas de subsídios ao

---

<sup>3</sup> O médico judeu Davi Rosemberge sua mulher tornaram-se amigos do casal, tendo mesmo mandado construir em Campos do Jordão, uma ampla casa nas vizinhanças da Jurupeva. Também a pianista Yara Bernette, então mulher do pintor Carlos Prado, irmão de Caio Prado, era íntima do par nesses anos, assim como o primo Elias Chaves Netos. Outro círculo de amizades era aquele que rodeava a militância política e a Editora Brasileira em que, de 1943 em diante, Caio trabalhou diariamente, envolvido em uma rede social bastante ampla. Como observou Francisco Iglesias, seu modo de ser, elegante e distinto, não afastava dos companheiros, embora pudesse, involuntariamente, intimidá-los. Compensavam -no, sem dúvida, a sua sociabilidade, o trato ameno, o sentido perfeito da igualdade. (IUMATTI, 2007, p.137).

café; à oposição de Eduardo Prado à República, bem como a sua crítica da influencia estrangeira no Brasil e sua simpatia pelos caboclos, à rebeldia de Veridiana Prado contra o status da mulher paulistana; e ao ataque de Paulo Prado, na década de 1920, aos traços negativos que atribuía à cultura brasileira e as instituições políticas da República Velha. (IUMATTI, 2007, p. 139).

Dessa forma Iumatti (2008), mostra que a família de Caio Prado Jr. se tornara referência nos setores da oligarquia agrária, na modernidade industrial, com forte empreendedorismo, mas principalmente no ambiente político, operados por personalidades a exemplo das gerações como a do Conselheiro Antônio Prado, do Conde Álvares Penteado, ou seja, muito bem representados pelos irmãos: Antonio, Martinico e Eduardo.

Paulo Teixeira Iumatti (2008), chama a atenção para desconfianças e o descrédito de alguns contemporâneos em relação aos escritos de Prado Jr., haja vista sua imagem de radicalismo devido à aceitação ao regime soviético, o qual não expressou insatisfação ou críticas sobre esse sistema. Pelo contrário, Prado Jr. procurou aprofundar-se, conhecer e aproximar-se cada vez mais do marxismo, o que veio a acontecer em suas viagens para URSS, Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia e para a China, o que selou sua fidelidade ao socialismo.

Como comentamos nos escritos acima, é possível apresentar um Caio Prado Jr. observando suas fases como intelectual. Inicialmente o jovem escritor da obra “*URSS, Um Novo Mundo*” de 1934, onde tem os primeiros contatos com a literatura marxista e com o universo socialista, marcado por suas visitas a esses países, e posteriormente um personagem mais maduro, portador de uma ainda maior admiração em relação a esses sistemas políticos, o que o levou a escrever a obra; “*O mundo do socialismo*”, de 1962.

É de notar-se, também, a ausência de Caio Prado Jr. das Tribunas de Debate que circularam durante a controvérsia pecebista sobre o XX Congresso do PCUS, de 1956, em que os crimes de era estalinista foram denunciados por Krushev. Na visão de Raimundo Santos, tudo indica que para seu partido, também para ele a militância significava um longo compromisso com o comunismo histórico que não se abalava nem mesmo com as revelações do Informe Secreto de Krushev. O mesmo autor chega a detectar, em sua proposta de um socialismo brasileiro de reformas capitalistas, pontos imprecisos e ambíguos, certamente devido ao tipo de socialismo que Caio Prado Jr. teria no fundo de sua ideologia; socialização dos meios de produção na sociedade soviética. (IUMATTI, 2007, p. 146).

É de fundamental importância dizer que o intelectual, apesar da declarada rebeldia que é demonstrada em suas atitudes ao longo de sua vida, mostrava-se um personagem centrado, humano e decidido a trabalhar em função de uma população, para que esta fosse

mais bem orientada, tornando-se gradativamente mais participativa, rompendo de forma declarada com todo e qualquer modelo de dominação<sup>4</sup>.

Na sequência, veremos como o historiador e escritor Lincoln Secco discorre sobre a trajetória de Caio Prado Jr., enfatizando a aproximação do mesmo em relação a corrente marxista e como esta passou a estar presente na vida e nas fundamentações teóricas ao longo de sua caminhada acadêmica, sua militância e como base de seus escritos no campo das ciências humanas.

### 1.3. A Biografia de um Marxista

Na sequência de nossos estudos propomos trazer como referência a obra “*O Sentido da Revolução*” escrita pelo historiador Lincoln Secco, que propõe falar sobre a trajetória do intelectual Caio Prado Jr. a partir de seu posicionamento marxista.

A introdução de Caio Prado Jr. ao pensamento e as teorias deixadas por Karl Marx ocorreu nos anos 20, ainda como estudante de direito no Largo do São Francisco. Rapidamente o intelectual buscou ter acesso às obras de Marx, o que possibilitou a este e outros estudantes formar grupos de estudo e, ambientes de debate em torno de obras como; “O Capital e O Manifesto do Partido Comunista” entre outras.

Havia dificuldade do acesso a esses escritos e em função da importação das obras marxistas da Europa ser demasiadamente cara, mas Caio Prado Jr., por ser de uma família da oligarquia paulista, não mediu esforços para ter acesso a essa literatura.

É por isso que Lincoln Secco (2008, p. 36) afirma em seus escritos que até meados dos anos de 1960, a corrente marxista seria apenas uma cópia mal feita daquilo que era apresentada e disponibilizada pela (PCUS), o que para o autor se tornara “mecanicista”, ainda mais quando adentrou ao universo das universidades, o que levou esta corrente de pensamento a ser analisada e interpretada sem uma real funcionalidade em meio à política. Contudo, Caio Prado Jr., segundo o autor, constituiu-se em uma exceção.

O grande diferencial de Caio Prado Jr., segundo Secco, (2008) em relação aos demais acadêmicos, sem dúvida passou a ser o fato de este propor uma maior dinâmica em

---

<sup>4</sup> (...) em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção. As pessoas não podem ser sacrificadas. Nem tipos especiais de pessoas – os espertos, os fortes, os ambiciosos, os belos, aquelas que podem um dia a fazer grandes coisas, ou mesmo aquelas que sentem que seus interesses pessoais não estão sendo levados em conta nessa sociedade – nem qualquer outra. Especialmente aquelas pessoas que são apenas pessoas comuns, não muito interessantes, apenas para fazer número, como dizia a mãe de um dos meus amigos. Apud. (IUMATTI, 2007, p. 148).

suas leituras marxistas, realizando uma comparação e inclusão dessas teorias a análise e entendimento da realidade de nossa política na época<sup>5</sup>.

Para Secco (2008) a vertente marxista “orgânica” no Brasil junto ao PCB anulou-se muito em função da forma como se passou a interpretar essas teorias, que por vezes estavam voltadas àquilo que era transmitido junto à Internacional Comunista.

Logo, Caio Prado Jr. tornou-se um adepto e participante ativo dessa vertente, pois sua ação política ia muito além de suas leituras de cunho marxista, passando a investir financeiramente e difundir esse pensamento de várias formas e meios possíveis na época.

Caio Prado Júnior ingressou nesse exército em 1931 e se entregou de corpo e alma. Editou jornais, aplicou dinheiro em gráfica clandestina, financiou dois livros militantes de sua autoria, traduziu Teoria do Materialismo Histórico de Bukharin, registrou em seu nome um jornal (A Luta) que só durou dois números, entre outras coisas. Também quis conhecer a vida dos trabalhadores e durante toda sua vida desejou ouvi-los. (SECCO, 2008, p. 37).

É nesse contexto que o olhar lançado sobre o PCB, levava a uma única pergunta: Como poderia um partido nascer das camadas burguesas e como essa elite passaria a se relacionar com a massa operária?<sup>6</sup>

A resposta para essa pergunta o próprio Caio Prado Jr., se encarregou de dar, pois sua ligação com o comunismo e os referenciais socialistas aumentavam cada vez mais suas expectativas em relação ao cenário político, econômico e social, o que o levou a fazer parte de grupos expressivos dentro do movimento como “Socorro Vermelho e Cooperativa Internacional dos Trabalhadores”, o que segundo Secco, não tiveram maior repercussão e desenvolvimento por motivo de conflitos internos.

Mas entende-se que o esforço coletivo vinha de várias frentes de intelectuais, militares e membros da elite oligárquica, que se revezavam com o objetivo de dinamizar e dar maior funcionalidade a esses movimentos no Brasil.

---

<sup>5</sup> Como primeiro marxista brasileiro, ele só teve antecedentes em figuras menos conhecidas e que tentaram, sem o mesmo sucesso, interpretar a realidade brasileira (e latino americana) à luz dos conceitos de Marx. Esse foi o caso do mexicano Rafael Ramos Pedrueza (1897-1943), autor de La lucha de clases a través de La historia de México (1932). No Brasil houve os já citados Otávio Brandão, Lívio Xavier e Mario Pedrosa. (SECCO, 2008, p. 37).

<sup>6</sup> É preciso recordar que apesar de o PCB se apresentar como um partido operário, muitos intelectuais e membros da pequena burguesia se incorporaram a ele até mesmo em cargos de direção. Basta lembrar os irmãos Fernando e Paulo Lacerda, o médico Ilvo Meireles, sem contar com os “tenentes”, como Silo Meireles. Mais tarde, na Aliança Nacional libertadora ou nos jornais próximos dos comunistas, como a Platéia, entrariam intelectuais como Brasil Gerson e Clóvis de Gusmão, Oswald de Andrade, Patrícia Galvão e outros. Assim Caio Prado Jr. não era o único burguês no partido. (SECCO, 2008, p. 38).

Mais tarde, fazendo parte do Clube dos Artistas Modernos (CAM), Caio Prado Jr. faz sua primeira publicação de cunho marxista, a qual traz questionamentos pertinentes a política da época, tendo esse material como tema: *Evolução Política do Brasil: ensaio e interpretação materialista*, o que gerou entre o meio acadêmico críticas e elogios de personalidades como Alcântara Machado e Lívio Xavier, afinal eram escritos que traziam uma leitura contemporaneizada de nossa política e de nossa realidade social.

Sua pré-disposição aumentou a partir do momento em que ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), nos cursos de geografia e história, “o que possibilitou ao intelectual estar próximo de importantes nomes da geografia francesa a exemplo de Pierre Monbeig e de Pierre Deffontaines, o que o levaria mais tarde a participar da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), onde realizou vários escritos sobre a indústria salinera do Rio de Janeiro, além de falar sobre a distribuição da propriedade rural em São Paulo e também sobre comunicação e transporte”.

Caio Prado Jr., dedicaria seu tempo ainda a escrever uma outra obra: “*O Estruturalismo de Levi Strauss e o Marxismo de Louis Althusser*” de 1971, a qual o intelectual não abriria mão de fazer algumas críticas ao antropólogo falando de seu “estruturalismo politicamente retrógrado” e em relação a Louis Althusser, a “visão deformadora do marxismo”.

Certamente conheceu ainda que de forma distanciada, o antropólogo francês, e esse forneceu um rápido e ácido retrato de Caio Prado Jr. nas páginas de sua obra. Embora o autor não o nomeie, é inquestionável que falava dele quando escreveu que toda aquela elite se distribuía numa grande variedade de papéis sociais, não faltando mesmo o fato curioso “de ser o comunista encarnado pelo herdeiro rico do feudalismo local”. (SECCO, 2008, p. 41).

Mas, esse seria um assunto para outro momento, tendo em vista que nosso objetivo aqui é falarmos biograficamente de Caio Prado Junior. Para Lincoln Secco (2008), Prado Júnior e outros simpatizantes do PCB pagaram um preço muito alto por seu envolvimento junto à corrente política comunista, pois à medida que se tornaram públicos algumas ações e erros, tudo era ampliado, tornando qualquer membro do movimento uma ameaça a ser controlada.

Como comentamos anteriormente, os escritos de Caio Prado Jr., realizados em função de explicar o funcionamento do socialismo após o retorno de sua viagem a URSS, repercutiu levando às mais diversas reações entre intelectuais, políticos em oposição, expondo

a ideia a qual os relatos caiopradianos seriam fruto de sua imaginação, o que para os críticos era praxe entre os defensores do socialismo moderno.

Seus críticos, em oposição, não deixaram de externar também total reprovação aos acontecimentos internos ocorridos na URSS, os quais envolviam diretamente Stalin e a forma como este aplicou seu regime de governo junto aos referenciais ditatoriais e totalitários, perdendo o apoio do próprio Partido Comunista da União Soviética (PCUS)<sup>7</sup>.

Toda essa análise feita sobre Prado Júnior e os reflexos de sua fidelidade ao social-comunismo, passam a ser incorporados a sua vivência diária, como expressa Secco, (2008, p.45) a se referir à ligação de Eric Hobsbawm, com o próprio comunismo, quando o mesmo diz: “ser comunista: é estar pronto para tudo, assumindo-o como uma quase religião laica e, ao contrário disso, deixar de fazer parte ou ser expulso seria uma sentença de morte civil”.

Ao observar os escritos de Caio Prado Jr., percebemos que o mesmo em sua própria defesa expressou-se dizendo que poucos compreenderam sua forma de pensar a realidade brasileira e por isso, ele mesmo nunca se considerou de fato uma liderança dentro do Partido Comunista ou tenha sido tratado como tal. Pelo contrário, sempre foi visto como um transeunte, porém, procurou sempre demonstrar propostas política de desenvolvimento autônomo.

É nesse contexto que Lincoln Secco (2008) diverge da ideia a qual Caio Prado Jr. tenha sido um personagem secundário junto ao PCB, isso muito em função de sua participação social ativa e suas críticas ao sistema político, trazendo a discussão em torno do operariado da época. Prova disso foi a escolha de Prado Júnior como representante na ANL de São Paulo, este convidado a estar a frente da vice-presidência e, dessa forma tendo uma participação como candidato a deputado federal no período de 1945, não sendo eleito naquele ano, o que viria acontecer dois anos mais tarde com sua eleição a deputado estadual em 1947.

Caio Prado Júnior deixou alguns indícios das razões de manter-se num partido comunista. É de considerar que ele tinha os comunistas, apesar dos erros, em grande apreço. Podemos ver isso num artigo da revista *Fundamentos*, de 1950. Ele “confessava” que conhecia de longa data a ação dos comunistas nos regimes

---

<sup>7</sup> Evidentemente, já estava em curso uma série de processos que viriam a consolidar a ditadura pessoal de Stalin. O assassinato de Kirov desencadeou uma perseguição implacável a velhos bolcheviques. Ainda assim, Stalin não era visto como déspota e demoraria a sê-lo, salvo por anticomunistas incorrigíveis e por trotskistas. Ele era admirado por intelectuais como Romain Rolland, dava entrevista a Emil Ludwing e seu regime encantava os irmãos Webb, da Inglaterra. E continuaria sendo assim até 1956, quando Kruchev denunciou seus crimes. A História do Partido Comunista da União Soviética, obra coletiva dirigida por Stalin e feita depois da viagem de Caio Prado Júnior, era o livro-padrão de todo comunista, e seus comentários sobre linguística e arte eram citados por grandes intelectuais, assim como Caio o citaria positivamente em seus textos filosóficos dos anos de 1950. Desse modo, é preciso aceitar o fato de que muitos pensadores pagaram honestamente o tributo ao comunismo stalinista. (SECCO, 2008, p. 43-44).

burgueses e sabia como um comunista “é capaz de um trabalho insano, com o sacrifício de todos os seus interesses particulares e ainda com o risco permanente de sua liberdade, de sua integridade física e mesmo de sua vida”. (SECCO, p. 46-47).

Seus discursos realizados junto a Assembleia Legislativa traziam sempre a problemática das camadas mais pobres, enfatizando a desigualdade de renda, bem como a cidade de São Paulo e suas camadas elitistas, o que não levaria o intelectual a abandonar suas raízes oligárquicas, mas fazer uso desse poder capital em benefício e colaboração dos movimentos os quais participou diretamente.

Caio Prado Jr., alertava também ao fato de haver uma proximidade entre o que ele chamou de “miséria moral e cultural” e por outro lado a deficiência política das classes dominantes, o que para Dante Moreira Leite (1969, p. 39), possivelmente seria o que chamou de “*Crítica da Psicologia Diferencial*, onde fala sobre o fato da antropologia e da sociologia provarem que as diferenças entre os povos e raças decorrem de diferenças culturais ainda não eliminaria a existência de diferenças psicológicas entre esses grupos. Haveria a possibilidade de que, colocadas nas mesmas condições culturais, as raças reagissem de forma desigual”.

Isso explica o fato de Caio Prado Jr. sinalizar a dificuldade de mudar a mentalidade dessas camadas da sociedade, bem como as falhas que, segundo ele, eram visíveis dentro do próprio Partido Comunista, mas que estas estavam diretamente ligadas à pobreza intelectual da população, que culturalmente dava sinais de suas patologias sociais, da perda de seus valores e na minoridade, enquanto a classe burguesa mostrava-se mergulhada ao estado de alienação, isso em função de suas fragilidades no campo da política brasileira<sup>8</sup>.

Segundo Secco, (2008, p. 50) para Caio Prado Jr. o “Partido Comunista era um partido que sempre defendeu uma categoria social, o proletariado, além de ser um partido em que não entra o interesse pessoal”.

Mostra o autor que a prisão de Caio Prado Jr., e de outras personalidades importantes do PCB, a exemplo de Everardo Dias, sogro de Astrojildo Pereira, ocorrera posteriormente ao que ficou conhecido como “Intentona Comunista” de 1935, momento em que o governo varguista tornou-se um perseguidor implacável daqueles que se tornaram uma ameaça a seu governo, uma verdadeira repressão que se tornara um terrorismo de Estado<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Com essa história, Caio Prado Júnior ilustrava sua tese de que a política brasileira era muito baixo nível, pois as pessoas não conseguiam “ver o interesse coletivo de sua classe”, apenas defendiam seus interesses individuais. (SECCO, 2008, p. 80).

<sup>9</sup> Caio Prado Júnior, viu-se definitivamente preso depois da “intentona comunista”. Foi acusado de ter se reunido na sede do jornal A Platéia com o médico José Maria Gomes e com o advogado de Rio Claro (SP) Danton Vampré. Ele tinha sido detido no Rio Grande do Sul em 3 de dezembro de 1935. O documento de sua detenção assinalava que Caio era presidente do Diretório Estadual da ANL, tendo desenvolvido ampla atividade em comícios, entrevistas e publicações de boletins, como vimos. (SECCO, 2008, p. 51).

Nas palavras de Caio Prado Jr., ao ser questionado sobre sua participação na ANL, o mesmo agiu de forma serena e convicto de que este movimento tinha como proposta contribuir com a conscientização política em âmbitos sociais, econômicos e políticos no Brasil e que o mesmo não estava sob o controle de Moscou, afirmando ainda junto aos policiais que o interrogavam que não era segredo sua adesão e defesa ao social-comunismo, e que muito disso o que estava falando estava declarado em seus escritos, ou seja, jamais negara que seu ideário tinha bases marxistas.

Justificou o fato o qual foi questionado sobre a participação de Luís Carlos Prestes dizendo de forma tranquila que o mesmo havia ingressado depois do movimento já estar formado.

De forma curiosa o movimento passou por momentos de instabilidade e acusações entre os membros o que deixa claro ao fazermos a leitura dos escritos de Secco, (2008, p. 52) que essa instabilidade também tinha fortes indícios de ter sido gerado por fatores pessoais de interesse internos, como a não divisão de “riquezas com os membros do Diretório Externo, o que redeu ao próprio Caio Prado Jr., a acusação de ser fracionista”.

Porém suas atitudes caminhavam definitivamente a total ação colaborativa aos ideais socialistas os quais defendia, pois mesmo em cárcere não deixou de dividir aquilo que era seu, principalmente a comida recebida a qual passou a dividir com seus companheiros, usando seu tempo livre para alfabetizar alguns deles, não abandonando as publicações periódicas do partido, declarando-se favorável aos boicotes, porém, discordava declaradamente das imposições realizadas pelo Diretório Externo da ANL de São Paulo aos participantes do movimento.

Mas sua trajetória como escritor teria seu reconhecimento a partir dos anos de 1940, quando publicou duas importantes obras: *Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*.

Em suma, a seguir daremos continuidade a nossos estudos, sinalizando a partir dos escritos de Paulo Henrique Martinez, a visão de Caio Prado Jr. em relação à transição política ocorrida nas várias fases de nossa historiografia e como esta tratou a ação das camadas populares e as revoltas no período do Império.

#### 1.4. O Desmascaramento

A partir dos escritos de Paulo Henrique Martinez procuramos observar alguns pontos analisados por Caio Prado Jr., em torno de suas preocupações no desenvolvimento de seus

escritos, o que de certa forma propõe o “desmascaramento” da política brasileira em vias do entendimento de suas fases, o que retrata situações do período colonial e imperial, bem como a ação das camadas sociais na luta pela independência e como este movimento se desenrolou ao longo da historiografia política no Brasil até a formação do Império.

No entanto, Caio Prado Jr., segundo Martinez (2008) tem como fonte de inspiração a obra marxista “Dezoito Brumário”, fazendo uso desses conteúdos ao longo de seus estudos acadêmicos na Faculdade de Direito, literatura que permeou suas análises historiográficas em torno de dois momentos de nossa história; presentes no Brasil Colonial e Imperial<sup>10</sup>.

Segundo Martinez (2008), Caio Prado Jr., buscou estar sempre amparado sobre bases documentais trazendo situações as quais ocorreram fora e dentro do território brasileiro, mas que nos dão a dimensão e o entendimento sobre casos que permearam a historiografia “francesa, começando pela Constituição local, passando ao confronto da lei com a realidade” o que foi tratado pelo intelectual como uma real necessidade de desmascarar o que chamaram os franceses de “dominação social”, e no Brasil como “dominação colonial portuguesa”, que para o historiador é passível de ser observado sob o mando da “oligarquia agrária e pelo neoliberalismo, ou mesmo pelo imperialismo decretado no Brasil pelos ingleses<sup>11</sup>”.

Sabemos que Caio Prado Júnior nunca escondera sua admiração ao pensamento marxista, sendo em algumas situações coincidência ou em outra pura inspiração, para Martinez (2008, p. 106), a trajetória de Prado Júnior teve uma forma muito particular aos direcionamentos historiográficos e as críticas que foram apresentadas por ele ao longo da obra: *Evolução Política do Brasil*, esta que fundamenta teoricamente a problemática das “lutas de classes e a revolução<sup>12</sup>”.

---

<sup>10</sup> Em o 18 de Brumário de Luís Bonaparte Karl Marx analisa o golpe de Estado desferido por Napoleão III, que colocou fim à curta (de 24 de fevereiro de 1848 e de dezembro de 1851) experiência da Segunda República na França. Marx desenvolve, com base no exemplo francês, o papel da luta de classes como força motriz da história e evidencia o caráter limitado e contraditório da democracia burguesa. A obra aprofunda a teoria do Estado sobretudo, no que tange à doutrina da ditadura do proletariado, e demonstra que todas as revoluções burguesas apenas assumiram o antigo aparato estatal e o aperfeiçoaram para oprimir as classes espoliadas. Embasado por essa observação, o filósofo alemão propõe, pela primeira vez, a tese de que o proletariado não deve assumir o velho aparato estatal. (As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda: clássicos/ Ivana Jinkings, Emir Sader, 2012, p. 58).

<sup>11</sup> Foi nesse sentido que o autor recorreu ao exame de Alvarás de concessão, Ordenações Manuelinas, Cartas e Determinações régias, Contratos reais, Regulamentações e “leis da metrópole” para o estudo da colônia, nos capítulos 1 e 2, bem como os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1823 e seu projeto constitucional, ao texto da Constituição de 1824, às constituições portuguesas, inglesa e francesa, ao Código Napoleônico, à “ganga doutrina” da primeira metade do século XIX, regulamentos, “normas jurídicas”, leis, projetos e tratados diplomáticos referentes ao Império, nos capítulos 3 e 4. (MARTINEZ, 2008, p.104).

<sup>12</sup> A metodologia de análise da luta de classes desenvolvida em O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte foi incorporada e aplicada por Caio Prado Jr. A caracterização dessa metodologia envolve duas questões: a primeira, a definição de classe social; a segunda, o exame de sua movimentação política diante das demais classes. Para Marx, nos escritos das décadas de 1840-1850, uma classe social se define em oposição política às outras classes, sem haver uma determinada prévia, de cunho econômico. Trata-se de uma análise que

A precariedade das condições do pequeno lavrador torna-se ainda maior pela vizinhança dos grandes e poderosos latifundiários, que lhes movem uma guerra sem tréguas. A luta destas classes, pequenos e grandes proprietários, enche a história colonial, degenerando não raro em violentos conflitos a mão armada. Essas lutas terminam quase sempre pela espoliação dos primeiros em benefício dos segundos. São conhecidos neste sentido os abusos praticados pelos célebres latifundiários da Bahia e do Piauí: Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Ravasco e Domingos Afonso Sertão. (PRADO, 2012, p. 22).

Logo, reforça-se que as lutas políticas internas envolvendo as classes liberais e conservadoras, dão início a uma história que se estabelece sobre os ditames de regimes criados junto ao “partido português e ao partido brasileiro”, ou seja, sob a divisória da burguesia mercantil e por outro lado a burguesia rural.

Vejamos ainda que o grande interesse de Caio Prado Jr., foi entender como se deu a organização das camadas populares em relação às revoltas ocorridas em pleno Brasil Império, ganhando força como movimento político que se fundamentava mediante a própria ideologia, mas que não tiveram a devida atenção, sendo relatado pelo intelectual a falta de interesse em relação às insurreições e em torno de grupos de escravos, bem como os movimentos que buscavam maior autonomia.

A análise feita por Martinez (2008, p. 110) em relação aos escritos de Caio Prado Jr., trazem a reflexão de que o movimento de independência de fato ocorrera, mas sob o interesse de duas classes em específico, a dos liberais e a dos conservadores, porém sem a participação da população, criando a falsa impressão de que a revolução teria sido um acontecimento de um país em processo de emancipação, quando na verdade não deixara de ser uma transição pacífica de um governo a outro, ou seja, de representação portuguesa à brasileira, o que reflete as manobras políticas e a quantia generosa de 2 milhões de libras esterlinas, paga pelo Brasil a Portugal em 1825.

Portanto, de acordo com Paulo Henrique Martinez, o estado de paz definitivamente não era uma realidade em meio às decisões tomadas pelas lideranças políticas portuguesas e brasileiras, a insatisfação e as ameaças no pós-independência eram uma constante e por isso se tornara insustentável diante das mudanças que viriam a acontecer e que diziam respeito ao próprio processo de libertação política, emancipação econômica do país e as discussões em torno do processo abolicionista.

Acredito que a contribuição de Caio Prado Jr., vem de encontro a essas reflexões que não representam somente o passado de nossa história até porque ela ainda é recente, nem

---

examina a intersubjetividade nas relações sociais e políticas, partindo dos interesses das classes sociais em conflito para chegar aos seus interesses materiais concretos. (MARTINEZ, 2008, p. 106).

tampouco o futuro que se fazia incerto, mas se propôs mostrar como esses acontecimentos mexiam e ainda mexem com nossas estruturas políticas e são transferidas para as bases econômicas e sociais.

Por isso, ao lermos esses fragmentos abaixo entendemos, mesmo que parcialmente, como nossos sistemas de governo não mudaram depois de alguns séculos, mas se tornam um retrato de nossa história presente, as mesmas falas, os mesmos interesses e a mesma invisibilidade social.

Sob aspectos gerais Martinez mostra que Caio Prado Jr. aponta para as disputas políticas que ocorreram em pleno Brasil monárquico, entre o poder Executivo na pessoa de D. Pedro I, e o Legislativo com a Assembleia Constituinte de 1823, o que, além de acirrar as disputas, viria a desencadear uma transição de interesses comerciais entre portugueses e ingleses, que mantinham ainda à distância os que participavam do partido brasileiro (2008, p. 112).

Assim Martinez (2008, p. 113) enfatiza o pensamento de Caio Prado Jr., quando este faz referência a momentos chave de nossa historiografia como; “A Maioridade” e as disputas travadas entre “nativistas e restauradores”, seguido por um turbilhão de acontecimentos que vieram a desencadear a vitória dos conservadores, que aliaram suas forças aos restauradores, chamados de “o caramuru”, que estavam sobre o cuidado dos Andradas.

Caio Prado Jr., ainda procurou analisar o partido nativista, que se constituía pela “união entre as classes abastadas, as classes populares, as classes médias, e as camadas inferiores da população”<sup>13</sup>.

Ou seja, o que podemos observar são reações partidárias que procuravam assegurar o golpe de 7 de abril, e que defendiam claramente a liberdade e a independência, constituindo-se pelas classes políticas conservadoras, deputados senadores e regentes, da Assembleia Geral, isso muito em função de um personagem que deu início a Regência Permanente, que foi o padre Feijó.

Paulo Henrique Martinez, ao falar sobre as revoltas do período imperial e os acontecimentos políticos, propõe enfatizá-los para que possamos entender como nosso ambiente provincial elevou-se a fortes tensões, que refletiram e deram início a movimentos como a Revolta dos Cabanos, Balaiada, Sabinada, Farroupilha, Malês, entre os anos de 1835 a

---

<sup>13</sup> Foi através da observação sistemática e simultânea das disputas políticas entre os agentes históricos em movimento, entre as classes sociais em luta, que Caio Prado Jr. explicou como a “reação” conservadora logrou ocupar o centro da vida política imperial, por um lado, relegando os “restauradores” a um papel político secundário e por outro, excluindo as classes populares das instâncias de governo e de poder da sociedade brasileira. (MARTINEZ, 2008, p. 115).

1849. Esses movimentos foram acontecimentos regionais que levaram ao envolvimento das várias camadas sociais portuguesas e brasileiras, estas últimas com o objetivo de buscar maior autonomia para as províncias em relação ao Império, aliado ao processo abolicionista e republicano.

Sabemos que nossa historiografia política refletiu as ações autoritárias, punitivas e pouco favoráveis junto às classes sociais mais pobres, ou até mesmo sobre as camadas burguesas, levando a prisões, fuzilamentos, exílio, de alguns personagens centrais desses movimentos, ou a própria destruição de formações populacionais, a exemplo de Canudos na Bahia e do movimento do Contestado ao sul do país.

O “governo central do Império” parece ser fustigado pelas constantes lutas na Assembleia Geral, com as “antigas facções completamente desgastadas”, a crescente agitação nas províncias, cabanos no Pará, farrapos no Rio Grande do Sul, revolta de escravos na Bahia, sublevações em Laranjeiras (Sergipe), Caitité, Nazaré e Santo Amaro (Bahia), o apelo do regente contra a “anarquia”, a promulgação do Ato Adicional e as “pequenas concessões feitas à democracia”, as críticas antidemocráticas dos deputados Rodrigues Torres e Honório Hermeto Carneiro Leão, foram apontadas como fontes tributárias do “ambiente” onde surgiu um “núcleo reacionário”, que “aos poucos engloba a maioria da Câmara”, golpeadas sistematicamente pelas agitações provinciais, foram caracterizadas como o “auge da crise”, tendo como desfecho a queda de Feijó sobre o significado político do partido “reacionário”, para a queda do regente e a ascensão do ministro Pedro de Araújo Lima. (MARTINEZ, 2008, p.116-117).

Por outro lado, Martinez (2008, p. 118) mostra que os escritos de Caio Prado Jr. nos dão a dimensão de como estas camadas sociais exerceram sua participação nesses movimentos e como estas foram privadas de ações que viessem agregar forças entre “sertanejos e escravos”, sendo o cenário das traições uma constante, tornando-se um empecilho ao andamento e ao sucesso das insurreições. Um dos exemplos é a referência a algumas sublevações como a “Praieira” em Pernambuco, que teve suas bases na elite rural, ambas; “populares e médias” anteriores ou mais tardias sem uma funcionalidade efetiva, sem resultados expressivos que tivessem dado plenos poderes e levado a uma significativa mudança no ambiente político, social, o que levou o intelectual a realizar observações críticas em torno do movimento.

Traíndo miseravelmente a classe que pretendiam defender, passam a girar na órbita reacionária dos governos seguintes. Desprezam completamente o partido que os elevaram, e que depois de 1848 desapareceu esmagado pela reação por eles próprios auxiliada. (MARTINEZ, 2008, p.125).

Caio Prado Jr. em suas obras nunca deixou de enfatizar sua preocupação quanto à invisibilidade e acomodação das camadas pobres da sociedade e também não deixou definitivamente de conviver com as mais ricas, o que lhe permitiu entender, após constantes observações e estudos, como estas pensavam e agiam e, como a historiografia foi construída ao longo do período colonial e Imperial e como esta foi se adaptando contemporaneamente.

Fica claro que o mesmo não deixou de pensar uma população contemporaneamente mais autônoma e crítica, mais esclarecida e participativa, o que não foge ao entendimento do intelectual sob a realidade do que o mesmo vinha estudando na literatura marxista desde a década de trinta, comparando e analisando as condições da população brasileira e sua realidade histórica, seja nos engenhos, nas fazendas ou nos centros urbanos industriais, ao sentido daquilo que o historiador procurou expressar em sua obra “A Revolução Brasileira”.

A teoria da revolução brasileira, elaborada originariamente em época na qual pouco ou nada se conhecia acerca de nossa realidade, quando nos faltava experiência política, e o nível de consciência revolucionária das massas trabalhadoras era extremamente baixo, particularmente no campo, cujo papel em países como o Brasil tinha de ser e ainda é de primordial importância, essa teoria se transmitiu assim com todas suas grandes falhas e sem nenhuma revisão radical que se fazia tão necessário. (PRADO, 1966, p. 35).

Porém, para Martinez (2008, p. 118 e 119), é necessário observar as mudanças que ocorreram e foram sinalizadas por Caio Prado Jr., a qual chamou de “Trajetória Reacionária de 1837 a 1849, o que para o historiador marca o desenrolar revolucionário de independência, que observou como movimento de ascensão e declínio das classes em luta”<sup>14</sup>.

Ainda segundo o autor, Caio Prado Jr. não se ateve a aprofundar sobre a historiografia do Segundo Reinado, pois para o intelectual este acontecimento não passou de uma simples “passeata militar”, isso em função de não ser observado pelo mesmo como um movimento de lutas de classes, ou de mudanças significativas para as camadas inferiorizadas da sociedade brasileira.

Fica claro para nós que Caio Prado Jr. propunha por meio de seus escritos uma maior conscientização sobre os acontecimentos históricos ligados às insurreições que ocorreram nas regiões brasileiras, as quais podem ser classificadas como as primeiras lutas de classes, já que

---

<sup>14</sup> Os sinais de descenso, “franco declínio” nas palavras do autor, foram apontados no esgotamento da fórmula política da Regência, com a “ideia da maioria”, do fim do apelo ideológico do liberalismo nas “rodas oficiais”, tido a época como “sinônimo de democracia”, e o fim da “repetição contínua” dos “movimentos revolucionários”. Já em “ascendência”, o historiador destacou a “energia contra-revolucionária” e a própria subida “do menino Imperador ao trono”. O ano de 1849 balizou a passagem de um “ciclo histórico”, iniciado com a abdicação do imperador em 1831, para outro, onde o “Império afinal se estabiliza no seu natural equilíbrio: a monarquia burguesa”. (MARTINEZ, 2008, p. 119).

diziam respeito às diferentes formações de classes sociais da época, com diferentes referenciais étnicos, com ideários políticos e religiosos divergentes, o mesmo desejo de liberdade, diante de objetivos e perspectivas que sempre estiveram ligados às condições políticas, econômicas e sociais.

Mas o intelectual entendera que não era tão simples um país que teve suas raízes construídas a partir de uma formação colonial e sob a tutela burguesa, que trouxe o desejo de dominação e exploração, e torná-lo um país mais justo e igual.

Entendeu ele que seria necessário buscar na história situações que deveriam ser compreendidas, trazê-las para o presente, ou seja, para a contemporaneidade e assim propor uma nova ideia política voltada as classes baixas, sendo possível entender sua aproximação à corrente marxista e ao social-comunismo, o que para Eric Hobsbawm (2013, p. 29), “o domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social”, mas deve constantemente levar os indivíduos ao que chamou de progresso contínuo, este mesmo progresso que Caio Prado Jr. em sua caminhada procurou propor aos remanescentes das camadas sociais tratadas como inferiores<sup>15</sup>.

Por fim, isso reflete a observação de Martinez sobre o personagem Caio Prado Jr., e a inquietação do mesmo quanto aos movimentos revolucionários do século XIX. Porém, como falamos anteriormente não é de nosso interesse aprofundar sobre essas revoltas, mas enfatizar a condição a qual o autor retrata a posição do historiador Caio Prado Jr. quando este passa a realizar a análise sobre os acontecimentos do Brasil monárquico que giram em torno das questões sociais, econômicas e políticas e assim os reflexos deixados na historiografia brasileira por meio das revoltas e movimentos ocorridos nesse período histórico.

Em suma, esse primeiro capítulo foi destinado a trazer importantes referências biográficas sobre Caio Prado Jr., o que nos possibilita um melhor entendimento sobre esse singular personagem de nossa historiografia brasileira, bem como sua trajetória pessoal e profissional.

Pudemos observar que desde cedo Prado Júnior passara por períodos de fortes tribulações em nossa política brasileira, estando o mesmo no centro desses debates atuando de forma direta e indireta no desejo de um Brasil mais igual.

Vimos ainda como o mesmo passou a ser analisado pelos historiadores os quais utilizamos como base de nossos estudos biográficos, sendo possível lembrarmos sua trajetória

---

<sup>15</sup> Também sob este aspecto, através da percepção do binômio da revolução e da reação, Caio Prado Jr. procurou aprender o fluxo das “revoluções populares” que estudou. Diz ele: Para esta vitória completa da reação concorre também, e principalmente, a atitude revolucionária inconsequente das camadas das camadas inferiores. (MARTINEZ, 2008, p.123).

representada nos escritos de Paulo Teixeira Iumatti; quando o mesmo propõe explorar a relação existente entre a historiografia colonial e contemporânea, expondo a pré-disposição e a atuação de Prado Júnior junto às camadas mais pobres e a necessidade de “humanização” gerando um modelo de sociedade ideal e sem diferenças sociais.

Essas questões são complementadas pelos estudos de Lincoln Secco, quando o mesmo propõe mostrar como Caio Prado Júnior assumira a corrente marxista, e como esta se tornou um grande desafio ao longo de sua vida, utilizando-a como alicerce para seus estudos e atuações; sua militância, suas reflexões políticas e, sua atuação direta ou indireta no cenário social e econômico de nossa historiografia brasileira.

Portanto, ao finalizarmos os estudos biográficos sobre Caio Prado Jr., trazendo como referência os escritos de Paulo Henrique Martinez, procuramos enfatizar a forte influência e a importância das obras: *Formação do Brasil Contemporâneo e Evolução Política do Brasil*, as pretensões de Prado Júnior em dar continuidade a seus estudos e escritos, o que aconteceria em três fases; partindo do período colonial, passando pelo Império e sendo finalizado com os estudos sobre a República.

Em suma, a riqueza de seus escritos nos proporcionou se não de forma completa a possibilidade de estudos cronológicos, possibilitou-nos abrir um leque de certezas e incerteza onde pudemos explorar as várias faces de nossa história, permitindo e deixando aberta nossa historiografia a novas reflexões e por que não dizer a novas interpretações e críticas.

## Capítulo II: A HISTORIOGRAFIA E O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

### 2.1. Ideias e Conceitos: o Sentido da Colonização

Ao nos referirmos à evolução colonial a partir da obra Formação do Brasil Contemporâneo, direcionamos nossos estudos a um ponto central do pensamento do historiador Caio Prado Jr., sobre o “sentido da colonização”.

Propomos no início desse capítulo mostrar como as discussões em torno do sentido da colonização nos levam a pensar como nossa história se constituiu há mais de 500 anos, sendo necessária a análise dos acontecimentos os quais dizem respeito à forma como a Europa e as Américas passaram a se relacionar diante da trajetória e do processo de exploração retratada pelo viés predatório e capitalista.

De fato, Prado Junior (2004, p.19) não hesitou em utilizar exemplos da reestruturação dos países europeus a partir do século XIV e XV, quando estes passavam por um turbilhão de mudanças de sociedades feudais em capitalistas, pela ascensão de uma cultura mais racionalista e os abalos dos alicerces da até então intocável Igreja Católica, com a Reforma Protestante.

É perceptível que todas estas transformações foram necessárias para que a Europa e os países que hoje se constituem como continente americano pudessem despontar ao processo “geral na evolução da civilização do Ocidente”, o que para Caio Prado Jr., (2004) só foi possível a partir dos desafios do comércio com as Índias e a expansão marítima iniciada pelos portugueses.

Ainda no ensejo das observações de Prado Júnior e, ao falarmos sobre o sentido da colonização, veremos que as memórias de mais de trezentos anos de ação colonizadora, marca registrada dos países europeus, encaminhavam-se para uma nova era, marcada pela modernidade.

Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituía o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso. Realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independentes delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. (PRADO, 2004, p. 20).

Dadas as mudanças no cenário comercial europeu e em meio a uma intensa disputa pelas rotas comerciais terrestres, as quais ligavam este continente aos portos do Norte da

África pelo Mediterrâneo, o fluxo comercial intensificava-se com a chegada dos produtos árabes, dinamizando esta prática junto às feiras medievais, o que, para Caio Prado Jr. (2004, p. 21), representaria, no século XIV, a transformação dessa realidade comercial europeia.

O desenvolvimento marítimo, inicialmente na Europa, abriria caminho de forma tímida a uma das práticas que mudariam o conceito de comércio, pois o novo tornara-se sinônimo de modernidade; esta se ampliaria de forma visionária, tomada de desejo expansionista e de ações colonizadoras mediadas pela busca do tão sonhado El dourado, realidade que, para o historiador Sergio Buarque de Holanda seria a “Visão do Paraíso”, um “Novo Mundo” que se iniciara no momento em que os europeus chegaram aos territórios da América<sup>16</sup>.

Certos de que aconteceria uma revolução aos níveis econômicos e políticos, os portugueses procuravam aproveitar as vantagens às quais lhes davam condições de se tornarem os grandes precursores desse movimento comercial marítimo, principalmente pela referência geográfica em que se encontravam.

O historiador expõe também que a ação pioneira desencadeada pelos portugueses, cujo desejo era explorar novos territórios além-mar, viria acontecer ao iniciarem uma ação comercial conjunta com os conhecidos comerciantes “mouros na costa ocidental da África”. Dessa forma, estariam à frente e, em plenas vantagens sobre “holandeses, ingleses, normandos e bretões”, pois estes, além de se encontrarem em constantes conflitos, preferiam explorar as tímidas rotas fluviais recém-encontradas ao longo do mar ocidental.

De fato, o status de grandes precursores dessa nova modalidade comercial, levaria esse povo ainda mais longe ao atingirem as Índias, onde se iniciou, naquele momento, um amplo campo de comércio de especiarias, seguidos pelos espanhóis que chegariam inicialmente à América.

Só ficarão atrás aqueles que dominavam no antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados, geograficamente, com relação as novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário a par dos novos astros que se levantavam no horizonte: os países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda. (PRADO, 2004, p. 22).

Dessa forma, afirma o historiador ao se aproximar das origens do sistema colonial, a América em seu estado inicial não trazia benefícios aos reais propósitos, os quais buscavam

---

<sup>16</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de, 1902-1982. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil/Sérgio Buarque de Holanda – São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 196-197.

os europeus, ficando em segundo plano a possibilidade de povoamento e colonização, já que, para estes, o desejo comercial estava diretamente ligado ao Oriente.

A América também não inspirava às comunidades europeias condições aos interesses mercantis, sendo provida de uma população em estado primitivo que desconhecia os referenciais de produção e comércio.

Apesar das comparações com as feitorias italianas, inglesas e holandesas, na parte do Mediterrâneo, as primeiras observações em relação a esse novo território a ser explorado pelos portugueses inspiravam maiores necessidades que, na época, diziam respeito à questão populacional. Esta viria pesar diante das relações econômicas e das possibilidades de produção de gêneros, que dependia única e exclusivamente do processo de povoamento, o que, para os lusitanos não seria uma tarefa das mais fáceis.

Nestas condições, o historiador retrata as dificuldades de um processo de colonização e, de certa forma, uma tímida e duvidosa relação com este território inóspito, desconhecido e primitivo a ser explorado que foi a América.

Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem econômica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do século XV, os portugueses sempre apareceram como pioneiros. Elaboram todas as soluções até seus menores detalhes. Espanhóis depois ingleses, franceses e os demais, não fizeram outra coisa, durante muito tempo, que navegar em águas; mas navegaram tão bem, que acabaram suplantando os iniciadores e arrebatando-lhes a maior parte, se não praticamente todas as realizações e empresas ultramarinas. (PRADO, 2004, p. 24).

É indubitável que as condições encontradas pelos desbravadores nem sempre foram amistosas e cordiais, apesar de ouvirmos em alguns momentos da história que os europeus sofreram pouca ou quase nenhuma resistência, em relação às comunidades indígenas, o que abriu um vasto caminho ao processo de dominação e escravidão.

No entanto, em vias do processo de colonização, tudo foi se consolidando, quando o suposto estado de docilidade, deu lugar a um discurso histórico que traçou caminhos sob a narrativa de conquistas, dominação, soberania.

O sentido aqui mostra que os colonizadores passaram a observar suas façanhas como um possível ato de heroísmo, dignos de serem lembrados por gerações, a exemplo dos conquistadores da história antiga, nos contos míticos de Homero e Hesíodo, podendo ser constatado em nossa história colonial e, por vezes, comparado quando aqui aportaram os portugueses em um território visto por eles como; “deserto e primitivo”.

Nisso a história que aparece então, a história da luta das raças, é uma contra história. Mas eu creio que ela o é igualmente de uma outra forma, mais importante ainda. Não somente, de fato, essa contra-história dissocia a unidade da lei soberana que obriga, mas ainda por cima, quebra a continuidade da glória. Ela deixa patente que a luz – o famoso deslumbramento do poder – não é algo que petrifica, solidifica, imobiliza o corpo social por inteiro, e, por conseguinte, o mantém na ordem, mas é, de fato, uma luz que divide, que aclara de um lado, mas deixa na sombra, ou lança para a noite, uma outra parte do corpo social. (FOUCAULT, 2010, p. 59).

Diante da realidade historiográfica apresentada, podemos dizer em um primeiro momento mítico, fenomenológico, que os europeus souberam decodificar as informações e arriscar, tendo um início tímido, mas efetivo, ampliado sobre a visão de um século XV ao XVIII em que predominaram as navegações marítimas e as descobertas científicas o que possibilitou a evolução e a modernização de um povo.

Por isso, quando falamos sobre dominação, vitimização e resistência, uma certa memória histórica nos reportam insistentemente a um sentido negativo; as pegadas e rastros deixados pelos europeus, o que deve ser retomado, analisado e observado sob o esforço, o sofrimento pelo qual esses colonizadores teriam passado, os riscos que teriam recaído sobre suas próprias vidas, lançando-se além-mar, longe de tudo e de todos, enfrentando o desconhecido e, por que não dizer, a natural resistência nativa.

De fato, as informações históricas as quais temos contato expressam o entendimento e as interpretações sobre as ações colonizadoras do ponto de vista europeu, o que nos permite interagir, mas nem sempre são de fácil compreensão e aceitação, quando falamos dos genocídios de indígenas e de negros africanos, da escravidão, do sofrimento e tantos acontecimentos que marcaram a história de forma universal.

O historiador Leandro Karnal (2007) fez em seus estudos um balanço comparativo sobre o processo de colonização, o que para ele se remete a uma historiografia polêmica e equivocada sobre colonizadores fadados ao sucesso e ao progresso, ao exemplo de ingleses que migraram para América do Norte formando os Estados Unidos da América e, por outro lado, os colonizadores destinados ao fracasso quando historicamente fazemos referência aos portugueses e espanhóis.

Pronto! A explicação é perfeita! Somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da Inglaterra. Adoramos explicações polares: Deus e o diabo, povoamento e exploração, preto e branco. Os livros didáticos consagraram isso e o bloco binário povoamento-exploração penetrou como um amplo e lógico conceito em muitos corações. Os EUA foram destinados por Deus ao sucesso e os latinos condenados ao fracasso pelo peso da origem histórica. Ambos deixavam de ser agentes históricos para serem submetidos ao peso insuperável da vontade divina e da carga do passado. (KARNAL, 2007, p. 26).

Logo, surge a seguinte questão: e se tivéssemos sido colonizados por fulanos e não por sicranos, seríamos mais evoluídos?

Para o historiador, essa é uma falácia empregada ao contexto historiográfico a qual não condiz com a realidade aplicada ao processo colonizador, já que os portugueses foram inicialmente forte inspiração para os ingleses e outros países, sendo observados em seu pioneirismo.

É bem verdade que essa discussão, realizada em torno desses referenciais históricos organizados por Karnal no livro “História dos EUA”, foram décadas antes objeto de estudos de Viana Moog (2011 p. 240, 1ª edição 1954), quando este retrata a ação de “bandeirantes e pioneiros”. Para Moog essa condição influenciou e talvez ainda exerça forte influência na forma como nos portamos no processo geral de evolução, haja vista que, para o autor, a expressão que melhor retrata os bandeirantes é o ser “predatório e extrativista”, e não uma imagem heroica, o que para o intelectual não é condizente com a realidade dos acontecimentos, sendo este, defensor da ação pioneira.

Caio Prado Jr., (2004, p. 20), em seus escritos, chamava a atenção ao despontar europeu para a modernidade, a partir do século XV. Sendo assim, ao fazer referência à ocupação e povoamento, o historiador sinalizou que, sem sombra de dúvida, ocorrera, da parte dos portugueses, uma ação empreendedora, sendo as terras da América portuguesa uma possibilidade de colonização, como ocorrera com o Continente Africano e com a Ásia, tendo-se uma certeza de que essas possibilidades não eram fatos isolados, mas uma ação pioneira, realidade que cada vez mais caminhava para se concretizar.

Por outro lado, Viana Moog (2011, p. 250) fala sobre o pioneirismo americano retratado pela objetividade e desejo de transformação, o desapego ao passado em vias do progresso presente, mudança que pode ser observada na tríade; espiritualidade, transformação socioeconômica e uma forte ação política.

Para a historiadora Lucia Lippi Oliveira (1993, p.219), ao pensar sobre o bandeirantismo empreendido em território brasileiro, Viana Moog revela espontaneamente em seus escritos o pensamento, o qual:

Os primeiros colonizadores daqui eram vassalos do rei, vieram sós, deixando família e amigos, em busca de riquezas. Queriam terras, ouro, para explorar e voltar ricos. Eram desprovidos de virtudes econômicas, de espírito público e de autodeterminação política. Não se fixaram nos territórios percorridos, despovoaram mais do que povoaram. Chegaram como conquistadores e mais tarde se tornaram bandeirantes.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda (1995), já sinalizava em seus escritos a postura do que chamou de “homem aventureiro e do trabalhador” devido a uma semelhança ao que Moog tratou em suas obras, isso em função dos bandeirantes e pioneiros.

Em uma breve distinção realizada pelo intelectual em seu livro, “Raízes do Brasil”, expôs sobre “os povos caçadores, coletores e os lavradores”, o que para o mesmo, o primeiro em destaque passa a ter uma visão onde tudo se apresenta em uma “generosa amplitude, enquanto o segundo é retratado na figura do trabalhador, que enxergava primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar”.

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo característica desse tipo. Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidas pelos aventureiros; as energias que visam a estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador. (HOLANDA, 1995, p. 44).

Nesse contexto, Caio Prado Jr. (2004), expõe a realidade histórica brasileira em constante transição, propondo explorar as bases da economia colonial, e sucessivamente as relações sociais e políticas, observando-as contemporaneamente, do comportamento às mudanças a nível temporal e espacial, já que essa realidade ao longo do processo histórico foi sendo esquecida ou simplesmente abandonada e adormecida, mesmo ao ser observada certa evolução da sociedade brasileira.

O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se o plano de realizações humanas algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa “atitude” mental coletiva particular. (PRADO, 2004, p. 10).

Portanto, o que se pode observar mediante memórias históricas é que, por muito tempo, a realidade de tantos brasileiros foi marcada e, aos poucos foi conceituada a partir de

estereótipos, desde a colônia até os dias atuais, atualizando-se ao universo contemporâneo, nas conveniências de uma mão de obra barata e de uma população forjada e constituída à sombra europeia, ensaiando-se a resistência apresentada de forma inconsistente e dócil, oferecida pelo povo brasileiro na figura imagética do indígena e dos chegados africanos.

Ressalta-se que, a falta de maiores esclarecimentos, a confusa e turbulenta ação empregada sob os fundamentos comerciais e religiosos passaram a ser vistos como meros “incidentes” que deram certo na ação empreendedora.

Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto a realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu a priori. (PRADO, 2004, p. 23).

As investidas espanholas com Colombo e as fracassadas tentativas de encontrar uma rota para a Índia levou-os a se depararem com a parte central do continente chegando aos territórios Asteca e Maia e, sequencialmente um deslocamento para parte sul com o descobrimento do Rio da Prata e, assim sucessivamente, com ingleses e franceses. De fato, o que fica claro nos escritos de Caio Prado Jr. (2004, p. 23), é que os desbravadores não imaginavam investir em territórios primitivos, o que se pensava era em relação à América e, o foco principal, o comércio.

A partir desta observação, para o autor, essas ações, características do pioneirismo, também podem ser vistas como “feitorias comerciais”, o que acontecera muito anteriormente com os italianos, ingleses e holandeses que se aventuraram ao Norte da Europa e, assim, como já citado anteriormente, acontecera inicialmente com os portugueses e espanhóis em território Africano e Asiático.

Nestas condições, Caio Prado Jr. (2004, p 22) fala também da evolução de um povo, mas principalmente enfatiza os acontecimentos por trás destes trezentos anos de história que não se esgotam, mas ampliam e transcendem exatamente por não ser um caso isolado, mas estar ligado ao empreendedorismo português, momento que para o historiador, a “Europa deixava de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o oceano”.

Ainda deve ser acrescentado que os povos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses) estavam envolvidos na concorrência para conseguir colônias, símbolo de poder, fonte de riquezas minerais e outras matérias-primas e possíveis consumidores dos produtos manufaturados da principiante indústria. Dessa forma, o Brasil colônia enquadra-se nos moldes do que tradicionalmente denomina-

se “colônia de exploração”, ou seja, passa a existir em função dos interesses expansionistas europeus acima mencionados. (VICENTE, 1989, p. 89).

Apesar de toda essa euforia e efetivos estudos realizados sob a expectativa dos países europeus em encontrar novas rotas marítimas que os levassem ao paraíso das especiarias, isso acabou não se concretizando. A princípio, sinaliza Caio Prado Jr. os territórios na América eram tratados como primitivos, sem valor aos interesses comerciais para os reinos da Europa.

Mas o tempo e as necessidades tratariam de mudar essa visão e, a partir desse momento da história, as feridas culturais seriam expostas, sendo os nativos dos territórios da América marcados a ferro, tratados eurocentricamente como bestas selvagens, aberrações, incivilizados; estes, chamados de indígenas, não lhes traziam expectativas maiores ou perspectivas geradoras de riquezas a não ser sua mão de obra.

Para Maximiliano V. Martin (1989), “o relacionamento entre elite e povo é conflitante. No início, branco e índio conviveram, até que o primeiro precisou da mão de obra para o cultivo agrícola. A violência dos colonos para “caçar” o indígena foi inevitável”<sup>17</sup>.

No entanto, com as frequentes expedições realizadas por espanhóis, ingleses e franceses em territórios brasileiros, de forma a sobrepor “o pioneirismo português, em alguns momentos, levou os lusitanos a planejar e realizar levantamentos de como poderiam explorar estes territórios que viessem lhes trazer lucro, em vias da produção agrícola de gêneros de interesse ao processo comercial”<sup>18</sup>.

Apesar de criadas as expectativas sobre o domínio português de que a qualquer momento teriam a mesma sorte dos espanhóis, acabou não acontecendo, o que condiciona e redireciona os planos para um movimento voltado para as práticas agrícolas.

Portanto, outras observações realizadas são no campo geográfico de localização territorial, climática, as quais seriam mais favoráveis e destinadas ao desenvolvimento, o que passaria a ser chamada de *plantation*.

Mas, observa Caio Prado Jr., que a amplidão do processo colonizador na América, também se remetia a questões político-religiosas.

A América tornava-se o perfeito refúgio para aqueles que se sentiam invadidos e insatisfeitos com as mudanças que ocorreram no cenário político e religioso. Dessa forma, os ingleses que vivenciavam a crise do absolutismo e as mudanças hierárquicas de poder dentro

---

<sup>17</sup> MARTIN, Maximiliano Vicente. O Sentido do Colonialismo. In D’INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 91-92.

<sup>18</sup> (PRADO, 2004, p. 24).

da Igreja Católica, com Henrique VIII e Elizabeth I, viam o despontar do anglicanismo, bem como o fortalecimento do movimento protestante.

Alguns grupos de europeus almejavam retornar às suas origens político-religiosas, ou ter essa liberdade de culto, expressão utilizada por Caio Prado Jr. (2004, p. 26), ao sentido da “reconstrução do lar que fora ameaçado ou desfeito”, isso após as mudanças que aconteciam na Inglaterra por meio do êxodo rural que ocorrera pelo desenvolvimento da indústria têxtil, o que, para estes, o processo emigratório na América representava um recomeço, o qual se iniciaria por escolher as regiões de clima mais temperado, mas isso de forma sucessiva.

Para o historiador, tratou-se, de fato, de um tipo de colonização diferenciada, a qual não se buscava, inicialmente, relações comerciais e a simples exploração com impulsos econômicos capitalistas, mas;

O que os colonos desta categoria tem em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornará lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência ameaçada. (PRADO, 2004, p. 27).

De fato, os ingleses encontraram na América, situações climáticas semelhantes ou mesmo diferentes da Europa, porém, isso não se tornou um problema à adaptação climática nem um empecilho ao povoamento, mas segundo Caio Prado Jr. (2004, p. 28), um fator motivador ao processo de colonização e produção de gêneros possíveis em territórios de clima tropical.

O sentido aqui apresentado mostra que o modelo implantado e o trabalho árduo foram a marca inicial para a evolução e progresso dos ingleses, o qual foi desenvolvido, segundo o historiador, por meio de um processo exploratório, seja nas fazendas, engenhos, plantações, onde a mão de obra ainda não se originava de comunidades indígenas e africanas, mas daqueles europeus não proprietários, subordinados a serem simples trabalhadores que buscavam a subsistência diária.

Isto ocorreu particularmente, em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, que não podiam pagar, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiam como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do século XVII, pela definitiva de negros importados. (PRADO, 2004, p. 29).

Para Caio Prado Jr. (2004, p. 30), uma das diferenças apresentadas entre ingleses, portugueses e espanhóis, foi que o uso da mão de obra indígena não ocorreu para os ingleses, primeiro, pelo número populacional existente e disposto a se lançar nessa aventura colonizadora; depois, por já negociarem escravos (africanos) com os mouros antes mesmo de chegarem à América e, por fim, o fato de iniciarem esse processo um século depois e de terem número populacional suficiente aos objetivos traçados, o que ocorrera definitivamente com os portugueses.

Porém, observou o historiador que os países ibéricos, principalmente os portugueses se tornariam os “predecessores do mundo moderno”, iniciando o processo escravista e de domínio desses territórios, os quais adquiriam trabalhadores escravos<sup>19</sup>, o que impulsionou esta mesma ação exploratória de mão de obra escrava desde o início da colonização, vendo o potencial indígena como uma realidade nos trabalhos desenvolvidos na colônia, deixando os ingleses “sempre como imitadores retardatários, em quase um século”.

Em suma, entendemos que as feitorias comerciais citadas anteriormente por Caio Prado Jr. (2004, p. 31), agora tomam a forma de um claro universo colonial mercantil, o que o historiador chamou de “empresa do colono branco”, local onde o mesmo encontrou todos os recursos necessários ao processo evolutivo, sendo supridas as necessidades naturais de gênero, tendo a seu dispor a mão de obra indígena e africana para o desenvolvimento dos vários setores produtivos e, é claro, o domínio ultramarino.

Diante dessa realidade, o Brasil como colônia ofereceu cronologicamente, mesmo não de forma imediata, tudo aquilo que o europeu poderia esperar, suprimindo as necessidades comerciais, desde a madeira, o açúcar, o ouro e os diamantes, o algodão e outros produtos até chegarmos mais contemporaneamente ao café.

Logo, há a necessidade de esclarecer alguns equívocos em relação aos primeiros habitantes das colônias no Brasil, ao tratarem estes como indivíduos da pior espécie, oportunistas, bandidos, o que coloca marcas falaciosas em importantes personagens que contribuíram para o desenvolvimento e formação de nosso país, a exemplo dos próprios missionários jesuítas e, assim, tantos outros colaboradores desse processo de colonização e formação social.

---

<sup>19</sup> Que os sujeitos políticos, afinal, poderiam emergir daquela situação social completamente ofuscada pela escravidão e toda moldada pelo sistema de grande exploração rural? [...] A escravidão tropical, diferentemente da sua congênere da Antiguidade, afirma nosso autor, se fez à base de recrutamento de “povos bárbaros e semibárbaros, arrancados de seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização totalmente estranha” - onde os esperava a “escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão” forçado à passividade e ao uso exclusivo da força bruta. (NOGUEIRA, Aurélio. *Escravidão e sistema colonial*, 1989, p. 81).

Vianna Moog, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, tornaram-se personalidades conhecidas nesse universo da historiografia brasileira, podendo-se dizer que alguns se tornaram pioneiros nesse novo modelo de pensar a história, o qual veio a se construir a partir da década de 1930 e principalmente com a criação da Universidade de São Paulo USP.

Sabe-se que a condição imediatista e estigmatizada retratada ao sentido de um espírito “predatório ou evolucionista”, cria uma dupla interpretação, o que definimos sob a base das teorias estudadas acima, porém, Caio Prado Jr. fala sobre os méritos ou deméritos daqueles que se lançaram ao desconhecido e tornaram merecedores ou não das conquistas, mas deixa entender que, independente de qualquer interpretação a história brasileira e qualquer outra podem trazer novas perspectivas historiográficas.

Em suma, Prado Júnior deixa claro sua opinião em relação aos países ibéricos, no sentido das evidentes contribuições e falhas, iniciado ao estado predatório e mais tarde com a colonização. Caio Prado Jr., fez severas críticas em seus escritos à forma como fora utilizada em todo esse movimento expansionista, mas reconheceu também que as dificuldades e os desafios exigiram uma maior persistência e disposição de portugueses e espanhóis ao desejo de um movimento civilizatório, partindo do processo de povoamento, produção e assim dando novos rumos as bases de uma sociedade a nível político, social e econômico.

Na sequência de nossos estudos, veremos que uma das maiores ambições do historiador Caio Prado Jr., foi esclarecer como o Brasil, ao longo de mais de trezentos anos, se constituiu economicamente, socialmente e politicamente e, como tudo isso refletiu sobre nossa população brasileira.

## 2.2. Caio Prado Júnior e a Historiografia Brasileira

Caio Prado Jr., procurou enfatizar a realidade histórica que marcou o processo de formação da identidade do povo brasileiro, portanto seus estudos se direcionaram a partir das mudanças ocorridas ao longo do movimento expansionista, trazendo como referência as ações europeias na América, bem como as transformações geradas a partir das condições econômicas e políticas, na historiografia brasileira.

Constrói-se então a partir de novos olhares a fundamentação histórica brasileira, de um país de várias raças, de uma política e economia geradora de conflitos, mas com um olhar de um povo, de uma diversidade étnica incomparável.

O historiador procurou mostrar em seus escritos que os interesses pelas especiarias e a tentativa de chegar às Índias culminou em um processo muito mais amplo de dominação e expansão de novos territórios, com o pioneirismo português, seguido pelos espanhóis.

Mas, partindo das ideias do autor, as influências sofridas pelos grupos étnicos existentes, estes vindos de outros continentes e territórios antes desconhecidos, ou já explorados pelas forças coloniais, passariam a formar a diversidade de um povo. Eles trariam consigo padrões de formação cultural, costumes, formas de organização social, religiosa, política e econômica diferentes do local de destino, mas também se adaptariam às pressões dos padrões europeus.

Dentre as forças exercidas no processo de dominação e desbravamento da América, a religião exerceu grande influência, podendo-se destacar inicialmente na Europa a forte pressão islâmica, esta que rapidamente nos anos de 637 a 1250 d.C, se alastrou por todo Oriente Médio, Norte da África e a península Ibérica com a tomada dos territórios de Portugal e Espanha, sendo contida por Carlos Martel que liderou os francos contra os muçulmanos.

A ordem de Cristo constituída com o ramo português dos extintos templários em 1319, foi alvo de várias concessões que serão a base do padroado português. Dom Henrique, o Navegador, Duque de Viseu, misto de estadista e de místico, teve o título de “regedor e conservador” da Ordem e obteve singular prestígio junto à Santa Sé. O ambiente da Europa cristã, ao início do século XV, era de terror ante o avanço descomunal dos turcos que ameaçava todo o continente. Esforçavam-se os papas seguidamente, mas em vão, por organizar nova cruzada que salvasse o Ocidente. É nesse momento que os feitos portugueses repercutem no ambiente da Santa Sé, como um primeiro sintoma de reação cristã. (HOLANDA, 1997, p.52).

Mais tarde a Igreja Católica sofreria um duro golpe com a Reforma Protestante. O Catolicismo perdia espaço rapidamente para as novas Igrejas Protestantes, deixando um rastro de incertezas quanto à reestruturação religiosa católica, o que levou suas lideranças a pensarem novas estratégias, o que veio a acontecer com a chegada dos europeus no Continente Latino Americano e com o desejo de expandir a fé cristã por outros Continentes, dando início a catequização dos indígenas pelos missionários jesuítas.

Criada em 1534 por iniciativa de Inácio de Loyola (1491-1556), a Companhia de Jesus foi um modelo de ordem religiosa nascida da Contrarreforma – ou da Reforma Católica, como quer a historiografia recente. A fundação da Societas Iesu ocorreu 20 anos depois de Martinho Lutero (1483-1556) ao fixar suas teses na catedral de Wittemberg, dividindo a cristandade romana. Os jesuítas se esforçaram ao máximo para defender uma Igreja acuada. E, assim, correram o mundo. Na Europa, procuravam reforçar o catolicismo por meio do ensino. Nas conquistas ultramarinas ibéricas, procuravam expandi-lo pela catequese. Desde cedo, afirmaram a vocação da Companhia e não por acaso, seriam chamados de “Soldados de Cristo”. (VAINFAS, 2012, p. 15).

Segundo Vainfas (2012), é importante resaltar que o cristianismo atingiu também a África em 1548, principalmente no Congo com a conversão do manicongo, e pela efetiva ação dos jesuítas, mas que nos possibilita dizer que os grupos africanos vindos por meio do tráfico negreiro, já haviam tido um contato com o catolicismo e não desconheciam totalmente o cristianismo.

Diante das intenções portuguesas em relação ao processo de colonização e povoamento, as missões jesuíticas<sup>20</sup> não exerciam uma representação efetiva na transformação dos nativos em indivíduos civilizados e prontos para participarem diretamente da ordem colonial, pelo menos não como gostariam ou esperavam as autoridades portuguesas que buscavam de forma eurocêntrica ter pleno domínio sobre as comunidades indígenas como ocorrerá com os espanhóis, ao dominarem a região Mesoamérica.

O que alegaram observar os portugueses era que as relações entre indígenas e jesuítas estabeleceram-se por questões disciplinares, ou pelo exercício do autoritarismo, porém, não condizente ao desejo lusitano de chegar a um resultado eficaz a proposta de civilização e principalmente as possessões territoriais<sup>21</sup>.

Somente depois de dois séculos na figura do Marques de Pombal os portugueses puderam vivenciar, por meio legislativo, a proposta de liberdade para os indígenas, o que reivindicavam os jesuítas.

Caio Prado Jr. enfatiza que Pombal também trazia a proposta de educar os gentios para a vida civilizada, não mais como escravos passíveis de atitudes violentas e trabalhos forçados, mas como colaboradores, por meio de trabalhos assalariados, casamentos mistos, o que possibilitaria a formação étnica brasileira.

A expulsão dos jesuítas veio com a alegação da necessidade de limitar o chamado “poder temporal eclesiástico” exercido sobre os indígenas, evitando-se o conflito entre colonos e jesuítas. No entanto, entende-se que a maior preocupação da coroa portuguesa

---

<sup>20</sup> De 1549 a 1604 chegaram de Portugal ao Brasil 28 expedições missionárias da Companhia, que ampliaram extraordinariamente a obra inicial. A Província do Brasil foi a sexta que instalou a Companhia de Jesus: data de 1553. O primeiro provincial foi o Pe. Manuel da Nóbrega. A Missão do Maranhão foi elevada a vice-província em 1727. O vale do Amazonas foi percorrido e evangelizado pela Companhia de modo surpreendente. Os autores menos simpáticos à igreja são forçados a conceder que a ela se deve, em grande parte, a incorporação da Amazônia ao Brasil. (BUARQUE, 1997, p.52).

<sup>21</sup> No Peru e na maior parte da América espanhola, os conflitos opondo colonos ao clero e à Coroa nascem da luta pelo controle dos nativos. Tendo em vista a influência doutrinária hispânica na América portuguesa – o alvará de 1605 prescreve o enquadramento dos índios do Brasil “na forma que se usa nos índios de Castela” - , o caso peruano merece reflexão. (ALENCASTRO, 2000, p. 12).

estava na necessidade de manutenção da soberania, que por alguns momentos transparecia estar sobre o domínio pleno jesuítico, motivo da discórdia que causaria o rompimento entre os missionários e o poder real.

(...) a perspectiva dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, o clero regular presente na América portuguesa. Na sua estratégia de evangelização dos índios, os jesuítas entram em conflito com os colonos, com o episcopado e com a Coroa. Mas convém sublinhar o papel das missões como unidades de ocupação do território ultramarino. (ALENCASTRO, 2000, p.24).

Alencastro (2000) procurou mostrar ainda a força e a influência exercida pela Companhia de Jesus em territórios da colônia, bem como a contribuição destes para com a Coroa portuguesa, em momentos que antecederam a expulsão dos missionários jesuítas do Brasil.

No processo expansionista, o historiador faz referência ao empenho dos jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro, os quais contribuíram com a “expedição luso-fluminense a qual possibilitou à expulsão dos holandeses de Angola no ano de 1648”, além da efetiva contrariedade a ação catequética dos capuchinhos espanhóis e italianos, que procuravam se instalar na parte do Congo o que dificultava a investida portuguesa na África Central.

De forma mais direta, os jesuítas Maranhenses viriam ainda a colaborar contra a “investida estrangeira junto às tribos do Amapá, exercendo forte liderança sobre os índios na retomada dos fortins do Macapá e de Paru, que fora ocupado pelos franceses de Caiena em 1697”. Porém, no plano interno, contribuíram para com o fortalecimento régio no Maranhão ao se oporem aos paulistas em 1650, isso após a Revolta de Beckman em 1683/84 e por fim, com a colaboração direta a diocese ultramarina junto ao poder bragantino no período de 1640/80.

Outro ponto da historiografia colonial diz respeito à ação do Santo Ofício, tendo-se o cuidado de observar colonos e indígenas para que não incorressem em pecado mortal, porém não existem relatos do pleno exercício inquisitório punitivo no Brasil, diferente do que acontecia na metrópole, o que para Alencastro (2000, p. 25), “o Santo Ofício quase sempre aparece como máquina de guerra da aristocracia contra a burguesia mercantil judaizante”<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Na América espanhola – ao contrário do sucedido no Brasil e na África portuguesa – foram instalados tribunais da Inquisição em Lima (1570), no México (1571) e em Cartagena (1610). Negociantes espanhóis do Peru manipulam os inquisidores e dizimam a comunidade dos comerciantes portugueses nos anos de 1620. (ALENCASTRO, 2000, p. 25).

A grande verdade reflete as palavras do padre Antonio Vieira, que diz que “a inquisição transformara-se numa fábrica de judeus, buscando culpados para perpetuar roubalheiras e achacar comerciantes”.

Caio Prado Jr. (2004), observou ainda em seus escritos as mudanças que vieram a acontecer com a legislação pombalina, que pode ser interpretada de várias formas, mas é certo que esta tomava proporções regularizadoras principalmente a que diz respeito às questões indígenas, que duravam desde o início da colonização<sup>23</sup>.

A chegada dos escravos africanos amenizaria a situação dos indígenas diante dos colonos portugueses, o que não mudará de forma definitiva o problema maior, que era a aceitação desses grupos que continuavam sendo estigmatizados, taxados como bastardos, abandonados e distantes daquilo que a lei defendia e que fora outorgada por Pombal<sup>24</sup>.

Em relação à abolição da legislação pombalina em 1798, Caio Prado Jr., (2004) enfatiza questões disfarçadas de trabalhos ou escravidão forçada, além da Carta-Régia de 12 de maio e a chegada da família real em 1808, sendo manifestada a decisão de um controle maior sobre os índios Botocudos (Aimorés) e da exploração dessa mão de obra de forma gratuita nas fazendas coloniais.

Em certos pontos da colônia organiza-se mesmo o tráfico de índios escravizados de uma parte para outra capitania. O Cap. Francisco de Paula Ribeiro, nas notas da viagem de inspeção que realizou em 1815 no Maranhão, refere casos desta natureza que presenciou: índios aí apresados que se vendiam no Pará. Marcavam-se a ferros cativos, nivelando-os assim aos escravos africanos. Note-se que esta ressurreição de práticas bárbaras contra os índios, sensíveis particularmente no Pará, onde, como vimos, os índios forneciam a maior parte do trabalho negros eram poucos, contribuiu fortemente para as agitações e insurreições que devastam aquela capitania nos anos que seguem à Independência, e que são conhecidas pela designação de “cabanagem”. (PRADO, 2004, p. 100).

Com referência ao processo de domínio colonial pode-se dizer que as constantes investidas sobre os territórios de zonas florestais habitadas por índios considerados hostis, representaram o desaparecimento de muitas tribos, facilmente percebido na região sudeste e

---

<sup>23</sup> O certo é que, com todos os defeitos e algumas consequências lamentáveis, ela encaminhou a solução do problema do índio, preparando, dentro das possibilidades existentes que, dados os caracteres étnicos e psicológicos do índio, eram evidentemente limitadas, a absorção da massa indígena pela colonização. Desaparece com ela a escravização do índio, embora reapareça mas já atenuada – efeito de meio século de liberdade -, em princípios do século XIX, quando aliás o Diretório já fora abolido (Carta Régia de 12 de maio 1798), e se voltara com a lei de 13 de maio 1808 e outras subsequentes que referirei adiante, ao velho sistema de guerras ofensivas contra os índios e do cativo dos prisioneiros. (PRADO, 2004, p. 95).

<sup>24</sup> Pombal é o “déspota esclarecido”, próprio do século em que o absolutismo é dourado pela filosofia das luzes. Governa ditatorialmente, mas procura racionalizar e, às vezes – o que já é mais contraditório – humanizar a administração. (HOLANDA, 1997, 41).

no sertão nordestino onde o número de indígenas foi reduzido não apresentando maiores riscos em relação aos interesses territoriais portugueses<sup>25</sup>.

De forma geral, poucas foram às comunidades tribais remanescentes dos gentios, deram lugar a grupos que passariam a ser chamados de mansos, e que estariam espalhados por todas as capitanias brasileiras.

É claro que se observarmos esse momento da colonização no Brasil em seus três séculos, desde a expansão ultramarina, a colonização e mais tarde períodos de domínios imperiais, a descolonização afro-asiática, todos esses períodos históricos e seus diferentes momentos refletiram as consequências desse processo de formação étnico-cultural, o qual desencadearia ao que chamamos de mundo contemporâneo.

Segundo Boris Fausto, (2009, p. 22) diante de todo contexto comercial que teve seu alicerce inicialmente nas rotas terrestres, ou nas tímidas investidas italianas, a navegação começava a ter uma proporção muito maior que poderia se imaginar.

É importante dizer que as grandes potências europeias como “Inglaterra e França, Espanha e Itália, que vinham de complicações dinásticas”, tendo uma ascensão tardia em consequência dos constantes conflitos, possibilitaram aos países ibéricos um maior desenvolvimento e assim o que chamamos de pioneirismo, que ocorreu com o forte investimento português na formação de seus navegadores e o benefício de sua posição geográfica estrategicamente favorável.

Pode-se dizer que esse momento teve seu início na exploração do continente africano encontrando-se as Ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, mas objetivando o possível contorno de suas embarcações sobre a costa africana, isso para poder chegar ao Oriente e as Índias, ambição europeia, a qual ali buscavam especiarias.

Para Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 20), os laços da Colônia com o Atlântico eram movidos pela vontade e pelas ordens régias, o que dificultou a condição do trabalho indígena, mas por outro lado incentivou o tráfico negreiro, o que veio a dificultar também as trocas entre as capitanias.

Essa expansão portuguesa despertaria o desejo de outras nações à corrida e busca por territórios, tendo em seguida a Espanha que chegara à América, trazendo com ela os países peninsulares como França, Inglaterra, Holanda e outros para essa disputa.

---

<sup>25</sup> Os últimos remanescentes em estado selvagem são alguns restos de tribos que viviam errantes no sertão de Pernambuco, entre a ribeira de Moxotó e a zona limítrofe do Ceará e Paraíba. São aliás, ao que parece, antigas tribos já catequizadas desde o século XVII, que se tinham depois internado e retornado ao estado de natureza. (PRADO, 2004, p. 104).

Sabe-se que todo o investimento comercial desses países, que refletiam nas navegações do século XV em diante, eram os desejos de encontrar rotas mais rápidas para chegar ao tão sonhado paraíso das especiarias e assim constituir-se hegemonicamente. Mas, sabemos hoje que essa possível rota jamais veio a existir apesar das várias e insistentes tentativas dos países europeus de encontrá-las.

Segundo Caio Prado Jr., (2004) havia certo desprezo em relação à América por alguns grupos Europeus, já que o interesse era estritamente comercial, ligado às especiarias e a metais preciosos, potencial que inicialmente não se via em todos os territórios da América, não se comparando com os desejos em relação ao Oriente.

O processo colonial português passaria a ter características claras na exploração dos recursos naturais, já que inicialmente os metais não foram encontrados no Brasil, levando os exploradores a usufruírem da madeira (pau-brasil) e de outros recursos naturais, o que se tornou para Caio Prado Jr. seu instrumento de estudo ao explorar as relações econômicas desenvolvidas aos ciclos de produção e exploração no Brasil colônia presentes na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Na versão mais ligeira, o ranço pós-colonial acabava em discussões intermináveis sobre a dor e o azar de ter feito parte do império português. No limite, lamentava-se o fracasso do empreendedorismo colonizador dos holandeses no Nordeste, pois, se bem-sucedidos, os batavos possivelmente teriam sido capazes de nos dotar de administração mais competente; ou olhava-se com uma ponta de despeito para as colônias hispânicas, melhor conduzidas por um Estado que, apesar de tão burocrático quanto o português, soubera lidar com a descentralização, atribuindo papéis às elites locais e não temendo a criação in loco de instituições de vários tipos, como as universidades e os tribunais regionais do Santo Ofício. (SOUZA, 2006, p. 30).

É fato que Caio Prado Jr. se dispôs traçar cronologicamente esses momentos de nossa historiografia mostrando-nos a realidade daqueles que chegaram nessas terras e como sobreviveram, apesar das condições e adversidades, o que o historiador relata sob comparações com outros países a exemplo dos ingleses, o que já detalhamos nossos escritos.

Para Prado Jr. (2004), o enfraquecimento das atividades de exploração levou os portugueses a desenvolverem outras práticas, começando pela expansão territorial, percorrendo o interior brasileiro, o que os tirou teoricamente da zona de conforto das regiões litorâneas levando-os a utilizar técnicas de produção agrícola.

Faz-se necessário resaltar que os lusitanos não tiveram a mesma sorte dos espanhóis que encontraram em territórios do México e Peru, grupos indígenas que já exploravam e utilizavam os metais preciosos, o que facilitou o processo de exploração, mas que

consequentemente deixou um rastro de destruição no processo de dominação dos Impérios Asteca e Inca.

A não valoração inicial principalmente de desbravadores portugueses para com as terras brasileiras refletia o fato dos indígenas ali presentes não terem muito a oferecer, a não ser mais tarde sua mão de obra de forma escrava.

Somos tal qual somos, pela fôrma que ela imprimiu em nós, ao nos configurar, segundo correspondia a sua cultura e a seus interesses. Inclusive reduzindo o que seria o povo brasileiro como entidade cívica e política a uma oferta de mão de obra servil. (RIBEIRO, 1995, p.178-179).

Na Europa, em especial os ingleses, também passavam por vários problemas, dentre eles os conflitos religiosos e políticos, isso em meados do século XVII, o que levou a uma migração de ingleses para as terras da América dando início a colônia Inglesa ao Norte.

Uma das dificuldades dos Ingleses, segundo Caio Prado Jr., (2004) se deu na adaptação dos europeus às condições climáticas, exigindo uma maior organização e a busca por regiões de clima mais temperado para desenvolver-se economicamente nessas colônias.

O autor cita o livro do escritor norte-americano Turner, com o título, “The Frontier in American History”, que expõe em seus escritos todo esse processo de adaptação.

(...) a colonização inglesa na América, realizando-se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneirismo, o característico yankee, que dotado de aptidão e técnicas particulares foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa. (PRADO, 2004, p. 28).

Tudo era novo para estes desbravadores europeus, os produtos que circundavam nossos territórios ainda eram desconhecidos para estes, e que mais tarde seriam observados com mais interesses, o açúcar que chegou a valores altíssimos, o anil, o arroz, o algodão, o tabaco e tantos outros produtos.

A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorreram para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil Colônia. (PRADO, 2004, p. 119).

A mão de obra vinda da Europa naquele momento era na maioria das vezes de pessoas que não tinham maiores perspectivas em sua terra natal, por isso tentavam a sorte na América, outros se submetiam a esse processo, porém, acabavam tendo que pagar sua viagem com o trabalho o que caracterizava um momento de escravidão, que duraria até meados do século XVII, quando a mão de obra escrava indígena e africana passou a ser utilizada naquele momento.

A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotasse universalmente nos trópicos a mão de obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, aquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. (PRADO, 2004, p. 29.).

A falta de mão de obra escrava também afetava Espanha e Portugal, levando a um aumento estimado em 10% da população portuguesa de escravos, isso em meados de 1550.

Os africanos foram trazidos do chamado “continente negro” para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1885 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria do sexo masculino. A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a costa da Mina, ou seja, quatro portos de ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVI em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século. (FAUSTO, 2009, p. 51).

Logo, o que se podia observar era um condicionar-se a toda a adversidade, fosse ela climática, escravista, mas que tinha como único objetivo a acumulação capital, o que levaria os subordinados aos trabalhos nas lavouras, a uma situação de sofrimento e de exploração nas colônias da América<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A especificidade da América portuguesa não residiu na assimilação pura e simples do mundo do Antigo regime, mas na sua recriação perversa, alimentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pela introdução, na velha sociedade, de um novo elemento, estrutural em não institucional: o escravismo. Subordinadas à monarquia portuguesa, que entre a Restauração e o período pombalino tornou-se crescentemente centralizadora, tendo assim que recriar suas relações com domínios ultramarinos, as terras brasílicas integraram o mundo do Antigo Regime por meio do antigo sistema colonial. (SOUZA, 2006, p. 68).

O aparecimento de engenhos de açúcar, grandes casarões, milhares de cativos entre indígenas e africanos em processo de escravidão, foi o indicativo ou o sinal de que as mudanças viriam em condições avassaladoras, dando forma a tudo que aqui ainda não era efetiva realidade aos olhos de muitos. O árduo trabalho escravo regado a muito sofrimento, na formação rural e citadina, ou mesmo os conflitos ao longo dos séculos.

Virá o Branco europeu para especular, realizar negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (PRADO, 2004, p. 32).

O Brasil, quando definitivamente batizado e não mais visto como representação de um território nas Américas, teve sua história marcada pelas mudanças, ao que diria Rousseau de um estado de “jusnaturalismo” ao estado de “organização civil”, sobre fortes influências religiosas, políticas, econômicas e sociais.

Para Caio Prado Jr., (2004) as divisões territoriais ou mesmo as questões referentes aos tratados de Tordesilhas e de Madri, trouxeram a esperança de um continente favorável às necessidades produtivas e de exploração dos mais variados recursos naturais. Isso veio aliado à ação dos padres da Companhia de Jesus no processo de catequização dos indígenas brasileiros, e ao potencial de algumas regiões do Brasil, o que ocorreu com a investida dos bandeirantes e a extensiva exploração territorial das regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e ao extremo norte da bacia amazônica.

De fato, o chamado “exclusivo colonial” só se define após 1580. Unido ao trono espanhol, Portugal será arrastado para os conflitos europeus e, por ricochete, atacado no ultramar. Para combater as heresias, mas também por ser “contra toda razão e bom governo” o fato de que mercadores estrangeiros causassem danos ao comércio do Reino, a ida destes às conquistas é proibida a partir de 1591. Todo o intercâmbio não metropolitano nas conquistas ultramarinas sofre embargo em 1605. Os estrangeiros residentes na América portuguesa tinham o prazo de um ano para retornar ao Reino. (ALENCASTRO, 2000, p. 22).

Caio Prado Jr. (2004) em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, procurou mostrar como o colono europeu viu-se obrigado a restringir suas atividades ao meio de produção, na figura de um grande proprietário rural, já que não tiveram inicialmente maiores êxitos na exploração dos metais preciosos.

Mostrou o historiador também que dentre as principais características europeias estava o “acentuado caráter mercantil”, o que viria a se tornar a mola propulsora desse desenvolvimento, já que dispunham de vantagens em quantidades e gêneros às quais a natureza lhes oferecia para a produção em grande escala e de valor comercial, além da mão de obra escrava das chamadas “raças inferiores às quais exerciam domínio: indígenas ou negros africanos importados”.

No século XVIII, quando as estatísticas passam a ser mais acuradas, se verifica que apenas 15% dos navios entrados no porto de Luanda vinham da Metrópole. Todo o resto da navegação para Angola – muitas vezes carregando mercadorias brasileiras (mandioca, cachaça etc.) e não europeias (tecidos asiáticos) – saía do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife. De Salvador zarpavam também os barcos com tabaco baiano, que dominava o trato da Costa da Mina. Escusado dizer que uma porcentagem maior ainda desses barcos voltava direto para o litoral brasileiro: à diferença das outras mercadorias africanas (marfim, metais preciosos etc.), os escravos, mercadorias vivas, não podiam ser arriscados num transbordo em Lisboa e tinham de chegar logo ao seu porto brasileiro. (SOUZA, 2006, p. 29).

No processo de povoamento as referências numéricas levantadas por Caio Prado Jr. mostram que 60% da população colonial, estavam nas faixas litorâneas,<sup>27</sup> em exceção as tímidas investidas na parte do interior paulista, que inicialmente viram o desenvolvimento das fazendas de gado no Nordeste e na bacia amazônica.

Acompanhemos este litoral, quase sempre ingrato, de norte a sul, saltando apenas aqueles trechos que já analisamos acima. Um primeiro percurso vai do extremo setentrional da colônia, o rio Oiapoque, ao Araguari; é a famosa região do Amapá, disputada ao Brasil durante séculos por ingleses, holandeses e finalmente franceses, e que só se incorporou definitivamente e indisputadamente no nosso território em 1899. Formada no seu litoral de terras baixas e alagadiças onde a navegação costeira é muito difícil pela falta de abrigos, e a penetração interior quase impossível, o Amapá conserva-se praticamente despovoado. Algumas missões franciscanas, maior número de jesuítas, tinham estendido para aí a sua catequese dos indígenas no século XVIII. Seus resultados foram mínimos, se não nulos. Restringiam delas, em fins do século XVIII, algumas miseráveis e vegetativas aldeias de índios semicivilizados e degenerados. (PRADO, 2004, p.43).

De fato, as dificuldades encontradas por estes desbravadores nos dão a dimensão do quão difícil foi o processo de colonização, o que é natural em vias de desenvolvimento de territórios inóspitos, de difícil acesso, mas que se potencializavam ao chegar ao delta do Amazonas, o que possibilitou além de um ambiente de fácil povoamento, grandes redes hidrográficas para o escoamento de produtos e comunicação com as demais regiões.

---

<sup>27</sup> O cronista de princípios dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em “andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos”. (PRADO, 2004, p.39).

Os portugueses viriam, na sequência, tratar de manter domínio sobre este território em 1616, o que ocorreu com a expulsão de ingleses e holandeses, o que para Caio Prado Jr. ocorreu de forma injusta, pois estes foram os primeiros ocupantes destes territórios. A grande dúvida dos portugueses passava a ser se esse território pertencia ou não aos espanhóis o que se adiou para futuras discussões ou negociações<sup>28</sup>.

A expansão efetiva pelo interior brasileiro viria a acontecer na metade do século XVIII, momento marcado pela expressiva queda na produção açucareira e a necessidade de exploração de novas fontes de riquezas que vieram a acontecer com a descoberta do ouro das Minas Gerais e Mato Grosso.

Para Alencastro (2000 p.34) a exploração da mão de obra indígena seria apenas o pontapé inicial de um projeto muito mais ambicioso, isso em função do sucesso com o tráfico negreiro, o que para os lusos, as facilidades e os contatos com as regiões africanas intensificaram as negociações com os portugueses possibilitando um crescimento expressivo do comércio de escravos, portanto, o que vai dando funcionamento as engrenagens do sistema colonial.

Ainda assim a África tornava-se um ambiente de plenos interesses dos portugueses, pois além da expansão religiosa, as fontes lucrativas de produtos que ali poderiam ser explorados chamava a atenção dos grandes centros comerciais, tendo-se a visão de que a “África tornar-se-ia outro Brasil”, isso também em função das baixas comerciais com a Índia.

Durante três séculos as fazendas dos moradores da África Central patinam na economia regional, vendendo milho, mandioca, e feijão para nativos e negreiros. Já estão na mesa as cartas jogadas na partida multissecular travada no Atlântico Sul: Angola não fabrica açúcar e engenhos de São Tomé arrefecem suas fornalhas. A colonização será complementar e não concorrencial: o Brasil produzirá açúcar, o tabaco, o algodão, o café; a África portuguesa fornecerá os escravos. (ALENCASTRO, 2000, p. 35).

O despertar dos europeus para as atividades agrícolas aconteceu muito em função do período escravista promissor o que possibilitou o crescimento da produtividade nos engenhos e nas fazendas, tendo o retorno do investimento certo, utilizando-o para obter mais mão de obra e assim tomando proporções macroeconômicas o que impulsionaria o setor mercantil e fortalecia de vez a realização da exploração colonial.

---

<sup>28</sup> Depois de um século de luta, Portugal acabaria por perder a margem esquerda do Prata. Em compensação conservaria para o Brasil a inteira bacia amazônica. Pela mesma época em que se fundava colônia, tomavam os governadores do extremo norte providências em defesa. Iniciava-se a chamada “questão do Iapoque”, no fundo, questão do Amazonas. (HOLANDA, 1997, p.21).

Caio Prado Jr., (2004) procurou mostrar em seus escritos que o confronto entre paulistas e portugueses, ambos reivindicando o domínio sobre as minas auríferas, tomava proporções muito maiores em função desse novo ciclo de exploração que elevava o Brasil naquele momento ao patamar de outros países europeus, a exemplo da Espanha que já havia desfrutado das riquezas dos metais desde o início na chegada as terras da América.

Paralelamente ao movimento da expansão comercial fluminense, Lisboa toma providências para barrar o autonomismo paulista. Santos e o litoral sul são submetidos ao governo do Rio de Janeiro (1698), é criada a capitania de São Paulo e Minas do ouro (1709), os paulistas são derrotados na Guerra dos Emboabas (1709-11), a Coroa adquire de seus donatários a capitania de Santos e São Vicente (1712), Minas Gerais forma capitania à parte (1720), o terminal do ouro em Parati é anexado à capitania fluminense (1726), Goiás e Mato Grosso também ganham autonomia (1648) e, enfim, o próprio governo de São Paulo passa a ser uma dependência administrativa do Rio de Janeiro (1748-65). (ALENCASTRO, 2000, p. 203).

Já em relação à população elitizada e os sertanejos vindo das camadas mais pobres, a cobrança se restringia às exigências de maior participação política, reconhecimento e liberdade, além de menores taxas de impostos que se mostravam abusivas, já que a exploração desses recursos davam sinais de esgotamento.

Dessa forma, a concentração populacional nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, impulsionou o crescimento demográfico, mas o que deve ser observado é que as regiões Norte e Nordeste tiveram grande participação inicial em todo esse processo de formação econômica, com bases de produção açucareira, cacau, borracha, algodão e pecuária na Bahia, que mais tarde vieram a ter efetiva concentração ao sul de Minas, São Paulo e na região Sul, bem como outros produtos que possibilitaram ao Brasil manter-se como um país em desenvolvimento comercial.

Para Caio Prado Jr., (2004) a pecuária viria como uma afirmação para o povoamento das regiões brasileiras, podendo ser observada a decadência na exploração dos metais preciosos e diamantes, o que não alterou o crescimento da pecuária que passava a ter grande ascensão, ganhando espaço em algumas regiões do Brasil, além de força e expressão no desenvolvimento da economia brasileira.

[...] à pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculado em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração. (...) as fazendas de gado se alastram sempre por contiguidade, a partir de um ponto que representa o seu centro de irradiação. É esta a forma característica pela qual o povoamento que a campanha se vai estendendo pelo interior. Cada vez que se formou um desses núcleos, liga-se a ele imediatamente uma zona de criação destinada a abastecê-lo de gado e carne. Os principais e mais antigos daqueles núcleos agrícolas, que são do litoral do Nordeste açucareiro, desde Pernambuco até a Bahia, determinam também

maiores e mais notáveis zonas criatórias; seguem-nas, mais para o sul, as regiões pastoris de Minas Gerais, tributárias dos centros mineradores desta capitania; finalmente no Extremo sul, do Paraná ao Rio Grande, estabelecendo-se uma última grande zona de criação destinada a abastecer os centros agrícolas do litoral sul da colônia, em particular o mais importante deles é o Rio de Janeiro. (PRADO, 2004, p.61).

Na região Sudeste, São Paulo passava a ser a porta de entrada do continente, ligando Minas Gerais, a bacia do Paraguai e a parte Sul. Esse foi o início de um processo de distribuição que ocorreria da parte litorânea para o interior.

Considerada uma zona de passagem, São Paulo não apresentou uma regularidade ao que diz respeito à exploração e produção, a exemplo da mineração e da agricultura, mas, teve expressiva relação com o comércio de escravos indígenas, que eram capturados no sertão brasileiro e levados para as fazendas localizadas no litoral onde eram vendidos para o trabalho em engenhos e lavouras canavieiras.

Caio Prado Jr. (2004), sinalizou ainda que esta prática de comércio escravista em meados do século XVIII e outras práticas acabaram declinando, já que os trajetos antes utilizados com passagens por São Paulo se tornariam em demasia aglomerados e em algumas situações intransitáveis sendo necessário utilizar outras rotas.

[...] o fornecimento de gado para o Rio passará para os Campos dos Goitacases e mais tarde para o Sul de Minas; o caminho que Garcia Rodrigues Pais, um paulista, abre entre os centros mineradores das Gerais e o Rio, desvia de São Paulo o trânsito que para ele se fazia. Goiás também se articulará diretamente, por Minas Gerais, com o Rio, e escapa também da órbita paulista que dos grandes roteiros interiores ficará apenas com o de Cuiabá, cuja via fluvial pelo Tietê conservará ainda por algum tempo a primazia. Mas em fins do século XVIII está em plena decadência, quase abandonada: o Mato Grosso se ligará com Goiás, e daí com Minas e Rio de Janeiro, para atingir o litoral; ou então procurará e Extremo-Norte por via dos grandes afluentes da bacia amazônica, sobretudo a Madeira. (PRADO, 2004, p.67).

Essa situação de declínio vivenciada por São Paulo cresceria ainda mais com a descoberta das minas auríferas em Minas Gerais, mas que se normalizaria ao final do século XVIII, criando uma estável relação com o meio de produção agrícola e expansão de propriedades.

Para que possamos entender toda a dinâmica de povoamento tratada por Caio Prado Jr. é importante resaltar que outras regiões passariam por problemas semelhantes ao vivido por São Paulo, a exemplo de uma relação de total abandono, o que veio a acontecer com a parte Norte do Brasil, principalmente com a bacia amazônica, que por questões histórico-geográficas, ficaram fora da unidade geral, que ocorreu entre as regiões Nordeste, o Centro e o Sul.

Esses momentos de transição da história brasileira, de movimentos populacionais, de desenvolvimento nos setores de exploração de recursos naturais, na produção agrícola são iniciações de um processo colonial, de períodos de adaptação, e de dependência das práticas dos primeiros desbravadores com as entradas e bandeiras, deixando as tímidas investidas litorâneas<sup>29</sup>.

O avanço na colonização veio a oferecer maiores perspectivas, já que em alguns locais, o que se observava era uma população constituída por comunidades indígenas, muitas vezes hostis, indiferentes e por outro lado imigrantes mineiros que se aventuravam em busca de riquezas.

Para o Prado Júnior, esses acontecimentos permitiram a formação de uma riquíssima diversidade étnica; entre índios, negros africanos, mestiços e descendentes de europeus que se instalavam em determinados territórios, o que veio a formar os primeiros vilarejos, as chamadas capitânias.

Em relação às etnias que constituíram a população brasileira, Caio Prado Jr. enfatizou que os problemas enfrentados diante da diversidade étnica, foram de extrema complexidade, gerando uma relação discriminatória, criando-se a falsa ideia de que indígenas e africanos teriam sido moldados diante de uma realidade escravista, o que os identificaria enquanto povo.

Se observarmos os relatos históricos e realizarmos uma comparação, entre o nosso processo de colonização e as esferas colonizadoras americanas, veremos que são de longe convergentes, já que para os Estado Unidos e Canadá a imagem dos nativos era apenas figurativa em um processo de desenvolvimento colonial, pois não permitiram essa proximidade e a incorporação dos mesmos nem mesmo nos campos de trabalho, a não ser em situações conflituosas nas colônias da América setentrional, ocorridas entre ingleses e franceses a ocorrência de supostas e indefinidas alianças<sup>30</sup>.

Caio Prado Jr. (2004) observou ainda em seus estudos que, diferentemente dos americanos e canadenses, os portugueses partiram do princípio de que poderiam utilizar os

---

<sup>29</sup> A agricultura é o nervo econômico da civilização. Com ela se inicia – se excluirmos o insignificante ciclo extrativo do pau-brasil - e a ela deve a melhor porção de sua riqueza. Numa palavra, é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro. A mineração não é mais que um parêntese; de curta duração aliás. E particularmente no momento que nos interessa aqui, passara já nitidamente para o segundo plano: a cultura da terra voltava a ocupar a posição dominante dos dois primeiros séculos da colonização. (PRADO, 2004, p. 130).

<sup>30</sup> Mas aquelas relações entre colonos e índios nunca foram além de uma simples aliança de igual para igual; não se tratava em absoluto de incorporar os indígenas na colonização. Tanto que mais tarde quando eliminados dos franceses, os ingleses ou seus sucessores norte-americanos ficaram sós em campo, o problema do índio ficou reduzido simplesmente ao da expulsão deles de territórios necessários à expansão colonizadora. (PRADO, 2004, p.91).

indígenas não somente pela mão de obra, pelo tráfico mercantil, ou como aliados, mas como colaboradores do processo de colonização e de povoamento.

O que Portugal podia pretender, e de fato pretendeu como nação colonizadora de um território imenso para o que não lhe sobrava população suficiente, era utilizar todos os elementos disponíveis; e o índio não podia ser desprezado na consecução de tal fim. Tratava-se, portanto de incorporá-lo à comunhão luso-brasileira, arrancá-lo das selvas para fazer dele um participante integrado na vida colonial; um colono como os demais. (PRADO, 2004, p. 92).

Já no que diz respeito à economia colonial, o povoamento, a exploração da mão de obra escrava e pequenas propriedades devem ser observadas como um processo lento, e na maioria das vezes caro de estruturação, que requeria dos colonos bases econômicas sólidas para a montagem de engenhos.

O alto valor e o acesso às peças de montagem que geralmente eram encomendadas da Europa tornariam os portugueses dependentes de colaboradores holandeses, que aproveitariam o momento para instalarem-se na parte Nordeste. É claro que não podemos esquecer que a mão de obra em média deveria ser de “cento e cinquenta a duzentos trabalhadores, o que correspondia a um gasto ainda maior em vias da compra de escravos indígenas ou africanos”<sup>31</sup>.

Logo, a estas dificuldades citadas se somava a agressividade indígena e, mais tarde de, dos escravos africanos que se instalavam em quilombos próximos as fazendas, o que demandava ao colono contratar jagunços e ter um poder bélico para a manutenção de suas posses e cuidar da integridade de sua família<sup>32</sup>.

Dessa forma, houve grandes dificuldades a serem enfrentadas por estes colonizadores, pois ao nível econômico colonial isso crescia gradualmente, seja com a falta de mercados para o escoamento de produtos, ou a falta de recursos que impossibilitavam a produção para exportação, porém, eram independentes e autossuficientes em relação ao produto exterior, ao que dizia respeito à produção agrícola.

Prado Júnior reitera que a despreocupação em relação à desenfreada exploração dos recursos naturais, a exemplo do ouro, gerou um completo esgotamento, deixando um rastro de esterilidade nos locais de exploração, obrigando essas regiões a buscarem novas alternativas,

---

<sup>31</sup> As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos. (BORIS, 2009, p.84).

<sup>32</sup> Caio Prado Jr. Dissertações sobre a Revolução Brasileira, org. Raimundo Santos, 2007, p. 45-46.

o que possibilitou de forma positiva o desenvolvimento da agricultura, em específico nas Minas Gerais com o algodão.

Porém, outras situações também marcaram o processo de formação colonial, a seca no Nordeste fez das regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul, Estados emergentes e com grande potencial agrícola.

Quanto ao clima, vê uma grande variabilidade: o clima da região amazônica, o do Nordeste – onde separa o litoral do sertão o de Mato Grosso e dos Estados do Sul, a partir de Minas Gerais. Essa diversidade de climas já influi de maneira decisiva na colonização. No Nordeste o colono fica emparedado entre o mar e o sertão inabordável, e as três raças “colaboram, de todo desquitadas entre si”, unindo-se apenas na guerra contra os holandeses. Por isso, “o velho agregado colonial tendia a chegar ao nosso tempo, imutável, sob o emperramento de uma centralização estúpida, realizando a anomalia de deslocar para uma terra nova o ambiente moral de uma sociedade velha”. (DANTE, 1969, p 206).

Em relação à cultura africana e diferente da indígena, a integração escravista não trouxe maiores problemas para os colonos portugueses, tendo como princípio que o negro sempre foi visto como escravo em potencial desde a sua chegada.

As únicas restrições e que foram mais tendenciosas em relação ao negro foram o menosprezo e o preconceito em relação a possíveis cruzamentos de raças, mas de forma geral a intenção era que viesse a exceder os indígenas, por isso a importação intensa de africanos ocorreria até 1850 com a proibição do tráfico de escravos<sup>33</sup>.

Para Caio Prado Jr., esse momento da história brasileira passaria a ser marcado pelo caráter notável da formação étnica, com a efetiva mistura das três raças, o que em potencial para ele faria da população brasileira um dos mais ricos conjuntos étnicos da humanidade.

Aqui Prado Júnior sinaliza para o processo de mestiçagem a qual possibilitou a formação do povo brasileiro e que deu condições de povoar os territórios coloniais, caracterizando os colonos portugueses pela mistura de raças.

Outro problema enfrentado pelos colonizadores foi à falta da figura feminina, principalmente da mulher branca, o que levou em alguns momentos a uma atitude pouco inusitada que foi a importação de mulheres da Europa para o “Novo Mundo”, porém, o que chama a atenção foi que estas mulheres recrutadas vinham de orfanatos, raparigas sem dotes, criminosas e prostitutas, prática que foi adotada por vários países europeus.

---

<sup>33</sup> A notável participação do elemento negro na população brasileira se exprime por números elevados: só dados mais prováveis para os primeiros anos do século. Qual a parte que contribui para os 2/3 restantes? É difícil se não impossível precisar. Negros puros seriam aí poucos, pois a alforria parece excepcional no seu caso. Mas o seu sangue, mais ou menos diluído, já penetrara em proporções consideráveis em todas as classes da população. (PRADO Jr., 2004, p. 107).

No Brasil esta condição estimulou os colonos à mestiçagem, a sexualidade e a relação entre estes e índias e negras em vias de necessidade sexual que sobrepuja o preconceito apesar deste ainda acentuado, mas que se mostra visível principalmente na relação entre o branco e o negro<sup>34</sup>.

Para Laima Mesgravis (2012, p. 46) “o que mais incomodava naquele momento era a degradação do trabalho e a corrupção moral resultante da promiscuidade sexual precoce dos meninos, e o espetáculo dos vícios para as meninas, por mais bem guardadas que fossem”.

Em suma, Caio Prado Jr. se propõe a desmistificar e intensificar os alicerces historiográficos que traçam todo o processo de formação étnica brasileira, possibilitando o entendimento de como esta relação entre raças originou a civilização brasileira.

Nos estudos seguintes destacaremos nos séculos XIX e XX o café no Sudeste e a borracha na Amazônia, o algodão e outros produtos que alimentavam e fortaleciam novamente a economia do Brasil.

Mas, este salto na história pode nos levar a perceber os efeitos da transição de períodos escravistas, as lutas políticas entre situações partidárias, liberais e conservadores, a tentativa de D. Pedro II de se manter no poder, ou mesmo a modernização.

É claro que esse período nos dá a dimensão do que estava acontecendo com o país, que rumava para o fim da escravidão, a queda da monarquia, a chegada dos imigrantes, o interesse de branqueamento da população, sendo finalizada com o golpe e a instituição da República Federativa do Brasil.

### 2.3. O Pensamento Econômico e Político no Brasil

Ao tratarmos desse estudo sobre o pensamento econômico político, partimos do princípio o qual, para Caio Prado Jr., o Brasil necessitava primeiramente organizar-se teoricamente, colocando em evidência a “economia política e à história econômica”, para que em um segundo momento a projeção realizada se concretizasse no campo prático com o crescimento econômico e geração de riqueza, o que tornaria possível a mudança em âmbito social.

O progresso, para Prado Júnior, estava diretamente ligado à esfera política, o que passou a ser sinalizado por meio da realidade econômica, cultural e social, estendendo-se aos

---

<sup>34</sup> Estes novos contingentes, brancos, pretos ou índios, não contribuem, porém para transformar fundamentalmente a feição étnica predominante. Modificarão as dosagens, que penderão para o negro, o maior contribuinte. (Idem, p. 111).

ambientes institucionais e, assim, inserido à sociedade brasileira e ao sistema econômico mundial.

O desenvolvimento ou o caráter econômico o qual nos referimos define a partir da ideia de sistema mercantil o funcionamento do setor exportador e de acumulação, herança do sistema colonial que foi fundamental para os acontecimentos geradores das transformações as quais acompanhamos a nível mundial, a exemplo da Revolução Industrial.

Para Caio Prado Jr. (2004) o Brasil e outros tantos países da América que tiveram suas bases sob a influência colonial, atualmente vivem à sombra das deficientes estruturas socioeconômicas, refletidas na falta de adequação da atual política, o que torna cada vez mais difícil a proposta de soluções e superação ao atraso em vias da necessidade de progresso.

As observações realizadas pelo intelectual mostram que as “deficiências” originadas desde o período colonial ainda se encontravam enraizadas na sociedade brasileira em seu tempo, o que reforça a ideia para o mesmo da necessidade de fortalecimento da identidade, o que levaria ao crescimento e desenvolvimento econômico, social e político.

[...] fica excluída do modelo qualquer particularidade que a mesma tenha, fazendo com que a historiografia caia por terra nesta análise e assim os modelos passam a ser apenas instrumentos que servem, quando muito, para orientar a análise econômica. Quando se trata de aplicá-los em países subdesenvolvidos, suas falhas ficam extremamente evidenciadas, pois foram construídos em um ambiente de capitalismo maduro, onde o momento histórico nas etapas do desenvolvimento nacional já era outro. (MATTEI, 2012, p.49).

As discussões sobre a modernização abrem espaço para os questionamentos em relação aos países subdesenvolvidos, os quais tardiamente se encaminharam ao processo de desenvolvimento, o que justifica a imediata necessidade de superação das desigualdades e assim a legitimação do “capitalismo em sua versão liberal-utilitarista”.

Porém, a ideia de semelhança entre a produção e a atividade econômica existente em todas as nações segundo Lauro Mattei, provocaria a clara necessidade de desconsiderá-las em relação ao processo de formação do capital, pois tornaria inviável a análise econômica em sua generalidade, entendendo que cada país em sua particularidade encontra-se ligada a um determinado sistema, a um modelo, e assim a semelhança desencadearia a insuficiência em relação ao crescimento econômico o que seria um empecilho ao processo de desenvolvimento.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Dir-se-á que a sua “teoria” não tem a menor importância e significação, e que se pode com toda legitimidade desprezá-la e considerar unicamente o fato concreto em que se traduziu. E é isso precisamente que o tratamento vulgar da Economia costuma fazer: a teoria a considerar é apenas a dos elaboradores consagrados e de ofício que são os economistas, puros expectadores dos fatos que do exterior eles

Entende o intelectual que o surgimento do capitalismo industrial, define o verdadeiro sistema econômico, que tem sua origem a partir da fragmentação feudal na Europa, e que tem sua expansão a partir do reestabelecimento do processo de dominação existente sob a ordem capitalista e a ligação ao ambiente colonial.

O caráter disperso, desintegrado e descontínuo em várias formas de organização de vida e trabalho se espalham pelo país, no passado e também no presente, distanciadas no espaço e no tempo expressa uma das suas mais profundas contradições. São aventureiros, indígenas, seringueiros, mineradores, garimpeiros, posseiros, camponeses, grileiros, enfim várias atividades marcadas pelo extrativismo, economia de subsistência, e pioneirismo, ao lado de atividades industriais, agroindustriais, financeiras e de serviços dos mais avançados, que aproximam do padrão dos grandes centros desenvolvidos do capitalismo mundial. (VICTORINO, 2001, p.39).

A história econômica ou socioeconômica do Brasil mostrara que, ao sabor das conjunturas e as flutuações econômicas na colônia, esta acabou por se tornar grande fornecedora de produtos originários de sua natureza, abastecendo e aquecendo o cenário comercial europeu.

As bases agroexportadoras alimentariam os ideais mercantis capitalistas, porém a visão desse paraíso oscilava entre o desejo de exploração e a dúvida, já que inicialmente poucos produtos chamaram a atenção, o que para os desbravadores portugueses seria determinante ao início de um efetivo processo de colonização.

Porém, é na fase seguinte, com os engenhos de açúcar - produto de expressiva lucratividade na época - que o Brasil abria as portas para o comércio internacional, abastecendo todo o mercado europeu.

Porém, as etapas de crescimento econômico foram marcadas também pela diversidade tendo seu processo claramente fixado em propostas capitalistas, além da exploração primitiva e muitas vezes rudimentar que tinham destino certo, a metrópole portuguesa, ao mesmo tempo é perceptível à subordinação, ou seja, o Brasil lhes servia para que pudessem dele usufruir e tudo que os mesmos pudessem explorar um produto subsidiando o outro, de forma que a visão do lucro tornava-se a grande meta, uma forma direta de alienação desses grupos.

Foi naquele momento que, no Brasil, acontecia as invasões holandesas em meados do século XVII, o que contribuiu de certa forma na construção de vários engenhos de açúcar, financiados pelos próprios invasores, tendo em mente que era necessário ter um poder

---

contemplam e interpretam. Quanto aos fatos, esses independem daquela esfera subjetiva e elaboradora do conhecimento em que se abrigam os teóricos. (PRADO, 1957, p.24).

econômico razoável para manter-se, pois não se tratava apenas de produzir a terra, mas também de obter mão de obra, além dos instrumentos que geralmente vinham da Europa, necessários para o funcionamento dos engenhos. Sabe-se que os conflitos entre portugueses, espanhóis e holandeses, levaram à expulsão holandesa do Brasil, tendo como motivo questões econômicas e também religiosas.

A decadência açucareira no Brasil veio com a produção do açúcar no continente africano, atividade que passou a ser desenvolvida pelos próprios holandeses que tinham se desenvolvido mais rapidamente em relação à mecanização, o que possibilitou o barateamento do produto aliado a proximidade da Europa.

(...) a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolta Praieira (1848), Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de aberta revolta. Até a independência, o alvo principal das rebeliões era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província em relação ao governo central, muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. (FAUSTO, 2009, p. 89).

Outro momento que mexeu com a estrutura colonial foi a Revolução industrial que ocorreu na segunda metade do século XVIII na Europa, causando mudanças impactantes na economia brasileira, pois a valorização dos produtos, as questões comerciais e coloniais vieram a desencadear vários conflitos entre as potências europeias, bem como a guerra de sucessão da Espanha ou mesmo as guerras napoleônicas.

Nesse processo industrial a agricultura brasileira começava a fortalecer-se novamente, principalmente pela necessidade de matéria-prima de países que estavam em pleno desenvolvimento têxtil.

O consumo do algodão na Inglaterra, o grande centro da indústria têxtil moderna, acompanha estas datas. Não ia, no quinquênio 1771/5 além de 4,76 milhões de libras (peso); no penúltimo século, logo depois da introdução do tear mecânico, atingirá 26 milhões. Já não bastavam para este volume considerável os antigos e tradicionais fornecedores do Oriente; e a América, aproveitando suas reservas imensas de terras virgens, virá encher a falta e se tornará o grande produtor moderno de algodão. O Brasil terá sua parte, que a princípio não é pequena, neste surto sem paralelo no passado do comércio algodoeiro. Todos estes fatores concorreram para fazer do final do século XVIII um período de grande progresso da agricultura brasileira. (PRADO, 2004, p. 131).

Esse momento foi de fundamental importância para um renovar da produção agrícola do país principalmente na região Nordeste, possibilitando o fortalecimento de regiões

decadentes bem como Bahia e Pernambuco que se fortaleceriam novamente, com a abertura de novas regiões açucareiras.

A decadência mineradora possibilitou o crescimento da produção agrícola, que teve reflexos importantes também na produção do cacau na região amazônica, ou mesmo no Pará que anteriormente não ocorria movimentos de produção agrícola, ou mesmo a produção cafeeira caindo no gosto de brasileiros e americanos.

Pode-se dizer que houve um despertar em relação à extração e a escassez dos metais, porém rapidamente os problemas do processo rudimentar de manuseio da terra levaram ao esgotamento do solo, ou do processo indiscriminado na derrubada de árvores para o fornecimento de madeira a Marinha Real.

Outro sinal dessa despreocupação da metrópole portuguesa em relação à colônia brasileira, era visto na falta de investimentos e prudência no setor de exploração, pois países como Inglaterra e França usavam o bagaço da cana como combustível, enquanto o Brasil continuava utilizando formas arcaicas como derrubada e queimadas.

Segundo Caio Prado Jr., (2004) temos enfim problemas que se remetem a devastação de grande quantidade da mata brasileira, o que levou a destruição e ao aparecimento de desertos estéreis, e a uma procura desenfreada do colonizador em relação a novos espaços de terra para o plantio.

Porque o problema se torna muito mais difícil. Se não é simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigiria reformas profundas, econômicas e quíça sociais. (PRADO, 2004, p.142).

O cultivo do café no Pará logo deu margem à produção na região Sudeste, tendo grande produtividade, como falamos anteriormente, atingindo o Rio de Janeiro e Oeste paulista, o Vale do Paraíba, levando o país a partir de 1850 em diante a um crescimento considerável na produção cafeeira e assim a modernização como falamos e como se apresenta na história brasileira.

Mas, em questões sociais é importante fazer referência à produção agrícola de subsistência para expor a forma de produção autônoma e ao mesmo tempo falar sobre a grande seca ocorrida no Nordeste brasileiro em 1793, que levou a um número expressivo de flagelados pela fome e o que foi reflexo, segundo Caio Prado Jr., da expansão produtiva do algodão esquecendo-se a produção de alimentos, o que levou a uma dependência muito

grande de produtos vindos de outras regiões brasileiras e que afetavam aqueles que não tinham poder aquisitivo para comprar o alimento.

O historiador também faz referência à questão aurífera, chamando atenção para a exploração desenfreada, esta nunca visando melhorias para o trabalhador ou mesmo em relação às condições de exploração, mas sempre buscando beneficiar alguns grupos específicos. A implantação do “Quinto” também veio desencadear nessas regiões incansáveis fiscalizações, tendo como objetivo conter possíveis desvios de metais e diamantes que ali fossem explorados.

Na medida em que o tempo passava, as dificuldades aumentavam em relação ao fisco, o empobrecimento dessas regiões de exploração crescia rapidamente, o número excedente de faiscadores declarava a decadência desses ambientes de exploração, fazendo crescer a violência nas regiões diamantíferas com a presença de garimpeiros que causavam o surgimento de movimentos contrários ao governo, travando uma luta constante sob o aval e apoio do povo.

Afinal, como reflexo das agitações que iam pelo reino e colônia, até o Distrito Diamantino, que resistia até então como um último baluarte do sistema fiscal dos diamantes, foi franqueado. Estava o monopólio oficial definitivamente condenado, e daí por diante se esfacela aos poucos e se dissolve; até que, reconhecida a situação de fato, a lei de 25 de outubro de 1882 o abole de todo. (PRADO, 2004, p.185).

Outro ponto que falaremos é sobre a pecuária, que teve no Nordeste seu primeiro espaço de criação e desenvolvimento. Caio Prado Jr., assinala a precariedade do espaço geográfico de um sertão onde a predominância é da caatinga e do trabalho do sertanejo ou o chamado vaqueiro que cuidava dos animais, para que os mesmos não se perdessem, ou na cura de possíveis machucados, ataques de outros animais nativos dessas regiões etc.

A pecuária foi responsável pelo desbravamento do “grande sertão”. Os criadores que penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e, partir da área do Rio São Francisco, chegaram aos Rios Tocantins e Araguaia. Mais do que o litoral, forma essas regiões que se caracterizam por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista. No fim do século XVII, existiam propriedades no sertão maiores do que Portugal, e um grande fazendeiro chegavam a possuir mais de 1 milhão de hectares. (FAUSTO, 2009, p.84).

Mas o que chamava a atenção é o fato de que os animais eram deixados à condição natural sem maiores cuidados, como se vê ainda hoje algumas regiões nordestinas. Trata-se de um ambiente hostil, que castiga os sertanejos e os animais que ali se encontram.

Esta parte do trabalho nos possibilita fazer uma leitura das condições de pobreza, mas também de outras possibilidades comerciais, como por exemplo o comércio da carne-seca, do couro salgado, curtidos e outros que se encontravam entre as regiões Norte, desde o Maranhão até a Bahia.

Entretanto, o grande golpe ocorreu nos anos de 1871 a 1873, com a estiagem de três anos a qual não permitira a estas uma possível recuperação, levando a migração como falamos anteriormente as regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul do país, e que teve como diferencial o cuidado redobrado, o que não ocorria nas regiões Norte e Nordeste.

O desenvolvimento da pecuária nessas regiões Sudeste e Sul, põe em destaque Minas Gerais na produção do leite e no Rio Grande do Sul com as indústrias de charque.

Outra referência feita por Caio Prado Jr., são as produções extrativistas que marcam a exploração na região amazônica que não teve grande destaque a não ser pela borracha e a pesca, além de alguns produtos que não elevaram a região a ter um maior destaque.

Porém, é importante destacar o trabalho indígena utilizado nesta região, que após a Carta Régia de 12 de maio de 1798, possibilitou aos nativos receberem salários por seus trabalhos, o que não foi condição geral, pois muitos ainda continuavam a serem explorados.

A população insuficiente na metrópole portuguesa também se tornou um grande desafio, pois impossibilitou os envios à colônia, obrigando os portugueses a investirem na mão de obra africana com o trabalho escravo, o que mexeu com a estrutura social a qual são sentidas até os dias de hoje.

Apesar dessas condições de fracasso o Brasil mantinha-se preponderantemente no mercado cafeeiro e do cacau, o que para o setor internacional ainda não era suficiente, pois não repercutia expressivamente sobre o capitalismo mundial, por isso a desconfiança se estendia negativamente sobre os acontecimentos que ocorreram nesse período, a exemplo da abolição da escravidão e a República que passaram a ser observadas de perto, porém sem a interferência direta, a não ser que esta viesse a comprometer outros setores de produção.

Se o fundamental na colônia era a economia e, concretamente, a valorização da terra, a essência da sociedade colonial e das relações sociais fica estabelecida no processo produtivo. Caio Prado Júnior coloca a questão de forma simples e clara: “De um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres”. (VICENTE, 1989, p 91).

De fato, a postura europeia em relação à América era condizente aos interesses no cenário agrícola, pois enquanto as indústrias caminhavam em pleno vapor, as colônias

passavam a ser observadas pelas condições favoráveis ao fornecimento de produtos os quais geralmente não se encontravam facilmente nos países ao Norte, isso em vias de condições climáticas e territoriais, ou pelo fato de estarem vivenciando intensamente a Revolução Industrial, trazendo consigo o molde capitalista de uma economia diretamente ligada à tecnologia.

Ao passo que a procura por estes territórios crescia ou a oferta passava a ser maior que a demanda, isso em relação à colônia, objetivamente as exigências passavam a ser de obtenção de áreas que proporcionassem custos de produção e transporte mais baixos, o que levou a chamada “monoprodução” e o que, para Boris Fausto (2009), formaria o típico setor de mercado externo da economia colonial, onde se aplicaria novas técnicas de produção e transporte, não estando obrigatoriamente ligadas à economia e à dinâmica de mercado mundial.

Um exemplo disso foi com o setor açucareiro inglês, o qual mantinha pleno domínio do mercado até meados do século XIX nas colônias localizadas nas Antilhas, mas que presenciou inicialmente a drástica redução das tarifas de importação do produto e mais tarde, a extinção do mesmo, sendo extremamente prejudicial às colônias britânicas do Caribe e outras áreas além do açúcar que foram atingidas, reduzindo o setor até meados de 1900 a uma condição de decadência e pobreza.

O que se pode perceber é que o Brasil, que viveu intensamente a realidade colonial, não desenvolveu movimentos nacionalistas, emancipacionistas no setor de produção, pois o que se pode observar foi um país dependente. Não havia qualquer sentimento expressivos de rejeição à situação socioeconômica, ou apelos para o desenvolvimento do bem estar da população.

[...] o mais importante na experiência brasileira é a superação da situação colonial e a constituição de uma situação nacional. Ou seja, o caminho que se inicia pela formação do Brasil contemporâneo leva naturalmente à revolução brasileira. Tendo começado como colônia que tinha sua razão de ser na produção de alguns gêneros de alto valor no mercado internacional, o que implicava uma quase completa desconsideração por aqueles que produzem esses bens, devemos caminhar para algo diferente, uma nação integrada. A totalidade brasileira, conseqüentemente, revela-se e se realiza precisamente no momento de superação da situação colonial. (Apud, RICUPERO, 2000, p. 233).

Para Lauro Mattei, (2012) nos escritos de Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*, ficam nítidas as expressões deixadas pelo historiador em relação aos atrasos no setor econômico, social e político.

Isso se exemplifica com a condição atual do Brasil que ainda não conseguiu se desvencilhar da ordem internacional, e seu atrativo capital financeiro, que gerencia e associa “rentabilidade através das altíssimas taxas de juros, além de uma política de estabilidade macroeconômica”.<sup>36</sup>

Em relação política vivenciada no período colonial e a nossa atual realidade, pouca coisa mudou em detrimento a cultura do “benefício individual”, que reflete negativamente sob os referenciais sociais.

Em suma, nesse capítulo pudemos falar um pouco sobre os referenciais econômicos do Brasil, passando por vários períodos e situações enfrentadas ao decorrer da história brasileira, bem como as dificuldades, conquistas, sofrimentos e alegrias que marcaram a trajetória da formação social do país entre os séculos XVI até a contemporaneidade, apresentada na historiografia de Caio Prado Jr.

No próximo capítulo daremos ênfase ao pensamento de Prado Júnior e suas contribuições em relação à Formação do Brasil no centro dos debates dos anos dos anos XIX e XX e as possíveis polêmicas trazidas por suas obras e as influências marxistas.

---

<sup>36</sup> Ou seja, além de não termos rompido completamente com as heranças deixadas pelo passado colonial, o país está voltando a ser o que era em tempos anteriores: agroexportador primário, uma vez que nos últimos anos nota-se uma queda na participação na pauta de exportação dos bens industrializados em relação aos bens primários oriundos dos recursos naturais (commodities agropecuário e produtos extrativos minerais). (MATTEI, 2012, p. 57).

### Capítulo III: FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

#### 3.1. Brasil do Século XIX e XX

Como falamos anteriormente, Caio Prado Jr., em seus escritos fez observações importantes ao falar sobre a formação colonial no Brasil, principalmente a ligação entre o período colonial e a contemporaneidade, especialmente na sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Fernando Antonio Novais, estudioso do período colonial, mostra, ao se aproximar das ideias de Caio Prado Júnior, que segue uma linha de pensamento muito similar. Contudo, esta aproximação também nos leva a interpretações distintas sobre a história colonial, pois para Prado Júnior, tratava-se de uma situação de base “expansionista ao se referir à economia comercial europeia”, e para Fernando Novais, esta mesma condição fortalece as mudanças de forma mais amplas, isso em vista daquilo que tratou como transição do “feudalismo para o capitalismo”.

Por outro lado ao falarmos do século XIX, esse momento nos reporta às condições as quais são direcionadas a relação entre a colônia e a metrópole, ou mais especificamente ao processo de transição que ocorreu com a chegada da família real, o que gerou a crise colonial e o fortalecimento da política monárquica e imperial, mas também dinamizou o processo de produção ligado ao mercantilismo e as discussões em torno do rompimento com o próprio feudalismo europeu e ao surgimento da visão capitalista.

A crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam às colônias ultramarinas as metrópoles europeias. Elas se manifestam no bojo do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial daquela época. Na perspectiva mais geral, o antigo regime - mais rígido ou flexível de país para país representava o quadro institucional que permitiu a formação e cristalização da etapa mercantil do capitalismo, por seu turno, ao ampliar as áreas de ação, intensificar o ritmo de crescimento econômico, tende a promover constantes reajustamentos. (NOVAIS, 1989, p. 13).

É fato que o Brasil do século XIX e XX, viveria entre os intelectuais e historiadores um grande dilema, ao ser observado também se historicamente a economia colonial teria ou não permitido um processo de “acumulação primitiva de capital”, o que pode ser visto nos escritos de Caio Prado Jr., ao tratar sobre os ciclos de produção e exploração.

Diante de uma possível análise em torno de Caio Prado Jr., e Fernando Novais, entendemos que, apesar dele não concordar em totalidade com o que Prado Júnior escreveu, o mesmo abre um parêntese, mostrando que este teria aberto uma gigantesca porta para novos estudos e possíveis aprofundamentos em torno da historiografia colonial brasileira.

Dessa forma para Fernando Novais:

Em primeiro lugar, no plano da produção, distinguem-se imediatamente de dois setores básicos: um, de exportação organizada em grandes unidades funcionando à base do trabalho escravo, centrado na produção de mercadorias para o consumo europeu, é o setor primordial, que responde a razão mesma da colonização capitalista; outro, subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender ao consumo local naquilo que não se importa a metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente, que se organiza para permitir o funcionamento do primeiro. [...] Em um segundo, no nível das relações socioeconômicas, a estrutura escravista determina um alto grau de concentração de renda nas mãos dos senhores de escravos que são ao mesmo tempo proprietários das empresas produtoras de mercadorias para o comércio colonial. (NOVAIS, 1989, p. 106 e 107).

Não podemos deixar de ressaltar que Caio Prado Jr., inicialmente teve como objetivo o desenvolvimento de três obras, sendo a primeira destas, *Formação do Brasil Contemporâneo*, com foco ao período colonial e dando a entender a possível abertura a novas perspectivas históricas da contemporaneidade, com o seguimento aos estudos do Brasil Império, o qual foi enfatizado por Paulo Henrique Martinez na parte do Primeiro Reinado e algumas referências ao Segundo Reinado e a República.

Caio Prado Jr., (2004), procurou mostrar em seus escritos a necessidade de se pensar o Brasil ao sentido de uma nação livre, sem os fantasmas e estigmas coloniais, mas também um país com maior autonomia econômica e assim fundamentado aos ideais nacionalistas.

Para tanto, Prado Júnior passou a ver o Brasil, ainda que contemporaneamente, como uma extensão colonial e, o século XIX como base de reflexão e entendimento as constantes mudanças ocorridas no cenário econômico, dando abertura aos acontecimentos do século XX e sucessivamente ao processo das transformações que aconteceram ao nível geral da historiografia brasileira.

A colonização do Novo Mundo na Época Moderna, ou antes, a exploração colonial ultramarina organizada nas linhas do antigo sistema colonial, configura um poderoso instrumento de aceleração da acumulação primitiva no contexto do capitalismo mercantil europeu; envolve, efetivamente, um processo de transferência de renda das colônias para as metrópoles, ou mais exatamente das economias periféricas para os centros dinâmicos da economia europeia, renda que tende a se concentrar na camada empresarial ligada ao comércio colonial. (NOVAIS, 1989, p.14).

Para Peter Burke (2011), os historiadores da Europa caminhavam no sentido contrário aos do Brasil, uma vez que muitos intelectuais europeus, a partir de 1945, tinham o termo “colonial” como um dado de pouca importância, o que os levou a buscarem assuntos de maior relevância e interesse.

O termo história colonial passaria a ser analisado como história de além-mar, o que abriria um leque muito mais amplo de possibilidades do que era apresentado pela história colonial, o que para o historiador;

Trata não somente dos sistemas coloniais e do encontro entre europeus e não europeus em geral, mas também da história econômica, social, política e cultural dos povos não europeus. É precisamente aí que surge o problema, porque não apenas teoricamente, mas também na prática real, a história de além-mar desenvolveu-se em uma questão tão vasta que se tornou impossível de ser identificável. (BURKE, 2011, p. 100).

Uma das coisas que ocorreram de forma semelhante no Brasil em conformidade com os historiadores europeus foi o fato de ambos recorrerem a outras disciplinas no auxílio dos estudos históricos, como o caso da antropologia, da arqueologia, a linguística, incluindo-se aqui no Brasil as ciências sociais, a geografia e a própria filosofia.

Sabe-se que essas adaptações e o fator interdisciplinar no caso dos europeus ocorrem pela “ausência de fontes tradicionais”, o que os levou para fora da zona de conforto na busca de uma educação mais ampla, exigindo-se desses, maiores habilidades linguísticas.

A intenção de trazermos estes dados teóricos escritos por Burke nos leva a entender que Caio Prado Jr. e outros intelectuais brasileiros buscaram olhar para dentro da história colonial, não com a visão eurocêntrica, como fizeram os europeus em relação a suas colônias, nem se referiram a estes que aqui habitavam como povos sem história, mas procuraram dinamizar e tornar possível uma maior participação social em relação a nossa historiografia, para que esta viesse a torna-se um diferencial na vida e na realidade de cada pessoa.

Segundo Paulo Henrique Martinez, Caio Prado Jr. tinha plenos interesses sobre nossa historiografia, orientando e levando ao entendimento de todos a necessidade de uma maior interação com a história, a exemplo de alguns acontecimentos do século XIX como o movimento dos Cabanos, Balaios e Praieiros, momento da história brasileira destinada à discussão sobre aspectos político-sociais, que retratam a ideia de “resistência”, mas ao mesmo tempo sinalizando a falta de unidade e de liderança por parte dos revoltosos.

Para a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, (2013, p. 22), o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* serviu para que Caio Prado Jr., pudesse mostrar que a nossa

historiografia se constituiu por “gente de carne e osso”, que apesar da não existência de classes no período colonial e imperial era necessário ter maior atenção aos detalhes, evitando ideias prontas, gerando-se gradativamente os referenciais históricos, levando ao despojamento e possibilitando mediante o movimento dialético que todos pudessem se tornar experiência viva e parte da historiografia brasileira.

Se pensarmos a Colônia e dessa forma nos empenharmos em dar maior sentido ao que Caio Prado Jr., sinalizou por tanto tempo como referencial histórico, veremos que o Brasil de hoje passou por vários momentos, saindo de um estado primitivo e rudimentar, a um processo claro de unificação territorial, concentração demográfica e assim gradativamente com os contingentes imigratórios, atividades econômicas, desenvolvimento do setor industrial e urbanização e assim um forte mercado interno.

Mas, apesar das significativas transformações e de uma “Nova História” estar sendo construída, Caio Prado Jr., acreditava que:

Essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que separam o passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização da terra que daí resulta. (PRADO, 1969, p. 11).

O historiador Boris Fausto (2009), observou em seus escritos que os Cabanos, em Pernambuco, entre os anos de 1832 e 1835, representaram a massa rural insatisfeita, o que aproximou classes homogêneas, que traziam o desejo inicial da restauração de D. Pedro I ao trono, mas que acabou sendo marcada pela traição de suas lideranças. Porém, fica o registro histórico de movimentos populares que ganharam forças e que efetivamente chegaram ao poder, mas que não tiveram organização para realizar a manutenção do mesmo.

As revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Elas tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas de organização política, mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais. Muitas rebeliões, sobretudo até meados da década iniciada em 1830, ocorreram nas capitais mais importantes, tendo como protagonistas a tropa e o povo. No Rio de Janeiro, houve cinco levantes, entre 1831 e 1832, a situação se tornou tão séria que o Conselho de Estado foi consultado sobre que medidas deveriam ser tomadas para salvar o imperador menino, caso a anarquia se instalasse na cidade e as províncias do Norte se separassem das do Sul. (FAUSTO, 2009, p.164).

Para tanto o que de fato torna-se perceptível ao que Caio Prado Jr., procurou expressar em seus escritos é que a utilização da terra de hoje e a do passado não levaram a

mudanças expressivas ao que diz respeito a população, esta que continua a fornecer sua mão de obra a um processo agromercantil que tem seu propósito único voltado para o mercado externo e sem a devida valorização<sup>37</sup>.

Por isso, os movimentos ocorridos no século XIX, a exemplo da Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Farroupilha, são representações de como as elites regionais buscavam o controle das províncias, e como comunidades de descendência indígena, de escravos africanos e mestiços, participaram desses movimentos e que estranhamente em momentos favoráveis e de reais oportunidades não trouxeram a tona a ideia de abolição, o que seria de interesse da grande maioria da população.

Os pontos relativos que aproximam os referenciais ideológicos das revoltas, facilmente podem ser observados pelo fato que estas insurreições ocorreram em momentos de discussões em torno da política regencial, o que abalou a “unidade territorial e a integridade do Império”, principalmente pelo fato do Brasil estar passando por um período de transição, ou seja, um Estado – nação recém nascido.

Na verdade, o que de fato preocupava e foi relatado pelo então Marechal João Crisóstomo Callado que comandou as forças militares contra os Sabinos na Bahia, era que o sucesso desses movimentos que traziam referenciais ideológicos separatistas acabasse por lançar um “golpe de morte na unidade nacional”, o que viria a acarretar a possível perda de várias províncias.

Por conseguinte, para Milton Santos, “a forma como foi exercido o processo de dominação no decorrer da história, estando esta fundamentada primeiramente em questões territoriais, acabou por elevar ao alinhamento e a materialidade, também as técnicas de produção, assim gradativamente com a economia e os meios de controle na política e no social, acabando por transpor-se em um ambiente histórico-social contemporâneo e global, que pode ser identificado em sua origem”.

A grande exploração, com a sua produção comercial, representa o empreendimento agromercantil de uma classe socialmente bem diferenciada e caracterizada no conjunto da população rural: os grandes proprietários e fazendeiros, que aliás não se enquadram e integram propriamente naquela população, a não ser pelo fato de seu negócio ter por objeto a produção agrária, e de eles disporem para isso, como classe, da maior e melhor parcela da propriedade fundiária. (PRADO, 1969, p. 14).

---

<sup>37</sup> Deriva daí um acentuado dualismo na situação respectiva de dois tipos de atividade rural: de um lado, a que objetiva um produto de alta expressão comercial – como entre outros a borracha e a castanha na Amazônia; a cera de carnaúba no baixo Jaguaribe (Ceará); o côco na faixa litorânea de Alagoas e Bahia; a cana de açúcar no litoral do Nordeste e outras zonas do Centro Sul do país; o cacau no sul da Bahia; o café em extensas zonas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná; o algodão em setores do nordeste e de São Paulo, etc. (PRADO, 1969, p.13).

Caio Prado Jr. por sua vez fala do sentido da palavra “revolução”, que para ele diz respeito a “reformas ou modificações” que ocorreram no cenário social, ao mesmo tempo remexendo com as bases econômicas e políticas, o que de fato recai historicamente nas divisões das classes sociais, mas que para o historiador revelam também as fragilidades e precariedades das bases estruturais e que gradativamente percorrem o caminho mais curto ou alimentam interesses imediatos em proveito próprio o que se torna marca desse estado em formação contemporânea.

O que se pode observar é que a exploração das camadas sociais formadas por indígenas, africanos e mestiços, fazem parte das marcas e estigmas, um rastro de preconceito e exclusão ao longo da história, já que a classificação social sempre foi tratada no Brasil desde o período colonial como uma questão étnica pela elite europeia.

É por isso que as referências do historiador nos trazem a reflexão das divisões de classes e mais que isso como estas passariam a ser utilizada e organizada aos interesses das oligarquias agrárias, ao claro exemplo da colonização e catequização indígena, a miscigenação e o sexualismo que mostrava a capacidade do português em misturar-se a outras raças, o tráfico de escravos e a chegada de imigrantes.

O paralelismo das escalas cromáticas e social faz do branco e da pureza um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira; ao lado das circunstâncias assinaladas mais acima, ele tem um grande papel na orientação dos cruzamentos, reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco. Dirige assim a seleção sexual no sentido do branqueamento. Um fato bem sintomático de um estado de coisas é a preocupação generalizada de “limpar o sangue”, como se chamava aquela acentuação do influxo branco. (PRADO, 2004, p.110-111).

De fato, essa leitura e análise histórica realizada por Caio Prado Jr. nos possibilita entender que, por razões óbvias, o negro foi inserido, incorporado à população da colônia como mão de obra escrava, ou quando liberto assalariado com baixa remuneração e direitos.

Porém, a discussão que trazemos a tona também nos reporta a possível eliminação do branco puro, observando-se a grande concentração de negros nas regiões litorâneas do Nordeste, na parte Sudeste e Oeste aos centros mineradores do interior, a exemplo de algumas propriedades mais antigas da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Os centros mineradores também possuem caracteres próprios. Nos mais decadentes, em particular nos de Goiás e Mato Grosso, o branco já quase desapareceu; não só porque se estancara o afluxo dele, como porque mesmo o já estabelecido vai abandonando estas regiões empobrecidas. O mesmo se dá nos centros mineradores de Minas gerais, onde a não ser nos de certa importância, o branco já não existe mais. No Extremo-Norte, compreendendo as capitânicas do Pará e sua subalterna de São José do Rio Negro, é o índio

Por outro lado, o historiador faz menção aos grandes centros urbanos, do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, onde a maior concentração e afluxo passaria a ser de imigrantes brancos, o que teve seu favorecimento a partir da abertura dos portos.

Já em São Paulo, as referências raciais nas capitânicas diziam respeito à mistura entre o indígena e o europeu, o que viria a ter uma efetiva mudança entre os séculos XIX e XX, período marcado pelo desenvolvimento econômico, o que acabou atraindo imigrantes e possibilitando o investimento em um grande número maior de escravos.

Esse fato é particularmente notório, entre outros, na lavoura cafeeira de São Paulo, onde as fases de menor ou maior prosperidade no passado correspondem respectivamente, em regra, a momentos em que se concedeu ou não aos trabalhadores o direito de manterem culturas próprias e nelas ocuparem parte do seu tempo. Fato semelhante ocorre na lavoura canavieira do Nordeste, onde a expansão havida nos últimos decênios (reflexo de uma conjuntura comercial e financeira favorável para o açúcar) teve como consequência a redução progressiva da produção própria dos trabalhadores. (PRADO, 1969, p. 18).

Situação diferente mesmo foi a da parte Sul do país, que era predominantemente europeia, o que Caio Prado Jr. chamara de “brancos puros”, isso em vias de forte ação imigratória, e por causa dos poucos recursos econômicos que não possibilitaram maiores investimentos na mão de obra africana nessas regiões, que passariam a serem inseridos mais diretamente a partir do desenvolvimento das charqueadas.

Mas, como falamos anteriormente, a modernização do país, que passava por discussões em nível do processo de miscigenação e branqueamento, também se mostrava a partir das reformas entre os anos de 1851 a 1855, com o Banco do Brasil e sua reestruturação após 1808, com a inauguração da linha telegráfica que ocorrerá no Rio de Janeiro, a primeira linha férrea, que em um segundo momento ligava em 1855 a Corte a São Paulo.<sup>39</sup>

É importante resaltar que o Brasil também vivia a expectativa abolicionista, já que isso havia ocorrido em vários países europeus, e assim a lei Eusébio de Queirós de 1850 representava além do fim do tráfico de escravo, uma nova era de mudanças nos setores sociais, econômicos e políticos.

Podemos entender que, para Caio Prado Jr., toda a mudança que vinha ocorrendo refletia do setor econômico para o social em pleno século XIX. O historiador mostrava

---

que predomina: o puro (tapuia), em grande número ainda, e suas variantes mestiças o cariboca e o mameluco respectivamente da primeira e segunda das gerações cruzadas. (PRADO, 2004, p.113).

<sup>39</sup> A organização e expansão do crédito bancário literalmente inexistente desde a liquidação do primeiro Banco do Brasil, em 1829, e o conseqüente estímulo à iniciativa particular; a abreviação e o incremento dos negócios, favorecidos pela rapidez maior na circulação das notícias, o estabelecimento, enfim de meio de transportes modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do Império são algumas das conseqüências mais decisivas de tais sucessos. (HOLANDA, 1995, p. 74).

comparativamente a forma como se vivenciava essa transição ao uso da mão de obra escrava no Brasil para o assalariado.

O estabelecimento das relações capitalistas de produção importou em profunda transformação não apenas social, mas geográfica, demográfica e material; e essa transformação exigiu uma considerável atividade produtiva devendo-se em ritmo acelerado; o que somente seria possível alcançar com a mobilização de recursos imensos obtidos em todos os quadrantes da terra, e com a crescente mecanização, em ritmo acelerado, da ação humana. Há que acrescentar a isso que o aperfeiçoamento tecnológico é permanentemente estimulado pela concorrência entre produtores, o que constitui um dos característicos essenciais do capitalismo em sua primeira fase de crescimento e expansão. (PRADO, 2004, p. 270).

A primeira representação escravista mostra-se claramente um estado em processo “evolutivo natural”, o que para o historiador encontra-se nas raízes históricas em níveis de materialidade e moralidade da sociedade antiga, apresentando-se de forma espontânea, necessária e justificável. O que para Caio Prado Jr., estaria na representação do pensador e filósofo Aristóteles e sua “posição escravista”, o que abre espaço a discussão e o reconhecimento da escravidão de gregos e romanos, sendo estes a representação do assalariado nos dias de hoje, ideia que é contestada por alguns, mas legitimada em sua importância, o que difere do que historicamente retratamos a partir da escravidão moderna.<sup>40</sup>

Na análise feita por Caio Prado Jr., a imposição econômica também acabou ocorrendo a partir da escravidão, mostrando claramente que ser negro e escravo em um ambiente colonial, representava estarem rebaixados, sozinhos, em estado de minoridade, muito diferente do escravo da antiguidade, a exemplo daqueles que representavam a cultura grega, ou seja, o escravo moderno encontrava-se em um estado de “dominação em âmbitos econômicos, sociais e culturais”.<sup>41</sup>

Logo, o estudo realizado a partir da obra *Formação do Brasil Contemporâneo* nos possibilita entender as relações econômicas e sociais de hoje, estas que nos dão a dimensão do que é a desigualdade e o preconceito ao longo de nossa trajetória histórica.

---

<sup>40</sup> “No âmbito da escravidão moderna, o escravo foi considerado apenas enquanto trabalho servil disponível, e as contribuições que chegou a dar à cultura brasileira persistiram apenas pela convivência ao longo dos séculos e pelo vigor e riqueza característicos de seus próprios elementos culturais que não puderam ser totalmente destruídos pelo colonizador”. (D’INCAO, 1989, p. 321).

<sup>41</sup> “Pretendem alguns que existe uma ciência do amo, a qual é idêntica à economia doméstica e à autoridade real ou política, como já dissemos no começo; outros sustentam que o poder do senhor sobre o escravo é contra a natureza. Só a lei – dizem – impõe diferença entre homem livre e escravo; a natureza a nenhum deles distingue. Tal diferença é injusta, e só a violência a produz. Ora servindo os nossos bens para a manutenção da família, a arte de admirá-los também faz parte da economia: porque, sem os objetos de primeira necessidade, os homens não saberiam viver, e, o que é mais, viver felizes”. (ARISTÓTELES. A política. Tradução de Nestor Silveira Chaves, 1996, p. 14).

Para o historiador, nossa sociedade foi formada pela discriminação, onde o trabalho que se desenvolveu foi definido pela cor, tendo suas bases na escravidão, principalmente nos ambientes onde deveria ser garantida sua dignidade, seja no espaço de trabalho, em instituições educacionais, ou mesmo, quando este passa a ser taxado como inferior, como se não tivesse capacidade de mando e tomada de decisões.

Entende-se por esta reflexão a existência de uma relação conflituosa do homem consigo mesmo, em meio a um processo de aculturação, e de coerção exterior, ou seja, é uma existência fora da consciência individual.

Porém, isso demanda o entendimento da grande dificuldade do escravo desprovido economicamente, socioculturalmente, de ser reconhecido enquanto membro de um grupo social e dessa forma a dificuldade de compreensão de sua própria realidade, o que afetou não somente o ambiente social, mais tarde, mas também seu espaço de sobrevivência em meio a vida rural, tendo seu agravante em um processo de atraso geral, o que veio a se estender aos vários setores produtivos.

As condições de vida no campo, a julgar tanto pelas observações qualitativas de diversos estudos e relatórios como pelas escassas informações quantitativas disponíveis, oferecem um quadro desolador. Com efeito, a grande maioria dos 111 milhões de seres humanos que em 1960, habitavam as zonas rurais, vivia sem dúvida em condições sanitárias, alimentares, educativas e habitacionais infra-humanas. Essas circunstâncias e o isolamento das zonas rurais são fatores que deixaram as massas camponesas à margem dos processos de modernização alcançados pelos grandes centros urbanos durante o período. (ECHEVARRIA, 1969, 26).

Logo é perceptível historicamente que toda esta mudança no cenário escravista do século XIX foi de extrema importância, mas pouco decisivo, já que a abolição não passou de um “negócio branco”, pois não levou o negro a emancipar-se, muito menos houve qualquer tipo de reparação, como dar terra para que este pudesse produzir e sobreviver do seu trabalho, a possível integração do negro ao mercado de trabalho, o qual disputou de forma desigual com o imigrante europeu.

Ao nível político as mudanças encaminhavam-se em direção ao estabelecimento de um Estado Nacional, o que vinha acompanhado de transformações na base socioeconômica, em meio ao processo de transferência de poderes econômicos do Nordeste brasileiro para o Centro-Sul, trazendo perspectivas em um novo ciclo produtivo com o café e dessa forma ocorrendo o processo de modernização, que em relação ao Estado Imperial, era vista como não conservadora.

Para as elites políticas do novo Estado-Nação, a primazia da razão política sobre outras racionalidades se traduz em outros objetivos: preservação e expansão do território e controle sobre a população. A Ibéria, em sua singularidade, ressurgiria melhor na América portuguesa do que na hispânica, onde o liberalismo teve força mais dissolvente por ter sido a ideologia que informou as revoluções nacional-libertadoras contra o domínio colonial. E a Ibéria é territorialista, como o será o Estado brasileiro – nisto, inteiramente distante dos demais países de sua região continental -, predominantemente voltado para a expansão de seus domínios e de sua população sobre eles – a economia seria concebida como uma dimensão instrumental de seus propósitos políticos. (VIANNA, Luiz Werneck, 2004, p.45).

Para Caio Prado Jr., (2004) suas observações mostravam-se claras à medida que a queda na oferta de mão de obra faria com que a parte Nordeste repensasse a condição escravista, até mesmo pela dificuldade de se obter mão de obra após a proibição do tráfico de escravos, e após a crise dos engenhos de açúcar, havendo uma inversão, onde o Centro-Sul investiria fortemente nesta mão de obra em vista da produção nas fazendas de café fortalecendo o comércio de escravos internamente.

Partindo desse pressuposto, o forte processo migratório também foi de extrema importância, pois contribuiu diretamente para com a formação social e econômica brasileira, já que estes europeus que chegavam ao Brasil estavam inseridos as bases capitalistas, trazendo consigo a experiência de novas técnicas de produção agrícola, o que facilitou a adaptação e reestruturação da produção cafeeira nas fazendas.

O historiador reforça ainda a ideia de que as discussões se ampliavam em torno do trabalho assalariado e o trabalho escravo e, mais que isso, o que se coloca em xeque era a cidadania, que caminhava em direção à estruturação da sociedade civil.

Este avanço se inscreve na realidade pelo menos em dois aspectos. O primeiro e o mais importante, diz respeito a exigências de regras claras que regulem as relações entre empregado assalariado e o empregador (fazendeiro). O fazendeiro tem grandes dificuldades em se adaptar ao trato com o trabalho livre. Acostumados a lidar com o escravo como coisa, força motriz da produção, por vezes, empregam os mesmos expedientes com os imigrantes, que não deixam de reagir a essa situação. (VICTORIANO, 2001, p. 86).

Nesse sentido, Caio Prado Jr., observou o embate entre o fazendeiro e o imigrante, o que se encaminhava para o que chamou de “revolução burguesa no Brasil”, conseqüentemente a uma nova política social e uma legislação que garantisse ao trabalhador assalariado seus direitos.

Os apontamentos realizados por Caio Prado Jr. mostram que o estado de subordinação e escravidão dava a dimensão da estrutura social e econômica da colônia e do

Império, bem como, os referenciais na “formação social escravista e formação social capitalista”.<sup>42</sup>

É dentro desse amplo contexto histórico que Florestan Fernandes, (2005) ressalta a evolução de um estado egoísta, chegando-se a consciência social, esta que foi de fundamental importância para a estruturação das consecutivas políticas econômicas, no Império e na República, servindo como fator principal e condicionante a ruptura com o passado colonial, à medida que temos como referencia limite; fazendeiros e imigrantes, estes como agentes humanos colaboradores diretos da “extinção do estatuto colonial e a constituição de um Estado nacional independente, que passaria a ser controlado pela aristocracia agrária, o que veio a surtir mudanças significativas na relação econômica brasileira com o sistema econômico externo”.

[...] a ordem escravocrata e senhorial foi destruída a partir de dentro, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi ao mesmo tempo, suplantada e substituída a partir de fora, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbana - comercial para a periferia agrária. Trata-se de um círculo histórico bem conhecido. Apenas, o Brasil, ele não se deu de maneira completa. Como o polo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no polo oligárquico do regime republicano, graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica, ao desaparecer, o trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje mesmo em economias de plantação tidas como “especificamente modernas”. (VICTORIANO, 2001, p. 88).

Segundo Marco Aurélio Nogueira (1989), toda a ação realizada em vias do processo de abolição deve ser observada como uma transformação capitalista, o que para ele acontece sem ruptura revolucionária e o que para Caio Prado Jr., estava explícito quando faz referência as insurreições ocorridas no século XIX, e quando se propõe mostrar a ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, ou aquilo que passou a chamar de ação “revolucionária inconsequente”.

---

<sup>42</sup> Na formação social escravista o trabalhador é escravo, isto é, alienado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. É propriedade do outro, do senhor, juridicamente e de fato. E está destinado a trabalhar de modo a produzir principalmente mais-valia absoluta, que resulta na extensão da jornada de trabalho. Sob a escravatura, o poder político exercido pela casta dos senhores não é contestado politicamente pela casta dos escravos. Esta é principalmente uma categoria econômica. Não são revoltas de escravos (quilombos, cimarrons, marrons, maroons e outros) que destroem nem abalam as relações e estruturas escravistas. Em geral, a formação social escravista rompe-se a partir dos antagonismos que se desenvolvem na esfera da casta dos senhores, ou nas lutas entre as castas dos senhores e a emergente classe burguesa. Ao passo que na formação social capitalista o trabalhador (negro, mulato, índio, mestiço, branco etc.) é alienado apenas no produto de seu trabalho. Ao menos formalmente ele não é alienado em sua pessoa. O trabalhador livre produz principalmente mais-valia relativa, que resulta da potenciação técnica e organizatória da força de trabalho. Ele trabalha sob o regime de contrato, que pode discutir ou refazer. Nesse caso, o poder político de classe burguesa pode ser contestado pela classe operária, que é uma categoria econômica e política. (Apud, IANNI, 1988, p. 81-82).

Ou seja, para o historiador estava evidente uma certa esterilidade desses movimentos, encabeçados pelas camadas inferiores, bem como a falta de consciência e organização política.

Pensando o Brasil do século XX, Caio Prado Jr., destaca a esfera pública brasileira, mostrando-se adepto e fiel militante ao movimento comunista, que tinha como líder Luís Carlos Prestes.

Segundo Paulo Henrique Martinez (2008), está clara a relação a qual Caio Prado Jr. diz existir entre a política moderna e a realidade em âmbito econômico-social, o que desencadeou também significativas mudanças na historiografia brasileira nesse período.

Para o intelectual toda a agitação no cenário político brasileiro viria a ser retratada a partir da instabilidade apresentada pelo sistema republicano, reflexo das mudanças que vinham acontecendo na Europa, o que acabou se estendendo a outros países e que estavam diretamente relacionadas aos setores da “crescente divisão do trabalho e da especialização técnica das sociedades industriais” em vias de olhares ao horizonte da modernidade, o que Martinez chamou de “autonomização”.

Já ao modelo brasileiro que sempre se pautou por fundamentações coloniais e metropolitanas, a arte, a literatura, foram importantes ramificações intelectuais que trouxeram novos ares e uma nova perspectiva no período de 1922, ao reconhecimento da Semana da Arte moderna e as discussões em torno dos referenciais históricos sociais, as questões étnico-culturais e assim, encaminhando-se a estruturação de nossa política econômica.

Esse movimento de renovação cultural integrou o processo de modernização geral que a sociedade brasileira conheceu nos três primeiros decênios do século XX. O período correspondeu ao momento das modificações e superação dos quadros econômicos, social e político do Brasil do século XIX. A produção industrial ganhou novo impulso com a necessidade de abastecimento interno, surgida com a Primeira Guerra Mundial. A sociedade brasileira adquiriu novas feições com o crescimento populacional e a presença dos imigrantes europeus, o aumento da classe trabalhadora, das camadas médias e a concentração urbana nos centros industriais, acelerando a implantação de relações econômicas de produção que caracterizam o Brasil como uma nação moderna, já na década de 1920. (MARTINEZ, 2008, p.34-35).

Na historiografia brasileira as análises realizadas por Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, nos dão a dimensão estrutural do cenário contingente e mostram o desconforto gerado em torno da classe intelectualizada que vivenciava um período de rompimento com os padrões oligárquicos e com a ordem colonial em vias de uma leitura moderna, mas que para

estes, as transformações não deveriam vir somente pelos referenciais artísticos e culturais, mas ser ampliada em âmbito político, econômico e principalmente social.<sup>43</sup>

Martinez, (2008) enfatiza também que esta instabilidade, gerada a partir dessas mudanças, deu rumo a uma proximidade aos propósitos modernistas e marxistas, ao mesmo tempo isso se tornam realidade com a “derrota da revolução socialista na Europa, nos anos de 1918 e 1923, onde o movimento ideológico fascista tem seu auge e posição de destaque, isso tudo associado ao equilíbrio momentâneo da economia e da política, ao mesmo tempo a instabilidade na III Internacional Comunista, que enfrentava sua primeira crise o que abria espaço para que as comunidades de intelectuais e artistas pudessem debater sobre esses acontecimentos de forma a aproximar ou distanciar as classes sindicais e políticas”.

O que se observou no Brasil, foi que a leitura de um Estado modernista trouxe em seu enalço impasses político-sociais, gerando o desconforto social que veio a atingir diretamente o sistema capitalista e liberal, isso em vias de uma desfuncionalidade no campo social e político, lançando novas discussões sobre os sistemas políticos fascistas e comunistas.

Na ausência deste encontro intelectuais-povo, a revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma “passiva”, obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se com a abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho, sem rupturas no interior das elites, e a partir dela, à República, em mais um movimento de restauração de um dos pilares da economia colonial: o exclusivo agrário, que agora vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal dos senhores de terras. (VIANNA, 2004, 47-48).

Os debates mais frequentes passam a tomar proporções em âmbito social e econômico, ao passo que a modernização encontrava-se internalizada e acolhida pelos setores elitistas, tendo o apoio direto dos estados de Minas e Rio Grande do Sul, onde as camadas médias, tenentistas e camadas populares vivenciavam a realidade da Revolução de 30, o que Vianna, chamou de “modernização conservadora”.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> A expressão política dos artistas e intelectuais ampliou-se com a manifestação do interesse pelos problemas sociais, contemplando no romance, na poesia militante, na crítica engajada e na produção ensaística. A presença das massas na vida política e social, a existência da luta de classes, a participação social através da arte e da literatura contaminaram a consciência e o pensamento modernista. (MARTINEZ, 2008, p. 37-38).

<sup>44</sup> Com o movimento político-militar de 1930, a Ibéria se reconstrói, sem se desprender, contudo, de suas bases agrárias, de onde as elites tradicionais extraem recursos políticos e sociais para sua conversão ao papel de elites modernas, vindo a dirigir o processo de industrialização. Porque, em sua história brasileira, o liberalismo não encontrou quem assumisse com radicalidade sua representação, a sociedade de massas emergentes, com a urbanização e a industrialização, seria indiferente a ele. Em sua nova configuração, a revolução passiva terá como “fermento revolucionário” a questão social, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas oportunidades de vida para grande maioria ainda retida, e sob relações de dependência social, nos latifúndios. (VIANNA, 2004, p. 48).

Para Nelson Werneck Sodré, (2003) a renovação artístico-cultural, foi outro momento de destaque em nossa historiografia do século XX, pois acabou por ampliar o horizonte político-social, mas também sofreu fortes influências transitórias de um padrão hegemônico Inglês para o Norte Americano, de uma realidade pós Segunda Guerra Mundial, onde a predominante influência cultural exercida pelos referenciais midiáticos do rádio, televisão e cinema, mostrava o poder exercido pelos americanos sobre o mercado interno brasileiro.

Mas também o século XX o Brasil seria marcado pela inconsistência econômica, e pela crise social, muito em função do não reconhecimento dos indivíduos em seu ambiente social, como integradores de uma sociedade em pleno processo de desenvolvimento e modernização, como soava as vozes desse século.

O intelectual mostra também que as fases que modificaram o cenário histórico-social brasileiro, são marcadas pela inferência política-moderna que fica visível com a Revolução de 1930, com as ideologias de esquerda que culminaram com o choque entre os sistemas políticos em 1935 e 1937, com a ascensão do nazifascismo e, o fim da Segunda Guerra em 1945.

Nesse contexto, houve a necessidade de uma maior participação de intelectuais nas discussões de ordem política já que,

[...] o modernismo já superado, os piores cacoetes e exageros do movimento haviam desaparecido, surgia agora a ficção nordestina, com o seu caráter documentário. A poesia de Carlos Drummond de Andrade e a crítica, ficção e ensaio de Mário de Andrade são o melhor da herança modernista, que esses escritores continuam a ampliar. A evolução pessoal de um e outro, na escala do valor artístico que caracteriza, é peculiar a essa fase de intensa luta ideológica, de participação e de contrastes. (SODRÉ, 2003, p.82).

O grande desafio era o de tornar viável a integração cultural das várias camadas sociais, mas para isso havia a necessidade de investimento na formação intelectual, na alfabetização, o que vinha ocorrendo em países capitalistas e o que no Brasil era particular a pequena burguesia, mas ainda assim em menores proporções, tarefa árdua e necessária de desenvolvimento vivenciada a partir da profissionalização artística, e do surgimento da chamada cultura de massa.

A discussão em torno do analfabetismo atinge *a priori* a condição de possibilitar que as camadas da sociedade brasileira estivessem ligadas a redes do saber, gerando conhecimento e assim abrindo espaço no mercado de trabalho, na qualificação, e gradativamente nas camadas intelectuais, o que refletia no aparecimento das primeiras Universidades, apesar da

descrença que pairava em torno desta e, no tímido investimento e acesso, na necessidade de resguardar-se a um espaço claro ao desenvolvimento e, ao momento que o país vivia em bases de relações capitalistas e no campo das pesquisas científicas.

Esse momento da história brasileira, segundo Sodré, passava de um estado de isolamento individual no campo das pesquisas científicas, para metas institucionais ampliadas, seguindo as necessidades imediatas nas várias áreas do conhecimento, o que possibilitou o crescimento e o desenvolvimento nos setores públicos e privados.

Foram necessidades ligadas ao desenvolvimento da lavoura do café que, no fim das contas, impulsionaram a criação e o crescimento da pesquisa científica em instituições. Foram necessidades ligadas ao desenvolvimento urbano, impondo medidas preventivas de saneamento e higiene, que impulsionaram a criação e o crescimento das instituições como o Instituto de Manguinhos, no Rio, ou o Instituto Goeld, em Belém, ou o Instituto Nina Rodrigues, na Bahia, e mesmo, indiretamente, o museu Nacional, mais voltado para as ciências naturais do que o seu congênere, o Museu Paulista, mais voltado para a História e a Etnologia. A ascensão capitalista multiplicaria as instituições de pesquisa científica, hoje mais variadas e abrangendo áreas novas, como a matemática pura ou a física nuclear, para não citar aquelas de aspecto técnicos preponderantes ou visando imediata aplicação prática, desde as ligadas às indústrias, mesmo no setor privado, até aquelas ligadas no setor público, como as que processam em instituições do tipo do Instituto de Engenharia do Exército ou do Instituto Técnico de Aeronáutica, sem mencionar aquelas que se processam em âmbito universitário. (SODRÉ, 2003, p.88-89).

Nesse momento da historiografia brasileira, o café tornara-se o produto em evidência, contribuindo com o desenvolvimento do país em todos os quesitos, mas principalmente na economia, na cultura e na indústria.

O Brasil tornava-se conhecido mundialmente por possuir 70% da produção do café, com destaque no cenário comercial internacional, o que foi possível pelas condições propícias encontradas pelos produtores na região Sudeste, em relação ao clima, solo e principalmente o desempenho do imigrante europeu, o que havíamos enfatizando anteriormente em nossos estudos.

Para o historiador Raimundo dos Santos, (2007) houve dois momentos distintos no processo produtivo do café, com a ascensão e decadência, a qual o historiador enfatiza as irregularidades no cenário produtivo cafeeiro que contribuíram com a queda e enfraquecimento do produto no mercado interno e externo.

O crescimento desarmônico e uniforme nas várias regiões brasileiras, a centralização do produto em nível de monocultura, viria a acarretar sérios problemas em outros setores produtivos o que foi determinante para a ruína e o declínio do produto.

O período de crise na produção de café deixava suas marcas às vistas do esquecimento das fazendas e mansões senhoriais, nas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, podendo se observar o descuido e o rastro de abandono, que naquele momento mostrava um território de pobres pastagens e de um desamparado ambiente para a pecuária.

Outra possível falha que colaborou com o derrocada foi à falta de investimentos no processo agrícola, pois em pleno século XX o que se via era um arcaico meio produtivo, tendo destaque apenas no beneficiamento.

Fora de São Paulo (e da zona limítrofe do norte do Paraná que é alcançado pela marcha paulista para oeste), somente o Espírito Santo verá desenvolver-se apreciavelmente sua lavoura cafeeira. Serão usadas para isto as reservas de terras virgens que a colonização incipiente da região respeitara até este momento. E se contará para isto, como em São Paulo, mas em proporções muito reduzidas, com uma regular corrente imigratória. Mas o Espírito Santo não irá longe, porque ao contrário de São Paulo faltar-lhe-á a abundância de terras aproveitáveis que caracteriza este último estado; e a sua lavoura será sempre por isso relativamente medíocre. Quanto às regiões produtoras do norte (Bahia, Pernambuco, e também um pouco do Ceará), estas não conseguirão nunca sair da posição de terceiro plano em que sempre se tinham mantido. (SANTOS, 2007, p. 97-98).

Dentre os primeiros indícios da crise o que viriam a dar seus sinais em 1896, o país sofreria ainda com a desvalorização de nossa moeda o que levou nosso produto a um estado de depreciação.

Para Raimundo Santos, (2007), “os problemas seriam ainda maiores quando em 1905, sofria-se uma queda em ouro de 50%, acumulando cada vez mais uma mercadoria sem mercado comprador, o que representava 11 milhões de sacas de 60 kg, ou 70% do que era consumido a nível mundial em um ano<sup>45</sup>”.

Pode-se dizer que o maior responsável por esse momento de instabilidade foi o aumento desenfreado do produto, com a duplicação na produção do café nas fazendas paulistas tendo um aumento de 220 para 520 milhões, levando as autoridades governamentais em 1902 a criar um sistema de impostos para as possíveis novas plantações, o que proporcionou uma queda de 150 milhões, mas que não foram significativas para equilibrar a produção e o consumo mundial.

A crise do café de 1929, as oligarquias e militares na base da candidatura de Getúlio Vargas em 1930, também refletem o momento de transformações desse período, além do fortalecimento dos movimentos sociais, que recebiam a forte influência ideológica das

---

<sup>45</sup> Para toda a fazenda fornecerá residência, mas não os instrumentos de trabalho. Estes, aliás, são muito simples, pois não passam da enxada; na cultura do café, que é planta permanente e cuja colheita é manual, não se emprega maquinário. (SANTOS, 2007, p. 99).

correntes socialistas e comunistas, o que gerou fortes momentos de repressão, e mudanças nos ambientes sociais, políticos e econômicos, que veremos na sequência de nossos estudos.

### 3.2. As Contribuições de Caio Prado ao Pensar a Organização Social do Brasil

Pudemos perceber no capítulo anterior como, segundo Caio Prado Jr., se deu o processo de desenvolvimento econômico de nosso país, bem como a ascensão e a decadência das regiões brasileiras em relação à exploração dos recursos naturais, a produção agropecuária ou mesmo agroindustrial.

Caio Prado Jr., organiza as concepções históricas segundo vertentes do processo de ordem social, mas para isso introduz as etapas as quais fizeram parte desse momento de incorporação da ideologia europeia em relação às demais vertentes culturais na América.

Em seus comentários o mesmo faz referência em relação às grandes civilizações antigas e medievais, trazendo para a realidade as efetivas concepções de mudanças que ocorreram ao pensar a ordem social.

Ao falarmos da visão grega sobre a escravidão, do padrão de servidão da Idade Média, ou da escravidão moderna, essas releituras nos levam a uma comparação em relação às diferentes e divergentes ações comportamentais inferidas pelos colonizadores aos demais grupos.

Para a civilização grega, “o homem coincide com o cidadão”, em um horizonte ético, reconhecendo sua importância na formação e funcionamento do Estado, componentes de um corpo social, o que para Platão em sua obra, “A República”, significava o espírito de transformação não dando espaço aos desejos individuais, mas as necessidades de um todo.

Entender a importância de cada cidadão dentro do Estado era a possibilidade de caminhar em direção a uma cidade feliz, com cidadãos felizes, pois a partir do momento que os prazeres e as vontades estivessem acima do bem comum a sociedade se revestiria de púrpura, mascarando a realidade e assim abrindo caminho para caos social.<sup>46</sup>

Entender o que os pensadores nos propunham, no passado e trazer ao presente, com o claro objetivo de tentar encontrar respostas, era uma das práticas de Caio Prado Jr., até porque os indivíduos diante de uma natureza política-social deveriam aspirar ao saber e dessa forma transformar o meio em que viviam.

---

<sup>46</sup> República de Platão, 2004, p. 116.

Fica claro para nós em vários momentos de nossa história principalmente no século XX, como esta relação aos poucos foi se estreitando, entre índios, brancos, negros e mestiços e que apesar da resistência de alguns grupos aos poucos foi possível uma maior aproximação, isto a exemplo dos próprios interesses e necessidades dos brancos.

Acreditamos que a forma de agir dos europeus em relação aos indígenas, mostra os interesses que claramente se direcionavam a força de trabalho, a possibilidades de expansão territorial, a proteção oferecida pelos nativos em relação as outras tribos rivais, aos conhecimentos em relação à medicina alternativa, etc.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso de incorporar estranhos a sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (RIBEIRO 1995, p.81).

Mas, fica claro que essas misturas sempre tiveram relações muitas vezes indesejáveis, como é o caso do contato entre senhores de engenhos e mucamas, dando origem aos mulatos, miscigenação que aos poucos foi traçando um perfil do povo brasileiro.

O que de fato propomos nesse momento de nossos estudos é uma reflexão sobre a identidade da população brasileira a qual dentro da ordem social, e dos problemas morais, trazem a discussão à ideia de “homem individualmente e homem em sociedade”, o que para os gregos se tornara uma busca pela verdadeira face de um ser em formação etológica<sup>47</sup>, o que para nós passou a significar, mudança, transformação e modernidade.

Podemos entender as preocupações de Caio Prado Jr., ao falar sobre revolução, e ao mesmo tempo a necessidade de romper com os paradigmas sobre “revolução” como confusão, ou uso da violência, o que para Florestan Fernandes (1981), representa “alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura”. Eis que, para o historiador, isso condiz com a proposta de entendermos as estruturas sociais, estas que acabam por desorganizar completamente a ordem social.

Talvez esta dificuldade encontrada por boa parte dos brasileiros que herdaram a experiência do processo colonial e atualmente sentem os efeitos históricos sociais e a dificuldade de emancipação social, esteja relacionada a ideia de cordialidade, pensamento teorizado por Sergio Buarque de Holanda, que nos dá a dimensão de um estado de cordialidade, um estado passional, onde não estar em sociedade torna-se um grande perigo,

---

<sup>47</sup> Etologia – termo cunhado por Wundt para designar o estudo histórico descritivo dos costumes e das representações morais. (ABBAGNANO, 2000, p. 388).

pois para o historiador nos sentimos presos a nós mesmos, reduzidos a meras parcelas de um ser periférico.

Não podemos esquecer que os grandes conflitos ocorridos envolvendo o governo brasileiro e as classes menos favorecidas abriram espaço às revoltas nativistas e separatistas ocorridas no período do Segundo Reinado apoiados pelos coronéis e a própria igreja. Foram movimentos e insurreições que, apesar de trazerem muito sofrimento para esses grupos, tiveram um protagonismo de suma importância para as classes marginalizadas, possibilitando que as mudanças políticas, econômicas e sociais viessem a acontecer.

Evoluímos pelas revoltas e vimos que algumas atitudes eurocêntricas caem em desuso, mas também outras se fortalecem não seguindo a dinâmica estrutural dos comportamentos valorativos ou mesmo éticos e morais em relação ao respeito às diversidades existentes em nossa atual sociedade.

Não queremos entrar em maiores detalhes que nos levem à dimensão detalhada da história, mas fazer a leitura desses períodos para que possamos compreender as condições vividas por esses grupos sociais.

É nesse contexto que Caio Prado Jr., procurou identificar os fatores de origem da organização social, o que não foge aos padrões coloniais de escravidão e formação populacional servil.

O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevada. Não lhes acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo. (PRADO, 1994, p.342).

Logo, a escravidão brasileira deixa marcas profundas e difíceis de serem superadas, mas que dão abertura para que possamos falar sobre elas, essas culturas vindas dos mais variados continentes e lugares, tendo na visão sociológica, antropológica, cultural e histórica, estudos significativos, pois nos possibilitam conhecermos mais sobre nós mesmos.

Observamos significativas teorizações em relação a ordem econômica, política e social, mas para entendemos essa dinâmica, Walter Benjamin, (1989), p.71, ao comentar a teoria de Marx, diz;

[...] “o trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura” -, Marx nota criticamente: “Os burgueses têm ótimas razões para imputar ao trabalho uma força criadora sobrenatural, pois justamente do condicionamento do trabalho à natureza se segue que o homem desprovido de qualquer outra propriedade além de sua força de

trabalho deve ser, em quaisquer condições sociais ou culturais, escravo dos outros homens que se fizeram detentores das condições concretas de trabalho”.

De fato, pensar a organização social em um país que vive as desigualdades sustentadas pelo capitalismo nunca foi uma tarefa fácil, e quando falamos da historiografia brasileira ela sempre nos remete a análises de um passado marcado pelo sentimento de impotência já que ao compararmos com a realidade contemporânea podemos observar que as estruturas e os sistemas de exploração continuam ainda muito vivos em nossa sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este trabalho, podemos dizer que a conjuntura histórica estruturada por Caio Prado Junior ao falar sobre “A Formação do Brasil Contemporâneo”, nos levou a compreender a formação de um país que passou a ser observado sobre os aspectos; políticos, econômicos e sociais.

Logo, as leituras de vários momentos de nossa história nos possibilitam entender os efeitos da colonização, da exploração dos recursos naturais, do crescimento nos setores de produção, na formação das riquezas, nos conflitos e outros momentos que marcaram a trajetória brasileira e principalmente as regiões de nosso país.

Ao tratarmos os fatos históricos desde a colonização, nos inteiramos de situações que nos levam a refletir sobre aquilo que foi necessário para que hoje sejamos conhecidos como povo brasileiro, nosso processo de aculturação, miscigenação, de mudanças culturais, que muitas vezes nos foi imposta por uma visão etnocêntrica, de forma egoísta ou mesmo violenta e, por tantas outras situações que pudemos explorar ao longo desse trabalho.

Como falamos em outros momentos de nossos estudos a intenção não é de trazeremos respostas para tudo aquilo que a história nos traz como informação, mas talvez transcendermos esses conhecimentos possibilitando fazer um paralelo com a realidade que vivenciamos hoje, as mudanças, ou mesmo, as possíveis conquistas que poderemos ter aos níveis econômicos, políticos e sociais.

Dessa forma, Caio Prado nos inseriu nesse universo social brasileiro e nos mostrou objetivamente as condições em que o país acolheu todas essas mudanças e é claro, quais os efeitos de tudo isso.

O que se entende ao desenvolver um trabalho como este é o quanto nossa história é rica e o como devemos valorizá-la, pois compete a nós a participação efetiva na construção da realidade contemporânea, percebendo que as lutas sociais ainda estão sendo travadas, a escravidão e o preconceito ainda estão presentes, as insurreições mesmo tímidas ainda insistem em buscar direitos e condições sociais mais dignas.

Contudo, o que nos chamou a atenção nessas leituras realizadas é como ainda somos falhos em relação à nossa história, o quanto deixamos de crescer ao não realizarmos estudos como estes e, como é importante servirmos como mediadores desses mesmos conhecimentos adquiridos, que devem ser transmitidos a outros, fazendo assim a diferença, não só aos padrões intelectuais, mas a formação *humana e cidadã*.

*Em suma, acreditamos que a “Formação do Brasil Contemporâneo” é uma importante obra para o entendimento de nossa realidade social que esteve presente e está presente em todas as regiões brasileiras, marcada pela questão racial, pela cultura, pelos efeitos da ação humana em todos os sentidos, ou seja, para onde observarmos em nosso país poderemos ver o quão grandioso é nosso legado histórico e como nosso povo tem sua importância e significado.*

Acreditamos que, por estas e muitas outras condições vivenciadas ao longo desses momentos históricos a superação possibilitará a formação de uma nação, isso ao acolher tantas diversidades, o que nos permite pensar dessa forma, mas que ainda esta aprendendo a dar os primeiros passos, que demonstra estar crescendo, evoluindo e é nessa mesma proporção que desejamos o fortalecimento de todas as vertentes sociais, onde a vida seja o esplendor e, que sejamos reconhecidos, valorizados, que nos façamos respeitar como um povo, este o verdadeiro desejo de Caio Prado Júnior, e tantos outros escritores que procuraram falar sobre nosso grandioso país em sua contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola, **Dicionário de filosofia**/Nicola Abbagnano; tradução 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti - 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALENCASTRO, Felipe de. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**/Luiz Felipe de Alencastro. – São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- A **época colonial**, tomo II: administração, economia, sociedade/por Aziz N. Ab' Saber...[et al.] introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves, 1996.
- BASTIDE, Roger, **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**/Roger Bastide, Florestan Fernandes. – 4. Ed. Ver. – São Paulo: Global, 2008.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto; GONÇALVES, Adelaide (orgs.). **Caio Prado Jr.: legado de um saber fazer histórico**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Direito e estado de pensamento de Emanuel Kant**. Trad. de Alfredo Fait. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984. (Coleção Pensamento Político, 63).
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**/Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Uma Via não Clássica para o Capitalismo. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989,
- D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- ECHEVARRIA, José Medina. **A Situação Rural na América Latina**. In: Coleção Caminhos Brasileiros / 2 (Orgs.). A Agricultura Subdesenvolvida. – Petrópolis: Editora Vozes, 1969.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil** -13. Ed., 1. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2009. – (Didática, 1).
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**/Florestan Fernandes; prefácio José Souza Martins. – 5. ed. – São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, Heitor Lima. Caio Prado e seu Tempo. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- FOUCAULT, Michel, **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. - 2ª.ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 – (Coleção obras de Michel Foucault).

- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.
- FURTADO, Celso – **Prefácio a nova economia política**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.
- GASPAROTO, Jayme W. Militância. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- HOBSBAWM, Eric J., **Sobre história**. tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. A Dialética da História. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Caio Prado Júnior**: História, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. **Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro** – História de uma ideologia, 2ª ed. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969.
- MATTEI, Lauro (org.). **Caio Prado Júnior** – Dilemas do desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um Pensamento Crítico**: Caio Prado Jr. (1928-1935). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.
- MARTIN, Maximiliano Vicente. O Sentido do Colonialismo. In D'INCAO, Maria Angela. **História e Ideal**: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- MARX, Karl. **O Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1984, Vol 1, tomo 2.
- MELO, Jayro Gonçalves. A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas/Vianna Moog - 22ª ed.** – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MORAES, de Borba Rubens. Coleção FAC-SIMILAR DE JORNAIS ANTIGOS. O TAMOYO 1823, Editora: Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1944.

NETO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAIS, Fernando A. Considerações Sobre o Sentido da Colonização. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB**, nº 6, 1969.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Escravidão e Sistema Colonial. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

OLIVEIRA, Lucia Lippi, **Bandeirantes e Pioneiros – As Fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos, Novos Estudos CEBRAP - Nº 37**, novembro 1993.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política/Luiz Bernardo Pericás – 1. Ed.** São Paulo: Boitempo, 2016.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO Júnior, Caio. **Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica.** 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO Júnior, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO Júnior, Caio. **A Revolução Brasileira.** 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO Júnior, Caio. **História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro / Caio Prado Júnior**, prefácio Florestan Fernandes- 3ª. ed. - São Paulo: 1989.

PRADO Júnior, Caio. **U.R.S.S. Um Novo Mundo.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção de Viagens vol. III, 1934.

PRADO Júnior, Caio. **O Mundo do Socialismo**, Editora brasiliense, São Paulo, 1962.

PRADO Júnior, Caio.. **O estruturalismo de Levi-Strauss – O Marxismo de Louis Althusser**, São Paulo, Editora brasiliense, 1971.

PRADO Júnior, Caio. **Evolução política do Brasil; e outros estudos/ entrevista Antonio Candido; posfácio Paulo Henrique Martinez.** - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO Júnior, Caio. **O que é liberdade: capitalismo x socialismo - coordenação Vanya Sant' Anna.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 6).

PRADO Júnior, Caio. **História econômica do Brasil.** - 4ª. ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

PLATÃO, **A República**, Editora Nova Cultura Ltda, São Paulo, 2004.

KAREPOVS, D. **Caio da Silva Prado Júnior: Um Perfil Biográfico**. In \_\_\_\_\_. (Coord.) **Caio Prado Júnior - Parlamentar Paulista**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques, **Os pensadores**, Abril Cultural, 1ª ed., São Paulo, 1973.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad -FAPERJ, 2001.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Júnior: O sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck, **Síntese da história da cultura brasileira**. 20ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SPINDEL, Arnaldo, **O que é comunismo**. 12ª ed. - Editora Brasiliense S.A. São Paulo, 1985.

THOMPSON. Edward Palmer. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII**. Editora: Antígona, ed. 1ª ed. 2008.

VAINFAS, Ronaldo. Jesuítas Por dentro da Ordem. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 7- junho de 2012.

VICTORINO. Marcia R. **A questão nacional em Caio Prado Jr.:** uma interpretação original do Brasil/Marcia R. Victorino. – São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**/Luiz Werneck Vianna. – Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2ª edição, revista e ampliada, julho de 2004.

WIDER, Maria Célia. **Caio Prado Jr.:** um intelectual irresistível. São Paulo: Brasiliense, 2007.